

Carlos Alexandre Barros Trubiliano

Imagens Femininas Nos Jornais Mato-Grossenses (1937-1945):
Identidade e Controle Social.

Carlos Alexandre Barros Trubiliano

Imagens Femininas Nos Jornais Mato-Grossenses (1937-1945):
Identidade e Controle Social.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Martins Junior

Dourados
Novembro de 2007

Carlos Alexandre Barros Trubiliano

Imagens Femininas Nos Jornais Mato-Grossenses (1937-1945):
Identidade e Controle Social.

Comissão Julgadora

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

Presidente e Orientador:

Prof. Dr. Carlos Martins Junior_____

2º Examinador:

Prof. Dr. Osvaldo Zorzato_____

3º Examinadora:

Prof. Dr^a.Tânia Regina de Luca_____

Dourados de novembro de 2007

Dados Curriculares

Carlos Alexandre Barros Trubiliano

Nascimento:	16/12/1982 – Campo Grande/ MS
Filiação:	José Carlos Trubiliano Regina Lúcia Barros Trubiliano
2000/2004	Curso de Graduação em História Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO

O Estado Novo (1937-1945), foi um período de significativas mudanças para o Mato Grosso. O programa de colonização intitulado Marcha para Oeste, anunciado pelo Presidente Vargas, em 1937, renovou não só as perspectivas de desenvolvimento para o Estado, mas, ao mesmo tempo, abriu a possibilidade da chegada de novos agentes sociais. Levando-se em consideração essa configuração e que, sobretudo na primeira metade do século XX, os jornais se apresentavam como espaços privilegiados nos quais as elites dominantes travavam seus embates, expressavam pontos de vistas políticos e emitiam seus projetos de desenvolvimento econômico e ordenamento da sociedade, este trabalho centrou no estudo sobre jornais como **A Cruz** e as revistas **Ecos Juvenis** e **A Violeta** que circularam em Mato Grosso entre 1937-1945, observando especificamente a maneira como a imprensa representava as mulheres, por que e de que maneira eram reproduzidas tais representações e qual o lugar social da produção das mesmas.

ABSTRACT

The Estado Novo (1937-1945), was a period of significant change for Mato Grosso. The program of colonization entitled Marcha para Oeste, announced by President Vargas, in 1937, renewed not only the prospects of development for the state, but at the same time opened the possibility of the arrival of new social actors. Taking into consideration is this setting, and that, especially in the first half of the twentieth century, the newspapers had been as privileged space in which the ruling elites took their collisions, expressed political points of views and issued its projects of economic development and planning of society this work focused on the study of newspapers such as **A Cruz** and magazines **Ecos Juvenis** and **A Violeta** that circulated in Mato Grosso between 1937-1945, noting specifically the way the media represented the women, why and in what way were reproduced such representations and what is the place of social production of the same.

*Dedico aos meus pais, José Carlos Trubiliano e Regina
Lúcia Barros Trubiliano.*

AGRADECIMENTOS

Ao grande amigo e orientador, Carlos Martins Junior, sem o qual esse trabalho seria impossível.

Aos amigos Leandro Duarte, Diego Paes, Levi Carneiro, Karen Dutra, Thiago Carvalho, Ademar Pael, Andressa Cruz, Alan de Leão, Bruno Torquato e Ricardo Souza pelo companheirismo durante o caminho percorrido nestes anos de estudo.

Aos professores do CEUA Arnaldo e Vilma Begossi, Iara Castro, Noemia Moura, Vera Lucia, Gilson Martins, Mario Baldo, Carlos Frederico Corrêa da Costa, Paulo Corrêa e João Fernandes, por terem me transformado em professor de História.

Aos meus companheiros de mestrado, Luciano Silva, Rodrigo Godoi, Luciana Mendes, pelo apoio nas horas difíceis.

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), pelo indispensável apoio financeiro.

A professora Yasmim Jamil Nadaf, pela confiança e incentivo.

Aos servidores dos Arquivos público de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, Biblioteca Dr. Isaias Paim, Biblioteca do CPAQ/UFMS e do Arquivo Histórico de Campo Grande.

As irmãs salesianas e funcionários do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, pela confiança e atenção.

Aos professores do programa de mestrado, Paulo Cimó, Eudes, Damião, João Carlos, Osvaldo Zorzato e Jerry Marin.

Aos amigos e professores do campus de Três Lagoas da UFMS, Maria Celma, Vitor e José Carlos Ziliane, que sempre me incentivaram.

Enfim, a todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, **MUITO OBRIGADO!**

"Precisamos da história, mas não como precisam dela os ociosos
que passeiam no jardim da ciência."
(Nietzsche - Vantagens e desvantagens da história para a vida)

SUMÁRIO

Apresentação.....	11
Capítulo 1: Campo Grande na rota da Marcha para Oeste.....	17
Capítulo 2: “É avós que me dirijo, mães cristãs...”: Imagens femininas na Imprensa masculina.”.....	36
Capítulo 3: “Ser mãe não e fácil, desde que a gente queira ser...”: Imagens femininas em Violeta.....	65
Capítulo 4: A alma da Mulher tem duas asas: chama-se aquela Amor; esta Bondade”: Imagens femininas em Ecos Juvenis.....	83
Considerações Finais.....	110
Fontes.....	112
Obras consultadas.....	113
Instituições Pesquisadas.....	124

APRESENTAÇÃO

O período da história do Brasil, conhecido por Estado Novo (1937-1945), foi de intensas mudanças para o Mato Grosso. O programa Marcha para Oeste, anunciado pelo Presidente Vargas em 1937, renovou não só as expectativas de desenvolvimento para o Estado, mas, ao mesmo tempo, abriu a possibilidade da chegada de novos agentes sociais representados, de um lado, por empreendedores/ investidores e, de outro lado, por novos personagens urbanos, a exemplo de trabalhadores, jogadores, prostitutas, etc., os quais, desde o final do século XIX, compunham o universo de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Em linhas gerais, ambos poderiam significar ameaça às elites dominantes locais. Os primeiros, em razão da possibilidade de disputarem cargos políticos tradicionalmente controlados por elas; os segundos, por se constituírem em membros das chamadas "classes perigosas", a quem caberia às elites controlar e disciplinar e dos quais deveriam se diferenciar.

Em decorrência disso, ao que tudo indica, o período foi marcado por reordenamentos no interior das elites locais que, simultaneamente, se empenhavam na elaboração e/ou no reforço de imagens positivas sobre o Estado¹. No intuito de, definitivamente, apagar o "estigma da barbárie"² que tradicionalmente o caracterizava, essas elites procuravam representá-lo como "reserva de brasilidade"³, terra das oportunidades emoldurada pela garantia da ordem e da lei, o que fica exemplificado no termo "Canaã do Oeste", por meio do qual, em 1947, José de Mello e Silva se referiu à porção Sul do antigo Mato Grosso uno.⁴

¹ Sobre o reordenamento no interior das elites mato-grossenses no período, ver: NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Elites Políticas. Competição e Dinâmica Partidário - Eleitoral (Caso de Mato Grosso)**. RJ: IUPERJ/ SP: Vértice, 1988. Em especial, o capítulo 3.

² Sobre as representações de Mato Grosso, enquanto espaço da "barbárie", ver: GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da Civilização: Sertão, Fronteira e Identidade nas Representações sobre o Mato Grosso**. (Tese de Doutorado) SP: USP, 2.000.

³ Essa expressão constituiu-se no título de um livro, em que Rezende Rubim narrou a viagem por ele realizada à Amazônia e Mato Grosso. RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade**. SP: Cia Editora Nacional, 1939.

⁴ SILVA, José de Mello e. **Canaã do Oeste (Sul de Mato Grosso)**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989. (1ª edição de 1947).

Frente a esse quadro, e partindo da premissa de que, no Estado Novo, à mulher foi reservada a função estratégica de transformar-se em auxiliar do Estado no processo de disciplinarização dos indivíduos pertencentes às camadas subalternas da sociedade, com vistas a construir o trabalhador produtivo e melhorar a própria qualidade da raça, justificou-se o presente estudo, que tem como objetivo identificar, por meio da análise dos periódicos, de que forma as representações femininas da mulher mato-grossense se enquadraram no referido processo de controle social desencadeado pelas elites locais à época. Processo que, num plano específico, estava voltado para a mudança da própria imagem do Estado de Mato Grosso.

Um rápido olhar sobre a chamada “historiografia tradicional” de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul conduz, tanto o historiador, mesmo o menos treinado nos meandros da disciplina, quanto o leigo mais atento interessado na história desses dois Estados, a perceberem a ausência quase total de registros sobre o papel concretamente desempenhado pelas mulheres no processo de construção histórica dessas que, ao longo da história do país, se constituíram e ainda se constituem em duas das mais importantes unidades da região Centro-Oeste e da Federação brasileira.

Apresentando a história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul como construções essencialmente masculinas, sobretudo de “varões ilustres”⁵ pertencentes aos grupos sociais dominantes ou indivíduos a eles vinculados, quando registraram a presença feminina os historiadores locais o fizeram, em geral, tangencialmente, colocando a mulher em posição secundária em relação aos chefes de família (maridos, filhos, irmãos, etc.), ou procuraram traçar a saga de heroínas e mártires com o objetivo de elaborar identidades e referendar o papel de mando das famílias ou grupos sociais das quais as mesmas eram oriundas. No tocante às “outras” (a mulher indígena, a negra, a trabalhadora ou a camponesa), isto é, a antípoda do que se entendia ser a imagem da mulher da “elite” ou “civilizada”, ora delegou-se o silêncio, ora menções de caráter “positivo”, que as

⁵ Exemplos nesse sentido aparecem em PÓVOAS, Nilo. **Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977; MENDONÇA, Rubens de. **Dicionário Biográfico Mato-grossense**. 2ª edição. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.

apresentavam como serviçais obedientes e fiéis aos patrões, em oposição a referências de cunho negativo, que as destacavam como socialmente desajustadas e cujo comportamento seria inadequado para o convívio com a “civilização”.

Num plano geral, a história das mulheres emergiu e ganhou peso, como campo de estudo específico, a partir da década de 1970, “atrelada à explosão do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como das novas aquisições da história social e às pesquisas, até então inéditas, sobre a memória popular”⁶.

No Brasil, tais estudos também ganharam impulso no decorrer da década de 1970, mais especificamente a partir de 1978, viabilizados pelos pesquisadores da Fundação Carlos Chagas de São Paulo, incorporando-se, desde então, como novo campo de pesquisas acadêmicas em diversas universidades brasileiras.

Alem disso há também o fato de que os estudos voltados para a história das mulheres são relevantes para a compreensão da gênese e da importância dos fatos históricos nos quais o elemento feminino esteve envolvido; tal dado foi fundamental não só para o entendimento de seu papel na história política, mas, acima de tudo, haja vista que a história das mulheres é relacional, para uma melhor aproximação da história da família, da criança, do trabalho, da mídia, da violência (cometida contra e praticada pela mulher), da saúde, etc., em Mato Grosso do Sul. Assim, os estudos relacionados a esse campo só começaram a ser sistematicamente desenvolvidos, ainda que de modo tímido, a partir da implantação, em 1.999, do programa de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Campus de Dourados, onde nos últimos anos vêm sendo desenvolvidas algumas pesquisas sobre a participação feminina na guerra contra o Paraguai, sobre as mulheres indígenas e negras, além das trabalhadoras rurais⁷.

⁶ PRIORI, Mary del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. SP: Contexto, 1998, p.220..

⁷ A esse respeito, ver os trabalhos já concluídos de FIGUEIREDO, Luzia Araújo. **Uma História de Lutas: As Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul e a Criação de Seu Movimento**. Dissertação (Mestrado em história) UFMS. Dourados: 2001; DOURADO, Maria Tereza Garritano. **Mulheres Comuns, Senhoras Respeitáveis: A Presença Feminina na Guerra do Paraguai**.

Não obstante esses esforços, os trabalhos acadêmicos aqui produzidos, além de restritos a determinados focos de análise, ainda são poucos, o que faz com que permaneçam as enormes lacunas a respeito da história social das mulheres em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Lacunas cujo preenchimento constituiria importante contribuição para o desenvolvimento da história das mulheres no Brasil, elemento mais geral que, por si só, já justificaria a dissertação aqui apresentada.

Mais que isso, porém, a presente dissertação também se justifica por uma forma de abordagem do tema, ainda inédita nos estudos acadêmicos em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma vez que teve como suporte documental os jornais e outros periódicos da imprensa que circulavam em cidades como Campo Grande e Cuiabá entre 1937 e 1945.

Para tanto, partiu-se do pressuposto de que, no tocante às mulheres, o discurso jornalístico pode ser, a exemplo de tantos outros discursos que a elas se referem, emissor de imagens e expectativas sobre o que se espera da mulher normalizada e higiênica. Fonte privilegiada para uma aproximação das formas de racionalidade que modelavam as práticas de normalização das relações sociais e das relações entre os sexos, esse(s) discurso(s), ainda que fragmentário(s), também permitem auscultar as vozes de mulheres de vida absolutamente corriqueira. Vozes capazes de fornecer indícios sobre a violência e a humilhação sofridas, e/ou sobre os prazeres vivenciados.

Diante disso, de um ponto de vista mais geral, a presente dissertação pretende contribuir para a ampliação de reflexões em torno de uma História das Mulheres em Mato Grosso, sendo desenvolvido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta uma síntese de leituras sobre o programa de colonização denominado Marcha para Oeste, trazendo algumas reflexões sobre o Estado Novo e sua política de disciplinarização do cidadão, bem como reflexões sobre os discursos políticos e ações em Mato Grosso propostos pelo referido programa. Para exemplificar essas medidas, reduziu-se a espacialidade

Dissertação (Mestrado em história) UFMS. Dourados: 2002; RIGOTTI, Paulo Roberto. **A Intertextualidade e o Imaginário Pictórico no Processo Criativo de Lídia Baís**. Dissertação (Mestrado em história) UFMS. Dourados: 2003.

para Campo Grande, pontuando a forma como a cidade se inseriu naquele contexto de mudanças, momento em que ela passou a reivindicar para si, através, dentre outros meios de comunicação, do **Álbum de Campo Grande** de 1939, o status de centro cosmopolita da região sul do Estado, ao mesmo tempo em que suas elites procuravam atender às expectativas do Governo Federal e controlar as massas de imigrantes oriundos de outros Estados e países, que constituíam uma ameaça ao controle das mesmas.

No segundo capítulo procurou-se identificar, na imprensa masculina, especificamente nos jornais **A Cruz**, de Cuiabá, e no **Jornal do Comércio**, de Campo Grande, bem como nas revistas **Folha de Serra** e **Ouro Verde**, a maneira como as elites de Mato Grosso veicularam condutas sociais normativas, a fim de vender ao resto do país uma imagem de terra civilizada e de oportunidades; o papel que essas elites esperavam que fosse cumprido pelas mulheres no processo de colonização do Estado, desencadeado pelo Governo Federal; compreender o imaginário masculino em torno dos papéis sociais femininos historicamente construídos, fato que muitas vezes se articulava ao próprio imaginário feminino.

No terceiro e quarto capítulos procurou-se observar, através de duas revistas femininas mato-grossenses, a emissão de discursos e imagens idealizadas para as mulheres a respeito, entre outros elementos, do matrimônio, da maternidade e da família. Para tanto, foram utilizados, como fonte, os periódicos **A Violeta** e **Ecos Juvenis**.

A revista cuiabana de variedades **A Violeta**, fruto do Grêmio Literário Feminino Júlia Lopes de Almeida, circulou no Estado de Mato Grosso durante a primeira metade do século XX (de 1916 a 1950), constituindo-se em órgão de divulgação das atividades daquele Grêmio Literário, que teve ativa participação em acontecimentos envolvendo a vida cultural e literária do Estado, sobretudo, de Cuiabá, capital do Mato Grosso ainda unificado.

Já a revista **Ecos Juvenis**, criada em 1934 como órgão de divulgação das atividades culturais e científicas da comunidade do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sendo posteriormente vinculado ao Grêmio Literário Dom Aquino,

apresenta em suas páginas os “ecos” das vozes das alunas a respeito do cotidiano escolar, da cidade e da nação. Vale esclarecer que ambas as revistas tiveram analisados apenas os exemplares publicados durante o Estado Novo (1937-1945).

Por fim, é importante esclarecer que essa pesquisa não pretende esgotar o assunto, tampouco olhar a mulher como vítima. Nesse sentido, pode-se reportar à contribuição dada pela historiadora Mary Del Priori ao afirmar que as mulheres eram detentoras de “invenção, engenhosidade, capacidade de criar, na precariedade do dia-a-dia, a malha mais fina do tempo social em torno do qual a história se fazia”⁸. Em outras palavras, as mulheres são sujeitos/ agentes da história e possuidoras de poderes enquanto filhas, esposas, mães, trabalhadoras – em suma, cidadãs - exercendo valioso, embora silencioso, papel na sociedade.

⁸ PRIORI, Mary del. Op. Cit.1998. 227.

CAPÍTULO I

Campo Grande na rota da Marcha para Oeste

"Reina em todo Brasil um crescente interesse pelas coisas mato-grossenses. Mato Grosso está agora na "Berlinda", no cartaz. E não lhe faltam apreciações as mais honrosas, todo mundo fala de suas riquezas de suas possibilidades. Ele é o ponto de convergência de uma curiosidade que vem crescendo todos os dias. Uma coisa notável é que os próprios mato-grossenses estão agora interessados pelo Estado..." ("O paraíso do Oeste". **Jornal do Comércio**, 18/07/1944)

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do séc. XX foram marcadas por esforços, por parte do Estado brasileiro, em definir, bem como nacionalizar as suas fronteiras, integrando regiões limítrofes, como Mato Grosso, ao corpo da pátria⁹.

Em trinta e um de dezembro de 1937, durante a saudação de fim de ano ao povo brasileiro, o presidente Getúlio Vargas anunciou o programa de colonização denominado Marcha para Oeste. Em mensagem radiofônica transmitida para todo o território nacional, o chefe de governo conclamava os brasileiros a rumarem para o Oeste em busca das oportunidades de descoberta de um novo Brasil que, anteriormente explorado pelos bandeirantes, encontrava-se agora esquecido. Para ele:

"O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar : os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial."¹⁰

Da perspectiva do governo Vargas, um dos caminhos para o progresso nacional estaria na efetiva ocupação e integração (territorial, racial, moral, cultural e política) das várias regiões do interior do país, bem como na exploração de suas riquezas. Nas palavras de Alcir Lenharo

"a construção da Marcha atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontram vedados"¹¹.

Através de uma série de representações, geradas no bojo da campanha da Marcha para Oeste, surgiu uma imagem homogênea da nação e do Estado como

⁹ MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Ed.UNESP, 1997

¹⁰ " No limiar do ano de 1938" In: VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. RJ: Livraria José Olympio Ed , 1938, volume V , p.124

¹¹ LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus/ Editora da Unicamp, 1986, p. 15.

elemento de superação dos conflitos sociais¹², permitindo que o Estado Novo falasse pelos outros, ou seja, pelo “conjunto dos brasileiros, de quem precisava interpretar corretamente seu pensamento e para quem precisava encaminhar diretrizes políticas, que todos, supostamente, desejam e aprovam.”¹³ Foi nesse contexto que Vargas lançou o lema da campanha: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste.”

Retomando Alcir Lenharo, a Marcha para Oeste representou um projeto para fazer frente à crise econômica e política na qual o Brasil estava envolvido, devido aos efeitos do *crack* da bolsa de valores de Nova York, em 1929, os quais percorreram toda a década de 1930, período conhecido como a Grande Depressão. Contribuindo para tornar mais complexo e instável o cenário internacional, tal conjuntura fez com que crescesse, perigosamente, o descrédito quanto à possibilidade de políticas de orientação democrático-liberal em resolver questões como o desemprego e a falta de moradia¹⁴.

No plano nacional, a crise que se abateu sobre a produção do café foi acompanhada pelo êxodo rural, provocando uma pressão populacional sobre as grandes cidades do país, as quais, sob a perspectiva das autoridades públicas, não ofereceriam condições de subsistência para os novos contingentes chegados do campo.

Uma das conseqüências do rápido crescimento populacional dos centros urbanos do país foi o acúmulo de pessoas sem ocupações fixas ou mal “remuneradas”. Eram ladrões, prostitutas, lavadeiras, capoeiras, costureiras, dançarinas, malandros, desertores do exército, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores e pivetes, entre tantos outros. Classificados pelas autoridades públicas como “indesejáveis”, tais pessoas, pertencentes às chamadas “classes perigosas”, eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente nas referentes às contravenções do tipo

¹²GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O Imaginário do Sertão. Lutas e Resistência ao Domínio da Companhia Mate Laranjeira. (Mato Grosso: 1890-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP. Campinas: 1991.p.72-98.

¹³LENHARO, Alcir. Op. Cit. 1986. p. 53.

¹⁴LENHARO, Alcir. Op. Cit. 1986. p. 19-53.

desordem, vadiagem, embriaguez e jogo. Transformados no antípodas do escopo do “novo-homem” idealizado pelo Estado Novo, tornava-se necessária a demarcação dos limites que os separavam do trabalhador ordeiro, forte e saudável, ou seja, o “cidadão-trabalhador”, símbolo do crescimento e do progresso econômico da nação.

Anote-se ainda, em relação ao impacto do rápido crescimento populacional sobre as condições de vida, o agravamento, quantitativo e qualitativo, de muitos problemas de habitação e abastecimento de água, de saneamento e de higiene que, a exemplo do ocorrido no início do século XX, poderiam agravar os surtos de epidemias¹⁵.

Diante dessa gama de problemas, iniciou-se, por parte do Estado, uma política de colonização centralizada e nacionalista, marcada pela conquista e ocupação dos “espaços vazios”, ou “sertões”, do interior do país e sua definitiva integração espacial ao restante da nação.

Vale destacar que, para os ideólogos da Marcha para Oeste, os “sertões” do interior do Brasil eram apontados como “espaços vazios” porque careciam “da proteção e das vistas dos governos, dos meios de comunicação e do elemento homem para povoamento conveniente do solo e cultura dos seus campos”¹⁶. Dessa forma, sua efetiva integração ao corpo da nação ocorreria, inicialmente, com o provimento de “estradas e caminhos”, após o que “passaria a zona a receber os demais benefícios”, como a vinda do “homem do Nordeste e do europeu, a quem necessariamente se dariam os elementos de primeira instalação e terras para o trabalho”. Para tanto, era imprescindível que não se mantivessem, sobretudo na fronteira, os latifúndios “que prejudicavam o povoamento do solo”¹⁷.

Assim, a partir de 1938, regiões do Brasil Central, e mais especificamente Mato Grosso, tornaram-se objeto das atenções estatais. Referindo-se a elas como “espaços vazios”, a propaganda da “Marcha” ocultava que a área estava ocupada

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 18-19.

¹⁶SILVA, José de Melo e. **Fronteiras Guaranis**. 2 ed. Campo Grande: IHGMS. 2003.p. 183.

¹⁷ SILVA, José de Melo e. Op. Cit. p. 191.

por complexas relações de poder¹⁸. Noutros termos, contrastando com a imagem propagada de vazio populacional, o território mato-grossense, em especial as terras da região sul do estado, estavam ocupadas por grandes propriedades de companhias agropecuárias estrangeiras, como The Miranda Estância Company Limited, detentora de 219.506 hectares, ou a Brazil Land Cattle & Packing Company, empresa franco-britânica que possuía fazendas de gado no sul do Pantanal¹⁹. Socialmente, a região comportava várias etnias indígenas, migrantes, camponeses e sertanejos, os quais, em sua maioria, constituíam um grande contingente de trabalhadores “sem-terra”²⁰.

Como mencionado, na retórica dos ideólogos da Marcha para Oeste, tornava-se necessário desarticular o latifúndio na região sul de Mato Grosso, uma vez que este era tido como fator que emperrava o desenvolvimento da agricultura, ao mesmo tempo em que impedia a extensão ao campo das conquistas sociais já alcançadas nas cidades.²¹ Nessa medida, a ocupação deveria ser ancorada na pequena propriedade e no corporativismo agrícola, a exemplo do que ocorreria na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada em 1943, para qual se dirigiram migrantes de inúmeras partes do país.

Com efeito, atraídos pelos baixos preços das terras, pelo incremento da agricultura e das atividades comerciais a ela vinculadas, migrantes paulistas, catarinenses, nordestinos, paranaenses e, sobretudo, gaúchos²², promoveriam uma lenta modificação estrutural no estado de Mato Grosso, em geral, e na região sul, em particular. Além de contribuírem para a composição do contingente populacional, e de introduzirem, na região, novos elementos culturais e sociais, (cosmovisões, hábitos e costumes, além de novas relações, normas de conduta e

¹⁸LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985, p. 60.

¹⁹BENEVIDES Cezar e LEONZO Nanci. **Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.p.08

²⁰ Para entender quem era essa “gente do sertão”, busquei os escritos de: SEREJO, H. **Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul (1883-1947)**. Campo Grande: Instituto Euvaldi Lodi, 1986; SODRÉ, N. W. **Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1941; ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra. Os trabalhadores da Companhia Matte Larangeira**. Dissertação (Mestrado em História) UNESP. Assis: 1989.

²¹ BENEVIDES Cezar e LEONZO Nanci. Op. Cit. p. 59.

²²GRESSLER, Lori Alice, SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Ed. UFMS, p. 105.

de integração com o meio), esses novos agentes pressionaram reformulações na esfera política, que se refletiam na maior presença do poder federal na região.

No que se refere ao processo de provimento de “estradas e caminhos”, considerado elemento fundamental para a efetiva integração da região ao corpo da nação, em 1938, o governo federal retomou as obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), dando início à construção de seu prolongamento até Corumbá e de um ramal dirigido a Ponta Porã, nas fronteiras com as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai, respectivamente²³.

Tais medidas representavam, simultaneamente, ações de caráter estratégico e ideológico. Estratégico porque, desde o início da República, as ferrovias, enquanto empresas, foram significativas no jogo político, fazendo parte de compromissos e alianças oligárquicas. Por outro lado, diante da polarização ideológica e do aumento da demanda de segmentos sociais urbanos divergentes, os quais desembocaram nos movimentos tenentistas da década de 1920 e nos chamados movimentos revolucionários da década de 1930, tais empresas assumiram caráter político-estratégico vinculado à idéia de Segurança Nacional. Explicitamente, num país marcado pela grande diversidade social e que, apesar das enormes dimensões geográficas, ainda apresentava deficiências de vias de comunicação, as ferrovias assumiram o caráter estratégico de levar a presença física do Estado às regiões mais remotas do interior²⁴.

Ideológico, na medida em que a ferrovia, consolidada institucionalmente, a partir da segunda metade do século XIX no bojo do movimento de idéias que fomentava a crença de que a técnica, materializada nas máquinas, pudesse construir um novo mundo, ela foi defendida também como uma das exigências primordiais frente à Revolução Técnica e Científica, e agora, transmutada em “monumento móvel”, sendo portadora de uma sólida dimensão cultural entranhada nas relações sociais que construiu. A respeito do efeito “mágico” da ferrovia no imaginário popular durante o século XIX, destacou E. J. Hobsbawm:

²³ QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **As Curvas Do Trem E Os Meandros Do Poder: O Nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1997.

²⁴ POSSAS, Lídia Maria Vianna. Ferrovia: **Fontes de Memória. Arquivos Ferroviários: uma Reflexão Crítica e Ação Preservativa**. VI Seminário Nacional de Preservação e Revitalização Ferroviária. 17 a 20 de julho de 2002. Rio de Janeiro. s/p.

"Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. Mal tinham as ferrovias provado ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-1830) e planos para a sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental, embora sua execução fosse geralmente retardada. (...) Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era; (...) (Velocidades de até 60 milhas-96 quilômetros- por hora, por exemplo, eram perfeitamente praticáveis na década de 1830, e não foram substancialmente melhoradas pelas posteriores ferrovias a vapor.) A Estrada de Ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia"²⁵.

Frente ao exposto, a referida ampliação do ramal ferroviário da NOB pode ser associada à idéia de modernidade que, paulatinamente, tomava conta do cotidiano e do imaginário coletivo das pessoas no sul de Mato Grosso. Apesar de todas as contradições e conflitos sociais que gerou, tanto pelas novas formas de dominação e exclusão, quanto pela repressão que proporcionou, "o apito do trem trazia a reconfortante sensação para as pessoas - por mais distantes que estivessem - de estarem ligadas ao mundo, de serem civilizadas, de serem contemporâneas"²⁶.

Portanto, a conclusão e ampliação da estrada de ferro foram implementos significativos à consolidação do projeto colonizador do Estado Novo em Mato Grosso, uma vez que ela teve por objetivo desbravar a sua porção sul e abrir novas possibilidades de contatos e comunicações com outros Estados, bem como com as repúblicas vizinhas e, ainda, proporcionar um maior controle da região. Tais benefícios, propagados por Vargas, vinculavam-se a questões de estratégia político-econômicas, bem como a de ocupação e de nacionalização das fronteiras.

²⁵HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 8^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.61.1995

²⁶ARRUDA, Gilmar. "A Ferrovia Noroeste do Brasil: O Último trem para o Sertão." **Caderno de Estudos Urbanos**. Número 3 - maço de 1995. Campo Grande/MS. p.5-9.

Dessa forma, a NOB foi um dos meios que possibilitaram entrelaçar as fronteiras políticas às fronteiras econômicas²⁷.

De fato, a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil pode ser destacada como fator decisivo da consolidação econômica e demográfica do sul de Mato Grosso. Articulando essa região com São Paulo, a NOB impulsionou fortemente o fluxo migratório, permitindo a implantação de um importante pólo agropecuário e de industrialização de seus derivados, assim como o surgimento de vários municípios ao longo de seu traçado e o aumento gradativo da importância econômica de Campo Grande, tendo como impactos mais visíveis de todo esse processo de transformações a consolidação desta cidade como área de atração de investimentos e de contingentes populacionais provenientes das mais diversas regiões do Brasil, bem como de países vizinhos.

Hoje, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com cerca de 800 mil habitantes, Campo Grande tem suas origens remetidas ao ano de 1872 quando, vindo de Minas Gerais, José Antônio Pereira e sua comitiva acamparam em terras da região central do planalto da Serra de Maracaju, mais precisamente na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo.²⁸

Nascido como pouso de boiadeiros, o Arraial de Santo Antonio de Campo Grande, fundado em 1872, cresceu rapidamente. Em 1889, a Lei Estadual nº 792 transformou o lugarejo no Distrito de Paz de Campo Grande, pertencente à Comarca de Nioaque. Emancipando de Nioaque, em 26 de agosto de 1899, foi elevado à categoria de cidade pela Lei nº 772, de 16 de julho de 1918²⁹.

Contando cerca de 2.000 habitantes e, aproximadamente, 200 casas no início do século XX, em 1912 o novo município já somava "5.000 almas."³⁰ Em

²⁷ OLIVEIRA, Benícia Couto de. "O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: A ocupação estratégica do Sul de Mato Grosso." **Revista Fronteiras**. Campo Grande: Ed.UFMS. v.6 n.12 - 2002 p.9-22.

²⁸ Durante a guerra com o Paraguai, ficou conhecida como *campo grande* a encruzilhada do Nioaque, na região central do planalto da Serra de Maracaju, onde hoje se localiza o distrito de Indubrasil. Informação obtida em: OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **Ruas e Calçadas de Campo Grande - MS. Uma Contribuição ao Estudo dos Espaços Públicos Urbanos**. Dissertação (Mestrado em História) USP. São Paulo: 1997.p. 18.

²⁹ **Campo Grande - 100 Anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 274.

³⁰ **Álbum Gráfico de Mato Grosso (EEUU do Brasil)**. Corumbá Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p. 412.

1920, essa população subiu para 21.000 habitantes, saltando para 40.000 habitantes em 1933³¹ e para 49.629 sete anos mais tarde.³² Entre 1920 e 1940, a população da zona urbana cresceu de 6.000 para 24.479 habitantes, praticamente igualando à população rural.³³

Entre os fatores capazes de explicar esse rápido crescimento populacional, pode ser arrolada a intensa migração decorrente da chegada, em maio de 1914, dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, facilitando a vinda de um grande contingente de migrantes do Sul e do Sudeste, de imigrantes japoneses, alemães, russos e búlgaros, os quais se instalaram em terras do atual município de Terenos, passando a constituir importante pólo de desenvolvimento agrícola.³⁴ Por outro lado, atrelando o município aos pólos mais dinâmicos do capitalismo do Sudeste, a Noroeste do Brasil também teria contribuído com a transferência do foco comercial de Corumbá para Campo Grande, atraindo para essa cidade as comunidades libanesa, síria, armênia e turca, que se destacariam na ampliação do comércio local³⁵.

Na medida em que Campo Grande configurava-se como um novo cenário urbano, havia, no imaginário de suas elites, o perigo da “invasão”, circulação e “mistura” dos antigos habitantes da cidade com a nova leva de migrantes “de toda casta”³⁶, que acompanhariam a chegada do progresso trazido pelos trilhos de ferro, ou seja, “estranhos” que, devido às suas origens, poderiam significar um verdadeiro flagelo para a sociedade [e] a tranqüilidade pública. Em razão disso, desde o início do século XX, as elites locais passaram a elaborar mecanismos voltados para o ordenamento e o controle do espaço da cidade e sua população.

³¹ **Revista Folha da Serra**, Campo Grande, 1933.

³² IBGE - **Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul segundo os Censos Demográficos Realizados e a Contagem**. RJ: IBGE, 1996.

³³ Dados obtidos em IBGE - **Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul [...]**; ARRUDA, Gilmar. “A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão”. **Cadernos de Estudos Urbanos**. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, nº 3, 1995, p. 32.

³⁴ **Campo Grande - 100 Anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 278.

³⁵ MACHADO, Paulo Coelho - **A Rua Barão**. Campo Grande: s/ed, p.1 06

³⁶ “Os trilhos da Noroeste chegam a Campo Grande”. **Jornal O Estado de Mato Grosso**, Campo Grande, 01/06/1914, p. 1.

Nos 12 capítulos e 54 artigos presentes no primeiro Código de Posturas da Vila de Santo Antonio de Campo Grande, aprovado em 1905, nota-se que as idéias de higienização urbana vinham acompanhadas de uma concepção política, de divisão social e fiscalização sobre os membros das camadas subalternas da sociedade, considerados perigosos.

É imprescindível ressaltar que a ordenação do espaço, neste contexto, tem para com a formação do homem uma relação de simbiose, em que homem e espaço físico se influenciam mutuamente. Portanto, ordenar o espaço tem um aspecto político muito mais relevante do que propriamente geográfico. Essa ordenação é de cunho pedagógico já que, dentre outros intuitos, visa ensinar o homem a se comportar na nova sociedade, que estava se constituindo em sintonia com o ideário republicano.

Exemplo nesse sentido reside no fato de que, além de regulamentarem a "economia e o asseio dos açougues", de modo a evitar que o mau cheiro e os miasmas contaminassem o ar da cidade, contribuindo, assim, para a disseminação de doenças, as autoridades públicas não deixavam de manifestar o temor pela concentração de pessoas nas tavernas, pelo risco de propagação de doenças e de "idéias indesejáveis", proibindo, em razão disso, "consentir-se, nas tavernas ou casas de bebidas, ajuntamento de pessoas que não estejam comprando" e também "conservar-se abertas as casas de negócio depois do toque de silêncio".³⁷

Paralelamente, no anseio de incorporar Campo Grande ao mundo moderno, suas elites procuraram remodelar a cidade introduzindo, na tradicional paisagem de "povoado de uma rua só", elementos urbanísticos convencionalmente chamados, na época, de operações de embelezamento e saneamento, os quais, utilizados pelas maiores cidades do mundo, formulavam outras relações no espaço urbano pela criação de uma nova simbologia.

Em 1909, chegou à cidade o engenheiro Nilo Javari Barém com o intuito de elaborar uma planta de Campo Grande, seguindo os interesses da ferrovia - um dos símbolos maiores da modernidade à época. De acordo com o seu projeto,

³⁷ Apud ARRUDA, Gilmar. Op. Cit. 1995, p. 42.

as ruas foram traçadas em direção aos pontos cardeais e ortogonais entre si, ficando as quadras em formato de xadrez. O objetivo era colocar a cidade no universo da vida civilizada, que contivesse elementos da racionalidade urbanística, materializada na construção de ruas largas e de uma ampla avenida central ajardinada, pressupondo o sentido do fluxo intenso, bem como na edificação de uma praça central que se apresentaria como núcleo da vida em sociedade.³⁸

Com base nesses pressupostos urbanísticos, o novo Código de Posturas, lançado em 1921, teve como principal preocupação o arruamento, a delimitação dos terrenos e o tipo das construções do centro da cidade. Caberia a Arlindo de Andrade Gomes, como Intendente da cidade a partir de 1921, não somente o papel de "decorá-la" (conforme Paulo Coelho Machado, "foi ele quem arborizou as ruas e cuidou das praças e jardins e também de seu arruamento"³⁹), mas de reformá-la, uma vez que as construções de taipa na área urbana central foram demolidas, cumprindo as condições de salubridade e de higiene impostas pelo Código de Posturas de 1921, que obrigava a demolição de imóveis de taipa e sua substituição por outro de alvenaria de tijolos.⁴⁰

Como observou Gilmar Arruda, "a urbanização, ou melhor, o arruamento como foi chamado em Campo Grande, significava delimitar espaços de circulação e moradia entre os habitantes".⁴¹ Ainda para esse autor, a lógica que presidiria as diversas regulamentações de "higienização" e ordenamento da cidade:

"era a de manter os ambientes arejados e iluminados. [...] A intenção era a de construir um novo tipo de moradia para um novo tipo de morador. As casas de taipa, por exemplo, não poderiam ser mais reformadas e as fachadas de zinco ou tábuas deveriam ser trocadas por tijolos. Os mais atingidos, conseqüentemente seriam os mais pobres, cujas casas não poderiam seguir as especificações dos Códigos de Posturas. Mais um resultado do 'drama do progresso'."⁴²

³⁸GARDIN, Cleonice. **Campo Grande entre o Sagrado e o Profano**. Campo Grande: Ed. UFMS. 1999. 37-38 p.

³⁹MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade - Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988, p. 47.

⁴⁰ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **A casa em Campo Grande: Mato Grosso do Sul, 1950-2000 – parte 1**. Revista Arqtextos nº 36, maio de 2003. s/p.

⁴¹ARRUDA, Gilmar. Op. Cit. 1995, p. 43.

⁴²Idem, ibidem.

"Drama do progresso" que permaneceria pelas décadas seguintes. De passagem pelo sul de Mato Grosso em 1939, Rezende Rubim, um entusiasta do Estado Novo e do programa de colonização varguista Marcha para Oeste, teceu o seguinte comentário sobre a cidade:

"Campo Grande já é uma cidade importante, núcleo de convergência de diversos municípios próximos. A cidade é bem traçada em ruas largas, sendo algumas calçadas em Mac Adam. Possui um jardim muito gracioso e residências de primeira ordem. Nada fica a dever às cidades paulistas do ciclo do café. Sendo Campo Grande a sede da Região Militar e lá estando localizados alguns milheiros de soldados, o elemento de farda avulta dentro da população civil. [...] A localização em Campo Grande da Região Militar trouxe grandes benefícios ao lugar. Derrama-se assim, mensalmente, uma soma respeitável de dinheiro no comércio local. [...] a cidade já possui elementos bastantes para esperar do futuro uma situação invejável. As cercanias com todas as fazendas e a localização de algumas colônias de japoneses tem concorrido para melhorar o padrão de vida dos habitantes, até há bem pouco tempo dependentes do produto paulista. A região campo-grandense, aliás como toda essa parte do sul do Estado, é cosmopolita. Quase todo o contingente humano é nascido em outras plagas. Para tanto, concorre a facilidade de acesso por intermédio de São Paulo [...]. Além disso, as fronteiras próximas, principalmente a do Paraguai, contribuem muito para que o sul do Estado seja, como é, uma região onde o elemento de fora esteja sempre em maioria".⁴³

Das observações de Rezende Rubim emerge um dado novo para a compreensão do desenvolvimento de Campo Grande: a presença do grande contingente militar, em razão da localização, na cidade, da 9^o Região Militar.⁴⁴ Se, do ponto de vista econômico, esse dado podia ser considerado positivo, da perspectiva política, porém, embora a presença dos militares fosse valorizada pelas elites locais como elemento de garantia da ordem e segurança aos que quisessem investir e se fixar na cidade, o mesmo poderia apresentar-se como desvantajoso, uma vez que, segundo Rubim, "nem todos os chefes militares têm sabido guardar a posição a cavaleiro das rixas políticas locais, abrindo espaço para que as forças federais concorressem". Para amparar o espírito separatista de

⁴³ RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade**. SP: Cia Editora Nacional, 1939, pp. 126-127.

⁴⁴ Esse aumento do contingente militar começaria a ocorrer com a chegada e a fixação definitiva na cidade, em 8 de março de 1914, do 5^o Regimento de Artilharia Montada vindo de Aquidauana. Em 1922, instalou-se a Circunscrição Militar que se transformaria na 8^a Região Militar, à qual, a partir de 1932, ficou subordinado o 2^o Regimento de Aviação. **Campo Grande - 100 Anos de Construção**. Op. Cit, pp. 390 a 393.

alguns políticos sem escrúpulos, criando destarte sérios embaraços à administração do Estado.⁴⁵ Ressaltou o autor, ainda, que:

"[...] só o fato de permanecer em Campo Grande a sede da Região Militar, faz com que os habitantes de lá se julguem com direitos que as outras partes do Estado, no seu entender, não possuem. A força federal influi em tal estado de coisas à maneira de ação catalítica ou ação de presença, pois nem sempre o elemento militar participa diretamente para a situação do espírito de regionalismo dominante no lugar".⁴⁶

Outros dados de transformações em Campo Grande ocorreram com a chegada da luz elétrica e da rede de água urbana, ambos na década de 1920, gerando, segundo o arquiteto Ângelo Arruda, "mudanças de hábitos e, portanto, de organização no espaço da casa campo-grandense"⁴⁷. As obras de encanamento tubulado da água começaram na administração de Arlindo Gomes e foram concluídas, pelo menos no perímetro urbano de Campo Grande, em 1926, durante o mandato de Arnaldo Figueiredo, período em que chegaram à cidade as primeiras torneiras e registros importados da Inglaterra ou dos Estados Unidos. Deste modo, segundo Arruda:

"O layout da casa muda: antes, a latrina era externa (já que a atividade de tomar banho podia ser exercida dentro do quarto, com latões de água), nos quintais e com a chegada desse serviço muito caro pela importação do material, forçou que banheiro e cozinha ficassem próximos para economizar na tubulação. Com essa modernidade foi erguida a primeira casa de Campo Grande com banheiro tubulado e interno: a residência do próprio Intendente da época das benfeitorias, Arnaldo Figueiredo, projetada pelo engenheiro Camillo Boni em 1922."⁴⁸

Outra transformação ocorrida em Campo Grande diz respeito à instalação da Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME), na década de 1920, substituindo o ciclomóvel⁴⁹ - gerador a vapor de potências desconhecias que supria as necessidades de energia elétrica no perímetro urbano de Campo

⁴⁵ RUBIM, Rezende. Op. Cit., pp. 125-126.

⁴⁶ Idem, p. 126.

⁴⁷ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Op. Cit. 2003. s/p.

⁴⁸ ARRUDA. Idem.

⁴⁹ A respeito do ciclomóvel sabe-se que era um gerador de energia elétrica instalado pelo Sr. Antônio Veronese, na rua 26 de Agosto, em Campo Grande. Durou até 1924, quando foi substituído pela *Usina do Ceroula*. O que não se sabe é quando o ciclomóvel começou entrar em funcionamento. **Campo Grande - 100 anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.p.149.

Grande. A CME construiu, em 1924, na região do Inferninho, próximo à fazenda do Dr. Vespasiano Martins, a Usina do Ceroula, com turbinas Pelton Voigt/Siemens e um sistema de "11,4 kV, com cerca de 15 quilômetros, transmitindo e distribuindo a partir de um prédio em uma empresa à Rua General Rondon, esquina da Avenida Calógeras, de onde derivavam os alimentadores pioneiros e se situavam as balanças de série da iluminação pública em 2,2 kV." ⁵⁰

Com a instalação da usina e a ampliação da potência elétrica, os habitantes de Campo Grande viram a chegada de novos aparelhos de caráter doméstico, como a vitrola e os refrigeradores (vale a pena frisar que houve a possibilidade de uso desses aparelhos e não a sua popularização) e os de caráter mais público, como o cinema, com tecnologia sonora e visual, que promoveram enormes transformações sociais e arquitetônicas na cidade.

Com efeito, por um breve período durante a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, Campo Grande transformou-se em capital do Mato Grosso Civil, com as forças revolucionárias nomeando o Prefeito Vespasiano Martins, Governador do Estado. Contudo, as intenções separatistas do sul ou, no mínimo, o desejo de transformar Campo Grande na capital de Mato Grosso foram frustrados com a vitória das forças legalistas, durando apenas 82 dias. ⁵¹

Por essa época, a cidade contava com cerca de 50 estabelecimentos comerciais, com destaque para as lojas especializadas na venda de carros e autopeças, vestuário, materiais de construção, alimentos, jóias; além de, aproximadamente, 73 oficinas e indústrias de bebidas, calçados, chapéus, derivados de leite, torrefação e moagem de café, artefatos de couro, conservas, ladrilhos e mosaicos, fogões, vinagre, "especialidades farmacêuticas" e "artefatos e tecidos", entre outras que davam a conotação do forte crescimento econômico de Campo Grande durante a década de 1930. ⁵²

Segundo consta, no final da década de 1930 a cidade de Campo Grande gerava mais renda do que as demais cidades do Estado. Em 1937, por exemplo, a

⁵⁰ **Campo Grande 100 anos de Construção.** Op. Cit.p.149.

⁵¹ JORNAL Correio do Estado, Campo Grande, 23/08/1997. Para um estudo detalhado do episódio, BITTAR. Marisa. **Mato Grosso do Sul: Do Estado Sonhado ao Estado Construído (1892-1997).** Tese (Doutorado em História social) USP. São Paulo: 1997.

⁵² **Revista Folha da Serra,** Campo Grande, 1933.

receita arrecadada foi de 1.192:406\$, ao mesmo tempo em que a de Cuiabá, capital do Estado, atingia a cifra de 682:726\$. No ano seguinte, enquanto a arrecadação de Campo Grande cresceu 387:478\$ em relação a 1937, a renda da capital caiu para 585:529\$.⁵³

A tentativa de veicular uma imagem positiva de Campo Grande como centro urbano, econômica, política e culturalmente dinâmico, moderno e "civilizado", aparece de forma nítida no **Álbum de Campo Grande**. Editado em 1939, durante as comemorações dos 40 anos de emancipação do município, pode-se afirmar que, em linhas gerais, essa obra seguia critérios e intenções semelhantes aos do **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Porém, ao contrário de seu congênere, publicado em 1914, uma alentada obra de quinhentas e duas páginas em tamanho 30 x 40 cm, e pesando 4,5 kg, por isso mesmo considerada de difícil manuseio, o **Álbum de Campo Grande** parecia pretender, para si, a praticidade de um guia geral da cidade, breve e sucinto, de modo a ser apreciado e lido no decorrer de uma viagem.⁵⁴

Nem por isso essa publicação era menos pobre em imagens fotográficas, as quais estavam dispostas, de maneira geral, nos seguintes eixos temáticos básicos: paisagens naturais, remetendo às áreas do entorno da cidade; construções, com destaques para a edificação de novos prédios, casas, pontes; atividades econômicas, ressaltando a pecuária, a agricultura, o comércio e a indústria local; vias de comunicação e meios de transportes, evidenciando a modernização das ruas, a presença do transporte individual e coletivo; vida social e cultural, com ênfase para cenas de família, bailes, clubes, cinemas, escolas, ambientes de trabalho, esportes, piqueniques, etc; personalidades, enfocando indivíduos dos mais diversos segmentos sociais, mas com especial reverência às autoridades civis e militares, empresários e personagens ligados aos segmentos sociais emergentes, como funcionários públicos e profissionais liberais, advogados, médicos, engenheiros, entre outros.

⁵³ **Álbum de Campo Grande**. Campo Grande: Tipografia O Progressista, 1939, p. 95.

⁵⁴Um estudo pormenorizado do **Álbum Gráfico de Mato Grosso** pode ser encontrado em: ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo:1998.p. 38-60.

Os progressos materiais da cidade apareciam assinalados nas imagens relativas às atividades econômicas e nas referentes às vias de comunicação e meios de transportes. Nas primeiras, além do registro das inúmeras casas comerciais, a exemplo da Casa Mansour, definida como "o maior e mais bem sortido estabelecimento comercial de Mato Grosso"⁵⁵, o **Álbum** também destacava, enquanto marca da modernização econômica do município, a maquinaria utilizada em indústrias como a Fábrica Mandetta de bebidas, a Panificadora Esperança, única em Mato Grosso a possuir os "afamados fornos contínuos Pensotti., em "oficinas" como a da Tipografia O Progressista, onde o próprio **Álbum** fora impresso.⁵⁶ Paralelamente, a obra dava grande destaque às ações da "numerosa e hoje unida classe dos fazendeiros da parte meridional do Estado", sublinhando a incorporação, por parte dos pecuaristas, de novas raças e de técnicas modernas de criação, observando, além disso, a prosperidade da lavoura de café - produto introduzido no município em 1911 pelo imigrante sírio Antonio Abdo, proprietário da fazenda Mateira, definida como "a maior organização agrícola" do Estado. Conforme vinha anotado no **Álbum**:

"O cafezal vinga e aumenta de muitos milhares de pés, acrescidos todos os anos. Em 1930, contava a Mateira com 140.000 pés de café, fora plantações de cana e mandioca, excelentes pastos e criação de gado bovino e suíno e galináceo. [...] Digno de nota, juntamente com o cafezal, é o canavial, que ocupa uma área de 10 hectares, fora o belíssimo pomar de laranjeiras, abacateiros, ameixeiras, limoeiros e outras árvores frutíferas. Tem a Mateira modernos maquinismos de descascar café, com produção diária de 40 sacos, de beneficiamento de arroz, limpando 25 sacos, e de cana, moendo 8 carros por dia da mesma plantação. Este ano (1939) calcula-se a safra do café da Mateira em 2.500 sacos de 60 quilos cada um".⁵⁷

Essa dinâmica econômica refletia-se, segundo pretendia atestar o **Álbum**, na modernização do equipamento urbano de Campo Grande, materializada na ampliação de ruas e avenidas como a 13 de Maio, a Barão do Rio Branco e a Avenida Mato Grosso, ao longo das quais podiam ser vistas "modernas casas

⁵⁵ **Álbum de Campo Grande**. Campo Grande: Tipografia O Progressista, 1939, p. 71.

⁵⁶ **Álbum de Campo Grande**. Op. Cit. p. 71.

⁵⁷ idem, p. 30-31.

recentemente construídas⁵⁸; na expansão da própria área urbana, expressa na oferta de venda de lotes em bairros como a Vila Planalto, cuja aquisição era apontada como “o melhor emprego de capital”, e o bairro Amambaí, “sentinela avançada de Campo Grande”, onde estavam localizados os projetos de construção da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e da residência dos padres redentoristas⁵⁹, bem como na implantação de novos meios de comunicação e transportes, a exemplo da instalação da primeira linha telefônica⁶⁰, da presença do auto-ônibus que circulava em alguns bairros “de quatro em quatro horas durante o dia e parte da noite”⁶¹, dos caminhões que passavam a trafegar as rodovias, da própria ferrovia, e até mesmo do avião.⁶²

Não obstante esses traços do progresso, o **Álbum** também dava destaque para algumas “tradições que não morrem”, enfatizando a frequência, nas estradas “velhas” do sul de Mato Grosso, dos carros de boi mineiros, dos quais nem mesmo os caminhões da marca “Internacional” conseguiam tirar a “realeza”.⁶³ Nesse sentido, sugeria-se que progresso e tradição constituíam faces da mesma moeda, a partir da qual configurava-se a identidade regional; o passado e o futuro que deveriam irmanar todos os mato-grossenses, filhos da terra ou não.

De todo modo, em decorrência das transformações econômicas e urbanas, a própria vida social e cultural da cidade se vitalizava. Para atender às expectativas de lazer e cultura que uma cidade moderna deveria possuir, foram surgindo em Campo Grande praças, sorveterias, bares como o Para Todos, o Parque Balneário, com regras estabelecidas para os horários de banhos de piscina para homens e mulheres; o Rádio Clube, local de encontro e de bailes freqüentados pelas elites campo-grandenses; além dos cines-teatro como o Santa Helena e, em especial, o Alhambra, criado em 1937 e definido como palácio encantado das mil maravilhas do som e da luz”. De acordo com o **Álbum de Campo Grande**:

⁵⁸Idem. p. 94 e 117.

⁵⁹Idem, pp.46, 101, 58-59.

⁶⁰Idem, p. 139.

⁶¹Idem. p. 46.

⁶²Idem, p. 138.

⁶³Idem.p.110.

"A não ser São Paulo, Rio e outras capitais dos estados, nenhuma cidade do interior tem uma casa de espetáculos, no gênero, tão luxuosa e grandiosa. Rara é a noite em que o Cine Teatro Alhambra, nas suas duplas sessões, não se enche da fina flor de Campo Grande. A par do mais refinado bom gosto e da comodidade que oferece o amplo salão com as suas muitas centenas de cadeiras, as fitas que são passadas no ECRAN são das mais afamadas marcas do mundo e maior retumbância em aplausos na atualidade. A "Metro Goldwyn Mayer", a "Paramount Films", a "RKO Radio Pictures", a Warner Bros First", a "Columbia Pictures", etc., nomes célebres em produção, todas as semanas exibem no Alhambra os filmes de maior notoriedade. Os aparelhos, tanto de som, Westem Electric, como o de gradação de luzes multicores, Traynon, este o único usado na América do Sul, são a última palavra nas técnicas cinematográficas'.⁶⁴

Contudo, o **Álbum** advertia que, diferente das grandes cidades do país, Campo Grande não era só "a urbes que impressiona o forasteiro pela harmonia retilínea de suas ruas, elegância de seus prédios, febricidade de seu comércio e operosidade crescente de seus habitantes", tinha também "a graciosidade sempre primaveril dos seus arrabaldes, povoados de poéticas chácaras e convidativos sítios, que são remanso de gozo para luta diurna citadina".⁶⁵

Novamente aqui o embricamento entre o progresso e tradição: antes de se constituir um espaço marcado pela natureza selvagem, os arredores de Campo Grande eram representados como lugares de convivência, refletindo, por outro lado, o que o meio ambiente poderia oferecer em termos de exploração econômica. É assim que, em muitas fotografias, famílias inteiras são retratadas em piqueniques à beira de rios como o Aquidauana e o Taquari, com destaque para o potencial de suas quedas d'águas e para as possibilidades do garimpo, especialmente em Rochedo. Representações dessa natureza, há muito praticamente domada pela gente mato-grossense, também se faziam presentes nas imagens de animais selvagens, como as onças, tidos como de estimação.

Dado fundamental nesse processo de domesticação da natureza é a presença, sempre marcante nas fotografias, das mulheres em primeiro plano. Nesse quadro, insinua-se a interação entre a mãe natureza e a mulher mãe, ao mesmo tempo civilizada e civilizadora, e a cidade de Campo Grande como a

⁶⁴ Idem.P.76.

⁶⁵ Idem.p.17.

grande mãe acolhedora, no sul de Mato Grosso, de indivíduos vindos dos mais diversos lugares do país e do mundo e das mais diferentes classes sociais. Assim, embora o **Álbum** procurasse destacar as figuras mais relevantes da sociedade local, não deixava, contudo, de mencionar a presença de indivíduos marginalizados como engraxates e mendigos:

"A nossa cidade, não podendo fugir a regra geral, também tem seus tipos populares [...] figuras anônimas, sofredoras, que ora nos arrancam gargalhadas com seu grotesco, como nos compungem o coração com a sua desdita erradia. [...] Campo Grande é a terra favorita dos pequeninos engraxates e dos grande pedintes, todos eles ganham a vida, porque o povo campo-grandense é bom e generoso."⁶⁶

Surgido num momento de transição, em que Mato Grosso deixava de ser representado pelo "estigma da barbárie"⁶⁷ para se incorporar à nacionalidade como "reserva de brasilidade", o **Álbum de Campo Grande**, produzido com o objetivo explícito de ser "verdadeiro o espelho das atividades de seus filhos, tanto os nativos como os adotivos, nos diversos labores humanos"⁶⁸, elaborava, por outro lado, sutilmente, um objetivo implícito: o de edificar um quadro indentitário que colocava os habitantes do sul de Mato Grosso, em particular os campo-grandenses, como elementos plenamente incorporados à nacionalidade, porém como brasileiros distintos. Nesse processo de elaboração identitária, a mulher mato-grossense/campo-grandense ocupará um papel central como será visto no próximo capítulo.

⁶⁶ Idem.p.65.

⁶⁷ Para uma análise das representações de Mato Grosso através do estigma da barbárie, ver GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da Civilização: Sertão, Fronteira e Identidade nas Representações sobre o Mato Grosso**. (Tese de Doutorado) SP: USP, 2.000.

⁶⁸ Cf. **Álbum de Campo Grande**, p. 30.

CAPÍTULO II

**“E avós que me dirijo, mães cristãs...”:
Imagens femininas na Imprensa masculina.**

“Amélia não tinha a menor vaidade,
Amélia é que era mulher de verdade”.
(Ataulfo Alves e Mario Lago, 1942).

A investigação dos processos políticos em nosso país tende a incorporar, com maior frequência, a análise da influência, dos papéis e recursos políticos específicos dos meios de comunicação de massa. A intervenção política nos órgãos de imprensa se apresenta, para os analistas, como uma variável significativa.⁶⁹

É sabido que, com a expansão e o aprimoramento das técnicas de informação, tornou-se possível a aplicação dos meios de controle de massa. Os jornais são exemplos desses meios: influenciando os costumes, as tradições, o comportamento e as opiniões, tendo interferência nos campos político, social, econômico, artístico e literário, entre outros, alterando conceitos, modificando hábitos e provocando transformações imediatas na sociedade sem, contudo, modificá-la.

Frente ao extraordinário desenvolvimento da capacidade de reprodução das informações e sua força de persuasão sobre as pessoas, o "uso adequado" dos meios de comunicação de massa passou a ser encarado como um forte instrumento político.⁷⁰ Nessa perspectiva, a imprensa transforma-se em uma instituição de natureza privada, porém com dimensões públicas. Assim é que, para Getúlio Vargas, para quem o primeiro dever do Estado era o de "polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão", a imprensa constituía-se no "maior elemento para um bom governo".⁷¹

Com base nisso, no Estado Novo foram criados os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP) e, nacionalmente, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a chefia de Lourival Fontes e sede no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro.⁷²

Para que seja possível compreender a atuação do DIP nos veículos de comunicação do Brasil, faz-se necessário antes entender o processo que levou à

⁶⁹WELTMAN, Fernando Lattman - "Imprensa e política no pós-"Nova República": Notas sobre a evolução recente da intervenção política da imprensa e sua investigação: **Cadernos de Sociologia e Política**. RJ: IUPERJ, 1, nov., 1995.

⁷⁰PEREIRA, Moacir. **Imprensa: Um Caminho à Liberdade**. Florianópolis: Lunardelli/UFSC, 1980, p.119.

⁷¹Apud CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. RJ: Difel, 1976, p. 171.

⁷²COUTTO, Pedro do. "A Imprensa" In: SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (Orgs). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDS, 2004.

sua criação, tendo como apoio as pesquisas de Lia Calabre, que se propôs a analisar as políticas públicas culturais na imprensa brasileira durante a primeira metade do século XX, e de Silvana Goulart, que pesquisou a relação da produção cultural com os meios de informação durante o governo Vargas. Ambas nos permitem mapear a criação e a transformação de diversos órgãos oficiais de comunicação, até a configuração final do Departamento de Imprensa e Propaganda, instaurado com o Decreto nº 1.915, de 27/12/1939, com a função de centralizar, coordenar, organizar, censurar, premiar e incentivar as atividades das empresas da área de comunicação e de seus respectivos empregados⁷³.

Segundo Silvana Goulart, em 2 de julho de 1931, o Governo Provisório criou o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), com o objetivo de controlar a circulação de informações. O órgão seria uma espécie de apêndice da Imprensa Nacional, encarregado de fornecer dados e esclarecimentos, à imprensa em geral, sobre questões oficiais.

Em 1934, o DOP foi reorganizado, dando lugar ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), inicialmente sob a direção do jornalista Salles Filho e, depois, sob o comando de Lourival Fontes. O DPDC era dividido em três seções: rádio, cinema e cultura física. Mas parte dos problemas relativos à imprensa ainda estava sob o controle da Agência Nacional, órgão ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁷⁴.

Mudanças significativas ocorreram em 1938, quando o DPDC foi reorganizado, absorvendo também as funções da Agência Nacional. Transformado em Departamento Nacional de Propaganda (DNP), sua ação abrangia a imprensa, o rádio, o cinema e o turismo, cabendo-lhe ainda cuidar da difusão da informação nos âmbitos nacional e internacional.

Toda a experiência acumulada pelo governo, a partir do funcionamento dos diversos órgãos citados, serviu para a criação de um poderoso e eficaz

⁷³ GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero. 1990. p. 54-59.

⁷⁴ CALABRE, Lia. “Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque”. **Revista Estudos Históricos, Mídia**. n. 31, 2003. CPDOC/FGV. p. 7.

instrumento de controle e produção cultural: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ⁷⁵.

Segundo Maria Helena Capelato, O DIP foi criado sob inspiração do modelo de imprensa e propaganda nazi-fascista, que tinha como característica uma “linguagem simples, imagética e agressiva que visava provocar paixões para atingir diretamente as massas”⁷⁶. Dentre os métodos e funções do novo órgão estavam a organização do registro de todos os jornalistas, bem como a distribuição de matérias jornalísticas. Estima-se que cerca de 60% das notícias eram fornecidas pelo DIP, através da Agência Nacional, e os 40% restantes eram severamente vigiados.

Como efeito, em 1937, o DIP passou a entregar, mensalmente, à imprensa, uma lista dos temas proibidos, que iam desde censuras às informações sobre a UNE ou a qualquer coisa assinada por Oswald de Andrade, até notícias e comentários sobre a Espanha contendo ataques pessoais ou diretos ao General Franco ou, ainda, alusões ao regime brasileiro anterior a 10 de novembro de 1937 “sem prejuízo à democracia, pois o regime atual é também uma democracia”⁷⁷. Nas palavras de Silvana Goulart, o DIP “transformou-se numa espécie de superministério, que imaginava tudo para projetar e fortalecer a imagem de Vargas e do governo”⁷⁸.

Pode-se afirmar que o DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura, tendo como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira⁷⁹.

Nesse contexto, a comunicação social estadonovista visava atingir e cooptar as mais diversas classes sociais, integrado-as sob um discurso populista. A figura

⁷⁵ CALABRE, Lia. Op. Cit. 2003. p.08

⁷⁶ CAPELATO, Maria Helena “Propaganda política e controle dos meios de comunicação.” In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167.

⁷⁷ **Coleção Nosso Século** (1930-1945). SP: Abril Cultural, 1980, vol. 3, p. 196.

⁷⁸ GOULART, Silvana. Op . Cit. 1984. p. 84.

⁷⁹ O DIP estava estruturado da seguinte forma: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares. A organização funcional revelava alto grau de centralização, e os cargos de confiança eram atribuídos diretamente por Getúlio Vargas. CAPELATO, Maria Helena. Op. Cit. 1999.p.172

de Vargas passou a ser identificada como o pai onipresente, que tudo vê e tudo compreende. Ao mesmo tempo, o DIP apresentava, através da imprensa, a sociedade como um grupo homogêneo onde se igualavam o operário e o industrial, patrão e empregado, todos trabalhadores, empenhados na construção da nação⁸⁰. Revelador, nesse sentido, é o artigo “O trabalhador brasileiro”, veiculado na edição de 02/01/1940 do jornal cuiabano **O Operário**:

“O brasileiro não é vadio, nem inconciente. Na sua estrutura de filho dos trópicos possui uma resistência verdadeiramente extraordinária. É paciente, tenaz, sóbrio e dotado de elevado poder de assimilação (...) Não tem ambições pelo próprio facto de ser simples e sóbrio, porque não tem avidez de ganho, a preocupação ferrenha de acumular de enriquecer (...) Entre um patrão que pague salários elevados e seja um déspota e outro que pague, mesmo impontualmente, salários menores, mas que seja patriota, a maioria dos trabalhadores nacionaes não hesita. Sua preferência vae para o segundo⁸¹.”

Esse discurso, além de negar os antagonismos e a exploração na relação entre patrão e empregado, apresentava o trabalhador como fator primordial da dignidade humana e da nação, sendo o trabalho desvinculado da situação de pobreza. Dessa forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho, caracterizada como dimensão essencial à revalorização do homem, o trabalho passaria a ser um direito e um dever, uma tarefa moral, um ato de realização e, acima de tudo, uma obrigação para com a sociedade e o Estado.⁸²

A construção da imagem do trabalhador produtivo e saudável ganhou reforço, na imprensa, em anúncios de empresas e produtos como a Cafiaspirina que, supostamente, auxiliaria na manutenção de um corpo saudável para o trabalho:

O trabalhador

Cumpra ter-se o corpo bem disposto e o espírito alegre. Mas que alegria que bom humor, que disposição para a lida podem existir se uma dôr physica nos afflige? Uma simples dôr de cabeça rouba ao trabalhador a efficiência do seu esforço. Contra este insidioso inimigo há, felizmente, uma arma irresistível: a Cafiaspirina⁸³.

⁸⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro:Zahar Ed., 1982.

⁸¹ Jornal **O Operário**, Cuiabá 02/01/1940.

⁸² GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo.” In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.p.53.

⁸³ Jornal **O Matto Grosso**, Cuaibá 18/12/1938.

Evidentemente que esses discursos e a manipulação no populismo nunca foram absolutos; a esse respeito cabe lembrar que “mesmo os regimes que levaram esse controle ao extremo não conseguiram atingir o objetivo de formar a “opinião única”⁸⁴. A eficácia ou ineficácia do discurso estadonovista e de suas diretrizes não se deve somente à intenção ou competência do DIP, um dos responsáveis por sua veiculação.

Se o discurso do regime funcionou, e até certa medida isso aconteceu a ponto de fazer sentido para o receptor, tal se deu em função dos elementos populares que ele articulou. Sendo assim, o discurso populista cruzou seus caminhos com elementos dispersos, esparsos, que constituem parte do acervo do saber popular, dando ao povo uma imagem na qual ele se reconhecia. Nessa medida, criou laços sociais, pois apoiou-se em elementos que pertenciam ao universo popular,⁸⁵ podendo-se citar, como exemplo desse interesse, a oficialização dos desfiles das escolas de samba, com a qual o governo incentivava, apoiava e também controlava as manifestações carnavalescas populares⁸⁶. Portanto, a ação do DIP se fez sentir na produção dos mais diversos bens culturais, usando como meio a edição de uma série extensa de livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos, filmes de ficção etc, para atingir seu fim: a divulgação das ações e diretrizes do Estado Novo, bem como a promoção do regime e de seus dirigentes.

Provavelmente, outra medida que favoreceu a eficiência das ações do DIP foi a cooptação dos jornalistas que, segundo Maria Helena Capelato, se deu “através das pressões oficiais, mas também pela concordância de setores da imprensa com a política do governo”⁸⁷. Vale frisar que o governo varguista atendeu às reivindicações da categoria, a exemplo da regulamentação profissional que

⁸⁴CAPELATO, Maria Helena Op.Cit. 1999. p.175.

⁸⁵GARCIA, Nelson Jahar. **Estado Novo. Ideologia e propaganda política**. São Paulo: Loyola, 1982.

⁸⁶CALABRE, Lia. “Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque”. **Revista Estudos Históricos, Mídia**. n. 31, 2003/1 CPDOC/FGV. p. 6.

⁸⁷CAPELATO, Maria Helena. Op. Cit. 1999. p. 170.

garantia direitos aos trabalhadores da área. É provável que muitos jornalistas não se inclinaram às pressões do poder, mas, segundo Nelson Werneck Sodré, foram raríssimas as empresas jornalísticas que não se deixaram corromper pelas verbas e favores oferecidos pelo governo.⁸⁸ Nesse sentido, Maria Helena Capelato atenta para o fato de que “por um lado, o autoritarismo do Estado Novo explica a adesão e o silêncio de jornalistas; por outro, não se pode deixar de considerar que a política conciliatória de Getúlio Vargas, aliada à “troca de favores”, também surtiu efeito entre os “homens de imprensa”.⁸⁹

Para que a produção da imprensa nos estados fosse também vigiada, em 4 de setembro de 1940, o governo regulamentou, através do Decreto-Lei nº 2.557, o funcionamento dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP), que estavam subordinados às normas ditadas pelo DIP para todas as divisões⁹⁰.

O DEIP no Estado de Mato Grosso foi implantado no dia 02 de março de 1943, sob a supervisão do jornalista Archimedes Lima, fato noticiado pela revista cuiabana **A Violeta**:

“A 2 do corrente foi solenemente instalado o D.E.I.P., organização que está a cargo do abalizado e inteligente jornalista Archimedes Lima. Na cerimônia estiveram presentes as mais altas autoridades civis, militares e religiosas bem como elevado número de pessoas de destaque social.(...) Fizeram-se ouvir as palavras inteligentes e cheias de civismo do Diretor do D.I.P.E. e de S. Excia. o Snr. Bel. Júlio Müller, D.D. interventor federal.(...) A Violeta congratula se com o Estado de Mato Grosso por mais este fato de alta significância para sua cultura e desenvolvimento...”⁹¹

Ao DEIP de Mato Grosso coube fiscalizar a imprensa do Estado, divulgar as diretrizes do governo e as ações de “ilustres mato-grossenses” que participaram ativamente do regime, a exemplo do chefe da Polícia estonovista Filinto Müller, do interventor estadual Julio Müller, do arcebispo, poeta, orador e ex-presidente do Estado, Dom Francisco de Aquino Corrêa, entre outros.

A vida desses homens, bem como a de seus familiares foi amplamente noticiada na imprensa, ocupando espaços que iam das páginas políticas até as

⁸⁸SODRÉ. Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2º edição, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil. 1977.

⁸⁹ CAPELATO, Maria Helena. Op. Cit. 1999. p. 171.

⁹⁰ GOULART, Silvana. Op. Cit. 1990. p. 54-59

⁹¹ Revista **A Violeta**, Cuiabá. Janeiro, Fevereiro e Março de 1943. p. 21

colunas sociais, servindo assim de modelo de conduta. Foi diante da conjuntura exposta acima, que os jornais de Mato Grosso se posicionaram, emitindo normas de conduta e se valendo delas para vigiar desafetos políticos e as classes ditas perigosas.

Embora alguns analistas identifiquem os jornais como um dado de empobrecimento da cultura, em razão de sua massificação e de sua "elegância barata"⁹², é importante destacar que, nas primeiras décadas do século XX, em cidades como Campo Grande, este foi um veículo cultural de suma importância, pois o consumo de jornais constituiu-se em hábito de uma pequena minoria ilustrada, com o poder da imprensa se justificando pela real e decisiva intervenção ideológica.⁹³

Conscientes da força representada pela imprensa, as elites campo-grandenses lançaram mão dos jornais como veículos para a divulgação de modelos comportamentais, especialmente para as mulheres que, durante o Estado Novo, eram vistas como elementos essenciais no projeto estatal de "civilização" das chamadas "classes perigosas" dos centros urbanos, ou das populações que habitavam as áreas ainda identificadas como "sertão", supostamente destituídas dos padrões ideais de "civilização".

Nesse contexto, a imprensa constituiu-se em importante instrumento para a formulação, divulgação e reforço de padrões de comportamentos sociais, no interior dos quais as mulheres foram caracterizadas como biológica e psicologicamente frágeis em relação ao homem, devendo, portanto, estar submetidas a eles. Representadas como portadoras de certas qualidades inerentes ao sexo feminino, entre elas a ternura, a delicadeza e a intuição, seu lugar, por excelência, era o lar e suas tarefas deveriam estar restritas aos cuidados com os maridos e filhos.⁹⁴ Assim procedendo, os jornais reproduziam os

⁹² PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas, Uma Questão de Classe**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994, p. 33.

⁹³ WELTMAN, Fernando Lattman. "Da desilusão ao aprendizado político: como a imprensa participa do processo". **Jornal da ABI**, RJ, vol. 3, n° 3, p. 67 a 69, 1997. Edição especial. "Um século da história da imprensa".

⁹⁴ Para um aprofundamento do tema, ver: ROCHA, Rosângela Vieira. **Imagem Desfocada (Estudo Sobre Indústria, Cultura, Ideologia e Mulher)**. Dissertação (Mestrado em História) USP. São Paulo: 1982.

modelos que há muito tempo faziam parte do imaginário Ocidental, também encontrados na literatura, nos sermões e nos textos escolares.⁹⁵ Noutros termos, além da cisão entre os que sabiam ler e aqueles que se limitavam à cultura oral, em suas páginas os jornais mato-grossenses procuravam promover a divisão entre os espaços público e privado, com o primeiro definindo-se como área de atuação masculina e o segundo como lugar destinado à mulher.

Isso é o que se observa da análise estrutural dos periódicos, nos quais a primeira página era dirigida ao público masculino que, supunha-se, estaria mais interessado pelas disputas políticas locais, nacionais e internacionais, com profusão de notícias referentes à Segunda Guerra Mundial. A partir da segunda página, surgiam artigos e notícias, geralmente extraídas dos jornais dos grandes centros urbanos do país, que pela abundância de referências à mulher, pareciam dirigir-se ao público feminino.

Tomando-se como exemplo o semanário **A Cruz**, veículo de divulgação da Liga Católica de Mato Grosso, editado em Cuiabá, mas com ampla circulação em Campo Grande, as páginas internas ficavam reservadas para artigos, na maior parte das vezes, sem qualquer identificação dos autores, produzidos no Liceu Campo-grandense cuja pretensão era "educar" a família, transmitindo, entre outras mensagens, hábitos sexuais "sadios", considerados fundamentais numa sociedade marcada por inúmeras pressões, entre as quais, o surgimento de novos personagens e espaços urbanos típicos das grandes cidades, tais como as casas de jogos e de prostituição. Em sua edição de 05 de março de 1939, o jornal **A Cruz** trazia o seguinte artigo:

"É sabido que o homem, escravizado pela carne, procura coonestar as suas derrotas com motivo de ordem intelectual... não resta aos nossos rapazes desfibrados outros expedientes senão confessar, sinceramente, que a razão única de sua vida incontinência é a fraqueza de sua vontade a derrota de seu espírito pela carne ... ensinar a mocidade masculina que a castidade e a continência, não são nocivas a saúde, mas virtudes muito recomendadas ainda sob o ponto de vista médico e higiênico".⁹⁶

⁹⁵PEDRO, Joana Maria. "Mulheres do Sul". In: DEL PRIOR E, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. SP: Ed. Contexto, p. 281.

⁹⁶ "A continência sexual é nociva à saúde?" Jornal **A Cruz**, Cuiabá, 05/03/1939, p. 4.

Para a nova elite urbano-burocrática campo-grandense, grupo ansioso por ascender posições sociais que lhe garantisse prestígio político e segurança material, não era apenas necessário incorporar novos hábitos e condutas importadas das grandes cidades do país. Não sendo mais suficiente, como mecanismo de diferenciação social, ser branco, católico e proprietário, era preciso ser civilizado, ter gosto e ser "higienizado".

Não obstante a menção aos médicos e higienistas, cujo papel como organizadores da vida pública e privada foi fundamental no final do século XIX e início do XX, era à mãe que **A Cruz** atribuía um papel central para a sadia educação física e mental dos filhos, como se observa em alguns dos "dez mandamentos", ou "conselhos", destinados aos meninos, publicados pelo semanário em janeiro de 1939:

- “1º Amar a tua mãe sobre todas as mulheres.
- 2º Não abrigues pensamentos que tua mãe não possa conhecer, nem cometas ações que ela não possa ver.
- 3º Declaraste culpado, antes que mentires hipocritamente
- 4º Vivas em tua casa com amor e alegria, a ponto de desvanecer amarguras e atenuar tristezas.
- 5º Pense em ser modesto, de preferência a ser belo, e sempre bom.
- 6º Procurar ter convicções sinceras, fé pura, conhecimentos sólidos e inexorável caridade.
- 7º Trabalha no lar, como si não tivesses o auxílio de tua mãe.
- 8º Aprende a arte de escutar com paciência, fala sem encolirizar-te, sofre e goza sem extremos, e terás conseguido muito para seres feliz.
- 9º Acostuma-te a, ver em tua casa a melhor das residências e em teus pais os melhores amigos.
- 10º Trata e estima a todos, irmãos, amigos, e criados.”⁹⁷

Essencial, no processo de formação do cidadão "civilizado" e "higienizado", o papel da mãe seria estendido às professoras: "[...] a mulher mato-grossense conhece, sobretudo, que só o amor resgata, eleva, purifica e redime, e que mundo novo será o que forem as mães e as mestras de hoje, atuando no espírito do homem de amanhã".⁹⁸

⁹⁷ Jornal **A Cruz**. 08/01/1939, p.03.

⁹⁸ "Mulher de nossa terra". Jornal **A Cruz**, Cuiabá, 11/02/1940.

Não será demais lembrar que o problema da educação foi motivo de intensa discussão durante o Estado Novo. Inspirado na noção, expressa pelo Ministro Gustavo Capanema, de que a educação não podia ser "neutra no mundo moderno", a partir de 1937 o Ministério da Educação e Saúde lançou uma série de diretrizes, visando levar a cabo um amplo projeto de nacionalização cultural, sob o rígido controle do DIP.

Em 1938, a Comissão Nacional do Livro Escolar promoveu a reforma das obras didáticas, com as escolas não podendo adotar livros que não fossem aprovados por essa Comissão. Entre os textos proibidos estavam aqueles que continham mensagens de "pessimismo ou dúvida quanto ao poder futuro da raça brasileira".

Pela Constituição de 1937, tomaram-se obrigatórios a educação física e o ensino cívico em todas as escolas primárias, secundárias e normais do país. Em 1939, foi criada a Escola de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, destinada a formar professores dessa matéria, cujo modelo era dado pela Escola de Educação Física do Exército. Ao mesmo tempo, surgiu a Comissão Nacional de Desportos e inúmeros centros de recreação, parques infantis, instituições destinadas ao "preparo dos jovens", como a Juventude Brasileira (1940), e à regulamentação do fazer operário, como o Serviço de Recreação Operária (1943), encarregado da "educação física e moral dos trabalhadores", cujo lazer, entendia-se, "estava à mercê das mais contraditórias influências, por vezes [...] nefastas e prejudiciais ao progresso do organismo social".⁹⁹

Paralelamente, à Comissão Nacional de Ensino, criada pelo Ministro Gustavo Capanema, ficou a tarefa de apresentar o ante-projeto do Decreto Lei que regularizaria o ensino em todo país. Como resultado disso, em abril de 1942 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, com o objetivo de criar, nos adolescentes, uma sólida cultura geral marcada pelo cultivo da "consciência patriótica, pelo respeito aos valores maiores da Pátria e pela manutenção da

⁹⁹ **Revista de Educação Física.** RJ, nº 5, 1943.

ordem social".¹⁰⁰ No tocante à educação feminina, recomendava o Ministro Capanema:

"[...] que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimento de ensino de exclusiva frequência feminina e que a orientação metodológica dos programas tenha em mira a natureza e a personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar".¹⁰¹

Encarada como instrumento de formação das massas, a educação no Estado Novo orientava-se, portanto, para fazer "das gerações de amanhã um todo homogêneo e coeso, sabendo mandar e obedecer".¹⁰² Ao professor estava destinada a tarefa de ser o "obreiro da eugenia da raça", devendo aperfeiçoar "os valores dirigidos e criadores das elites e as aptidões produtoras das massas".¹⁰³ Nesse processo, as mulheres deveriam transformar-se em aliadas do Estado, cabendo-lhes o papel de agentes "civilizadores" no interior dos lares. Num plano mais abrangente, reservava-se a elas a função de educar "homens melhores" que formariam a nação brasileira.

Mas não só do Estado elas apareciam como aliadas. Desde a vitória dos "revolucionários" de 1930, as relações entre o Governo e a Igreja começaram a se estreitar, com esta última ganhando terreno na esfera política. Em 1932, o Cardeal Dom Sebastião Leme fundou a Ação Católica Brasileira e a Liga Eleitoral Católica, congregando intelectuais como Tristão de Atayde e parcela da classe média. Como reflexo disso, nas eleições para a Constituinte de 1934, os católicos contribuíram para a vitória de inúmeros deputados, os quais lutaram para realizar o velho sonho dos políticos ligados à Igreja, de restituir o Catolicismo como religião oficial do povo brasileiro, privilégio perdido com a Constituição de 1891 - leiga e positivista. Assim, a Constituinte de 1934 acatou algumas das principais reivindicações das lideranças católicas. Entre outras, a nova Constituição foi

¹⁰⁰ CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. SP: Cortez, 1981, pp. 122 e 128.

¹⁰¹ SOUZA, Maria Neuza Gonçalves Gomes. **As Meninas do Estado Novo em Campo Grande MT. Breve Estudo do Jornal Escolar Ecos Juvenis (1937-1945)**. Aquidauana: CEUA/UFMS, monografia de especialização em História Regional, 1999, p. 18-19.

¹⁰² **Revista de Educação Física**, RJ, n° 24, 1938

¹⁰³ Idem, RJ, n° 62 e 69, 1942.

promulgada em nome de Deus, o Catolicismo instituído como religião oficial, o matrimônio considerado indissolúvel, o casamento religioso oficialmente reconhecido, além da implantação, nas escolas primárias e secundárias, do ensino facultativo da religião católica.

Instituição essencial no esquema de edificação do caráter individual e coletivo, a Igreja também cobraria das mulheres um papel fundamental na formação dos filhos, lembrando-as de que a educação cristã seria um complemento indispensável para a construção do “novo Homem”:

"É a vós que me dirijo, Mães cristãs... Reconhecendo vossa missão sublime, saúdo em vós as cooperadoras de Deus na obra grandiosa de preparar os eleitos do Senhor. Deus quis por vosso meio alegrar o vosso exílio, condenando-vos ao vosso mais precioso tesouro: os filhos. Estes filhos, fruto de vosso sacrifício e amor incompreensível, têm um destino nobilíssimo. São vossos sim, ó mães, mas também são de Deus, e para Deus devem ser encaminhados. Missão gloriosa, responsabilidade tremenda! A educação cristã dos filhos é o complemento indispensável para a formação do Homem... E por isso, Deus não raro escolheu seus sacerdotes dentre as famílias que, com cuidado especial, educam cristãmente seus filhos... Lembrai-vos dessas verdades, ó Mães, e meditai um instante sequer na larga recompensa que Deus vos prepara."¹⁰⁴

Não raro, essa mulher - mãe - mestra mato-grossense seria idealizada na figura de Maria, a exemplo do poema comemorativo ao dia das mães do ano de 1944, publicado no **Jornal do Comércio** de Campo Grande:

"Á gloriosa Maria
Ó vós que sois boa e pura
Tem de mim compaixão
Vil pecador imploro
Um doce Olhar de perdão
E eu que nasci em maio
Mez da mãe do Salvador
Dedico a Virgem Maria
Respeito e grande amor".¹⁰⁵

Destaque-se que, na imprensa, o uso de poemas, assim como o de crônicas, piadas e provérbios, possuía um caráter estratégico, haja vista que essas variedades podiam promover impactos diferenciados nos leitores. Ao

¹⁰⁴ "Mães dais sacerdotes a Deus!", jornal A Cruz, Cuiabá, 01/09/1942.

¹⁰⁵ **Jornal do Comércio**, Campo Grande, 09/05/1944 p.2

contrário da notícia, que possui um conteúdo algo verídico e que tende a criar uma realidade, o efeito que se pretendia produzir com o uso do poema, da piada ou pela opinião formulada pela crônica parecia atender a objetivos morais. Por outro lado, é possível que estes fossem lidos com maior facilidade e, repetidos no cotidiano, podiam alargar o âmbito da mensagem para além dos leitores de jornais.

A crescente urbanização e a rápida evolução industrial da década de 1930, sobretudo no Rio e em São Paulo, foram importantes fatores de ampliação da participação feminina além das fronteiras domésticas. O surgimento de fogões a gás e aparelhos eletrodomésticos como o ferro de passar roupa e a geladeira, contribuía para facilitar as tarefas caseiras. Através do rádio, chegavam informações sobre as rápidas mudanças da vida moderna, assim como na imprensa surgiam as páginas femininas, a exemplo do "Consultório da Mulher" e da "Página de Eva", ambas publicadas pela **Revista da Semana**, do Rio de Janeiro.

Na medida em que a oferta de empregos e as oportunidades profissionais aumentavam para as mulheres das camadas médias da sociedade, aos poucos, o trabalho extra-doméstico deixava de ser considerado uma "desgraça", sendo crescente o número de professoras, enfermeiras, comerciárias, datilógrafas, funcionárias públicas, telefonistas, etc. Refletindo essa nova realidade, tomou-se habitual as colunas sociais dos periódicos editados em Campo Grande associarem certas figuras femininas às suas respectivas profissões, a exemplo da "Exma. Sra. D. Lenira Alves Campos, ilustre dama campo-grandense, festejada jornalista e diretora do Jardim da Infância Paraíso"; da menina Itália Franceschi, a "Italinha, "linda porteirinha do Cine Alhambra"¹⁰⁶; bem como da gentil senhora Odayla Ketzer, que é contadora das Casas Pernambucanas de Campo Grande".¹⁰⁷

Apesar da resistência de algumas vozes que ainda se levantavam contra a participação da mulher na vida pública, afirmando ser esse tipo de atividade

¹⁰⁶ **Álbum de Campo Grande**. Op cit, 1939, pp. 104 e 107.

¹⁰⁷ **Jornal do Comércio**, Campo Grande, 6/5/1944.

contrário à natureza, que a teria destinado para ser exclusivamente esposa e mãe, em 1931 foi formada, no Recife, a Cruzada Feminista Brasileira que, defendendo reivindicações políticas como o direito de voto, veio a se juntar às vozes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada no Rio de Janeiro, em 1922, por Berta Lutz, para quem:

"A participação da mulher na vida política não deve ser um objetivo almejado pela ambição ou pela vaidade, mas um instrumento destinado a conseguir a realização do programa feminista da igualdade jurídica e econômica dos sexos, de proteção à mocidade e à infância, de justiça social, da educação, de saúde pública e de dignificação do trabalho".¹⁰⁸

Pouco a pouco, as conquistas feministas no exterior repercutiam no Brasil, com o próprio Governo Provisório acatando algumas de suas reivindicações. Em 1932, durante as eleições para a Assembléia Constituinte, foi concedido o direito de voto às mulheres. Na Constituinte de 1934, a participação feminina na política se acentuou e vários artigos da Constituição viriam a beneficiá-las, a exemplo da regulamentação do trabalho feminino já previsto nos Decretos Leis de 17 de maio de 1932.

Estimulados pelo rádio e a propaganda transmitida, especialmente, através dos filmes de Hollywood, também os padrões morais, os hábitos de vida e a moda se modificavam. Senhoras e moças, que antes não saíam às ruas desacompanhadas, agora podiam ser vistas andando sozinhas ou dirigindo seus próprios automóveis, freqüentando ambientes fechados, como os cassinos e os bailes, antes exclusividades masculinas, ou as praias e clubes onde *maillots* mais ousados passaram a mostrar os ombros e as coxas. Novidade que também chegara ao Parque Balneário de Campo Grande, cujo regulamento, além de franquear somente os períodos matutino e vespertino (das 9:30 às 15:30 horas) para os banhos de piscinas das "senhoras", admitia o uso de *maillots* desde que, obrigatoriamente, de cor escura, de modo a diminuir a exposição das formas do corpo.¹⁰⁹

¹⁰⁸ **Revista da Semana**, RJ, 13/3/1934.

¹⁰⁹ **Álbum de Campo Grande**. Op. Cit., p. 69.

À maneira da política, também a moda enveredava por novos rumos, com a indústria têxtil, o comércio e a publicidade exigindo ávidos consumidores para seus produtos:

"O tradicional vestuário com as cores branca e preta - casaco branco, vestido preto ou luvas e chapéus pretos com vestidos brancos - logo se torna demodé. Surgem as diversas tonalidades das cores azul e vermelho e os vestidos confeccionados com tecido crepe trazem enfeites de renda, faixas de cetim e golas jabot, com laços de crepe georgette. Usam-se pijamas (macacões com calças amplas que imitam saias) e tailleurs. As saias apresentam palas franzidas ou lisas e as blusas têm laços e flores na mesma tonalidade do vestido. [...]. A moda dos cabelos curtos, que teve origem na participação da mulher europeia na I Guerra Mundial, [é] bem recebida também na década de 30. As roupas íntimas passam por um grande processo de refinamento: as mulheres chiques usam combinações de crepe-da-china, com incrustações de crepe-cetim aplicadas com ponto turco. Nos bailes, os decotes aumentam. Mas nas ruas as mulheres se contentam apenas com eliminar a gola. [...] As novidades chegam da Europa e principalmente de Paris. [...] A maquilagem se acentua: pó-de-arroz, rouge, bâton. Com a dominação definitiva do cinema americano, trazendo as deslumbrantes Gloria Swanson, Greta Garbo e Joan Crawford, o bâton ultrapassa os contornos naturais dos lábios. No começo dos anos 40, surge o Pan Cake Make-Up, pó compacto que, aplicado com água sobre o rosto, faz as vezes de base. E as "misses" impõem os padrões de beleza".¹¹⁰

Além de ditar mudanças nos padrões de comportamento e estéticos, como silhueta da moda para a "nova mulher", entre outros, a redução dos seios e dos quadris, também é sugerida, o que se poderia adquirir com a prática de esportes (outra novidade da época). Implícita, nesse processo, estava a percepção, por parte do mercado capitalista, do grande potencial representado pelo elemento feminino como "grupo de consumo", fato que ensejou as cadeias de lojas, os grandes magazines e os catálogos de reembolso postal especializados no atendimento ao "belo sexo". Como observou Hobsbawm, "afinal quem decidia sobre a maior parte da compras em casa?".¹¹¹

Sensíveis às mudanças em curso no país e fora dele, os jornais mato-grossenses não deixavam de perceber a emergência da "mulher moderna". Atribuindo a ela um lugar de destaque e ativo naquele processo de transformações, apontavam-na, porém, como importante auxiliar para a

¹¹⁰ **Coleção Nosso Século.** Op. Cit., p. 103.

¹¹¹ HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios (1875-1914).** SP: Paz e Terra, 1988, p. 283.

manutenção da ordem e das instituições. Para tanto, estabelecia-se a dicotomia entre dois pólos da imagem feminina, ou seja, entre a figura mitológica de Eva que, representada como a mulher fútil e sedutora que utiliza seus encantos para levar o homem ao pecado, seria identificada como pólo negativo, e Maria em cuja figura repousava o verdadeiro "espírito feminino" do amor desinteressado e altruísta. Assim, num artigo apócrifo intitulado "A mulher e o modernismo", provavelmente escrito por uma mulher, **A Cruz** deixava transparecer o quão tímidas ainda podiam ser consideradas as conquistas femininas, em razão da persistência de um modelo feminino idealizado:

"Mulher somos a salvadora do mundo... já uma vez ela o perdeu com o nome de Eva, aliciando com seu amaivus (sic), o homem para a transgressão da lei. De outro feito redimiu, sobre a bela encarnação da virgem mãe, Maria a mulher das dores, personificada de espírito feminino de renúncia e sacrifício, morrendo de morte mais dura que a própria morte, na paixão do filho. Agora cabe de novo à mulher, na encruzilhada trágica do mundo moderno, salvar ou perder a humanidade. Ela o salvará, estou certa. Ela salvará o mundo desde que se disponha a ser Maria e não Eva. A dar o exemplo do amor e da abnegação, e não da vaidade e apego aos gostos efêmeros. A influir, pelo espírito de vontade e bondade, na formação do homem novo. A ser guia, amiga e companheira do homem e não seu superior".¹¹²

Dessa perspectiva, enunciava-se "o verdadeiro sentido do feminismo":

"O século XX é o século da mulher... As conquistas feministas valem sem dúvida pela aquisição de maiores direitos e graves deveres... para essas bonequinhas de salão que visualizam o feminismo como apenas vantagens materiais e poder fazer o que os homens podem fazer, saiba que o homem sempre outorgou, egoisticamente, todos os direitos dando à mulher, na comunhão do lar, tão somente as obrigações. Hoje são meeiros, participantes em ambas as coisas. A mulher moderna é auxiliar e colaboradora de seu companheiro doutro sexo. Trabalha, lida, atira-se como ele ao vórtice da vida e sofre junto dele, nessa luta áspera que é a existência. Mas para isso há que entrar blindada de aço da sua resistência moral, armada, como as clássicas Minervas, da sua couraça, da sua inteligência, e ao mesmo tempo aureolada como as Madonas da nossa crença desse ato sobrenatural de virtude - que é a força, e da graça que é a beleza. Só assim a mulher realiza o verdadeiro feminismo."¹¹³

¹¹² Jornal **A Cruz**, Cuiabá, 20/01/1940, p. 2.

¹¹³ "O verdadeiro feminismo". Jornal **A Cruz**, 10/09/1942, p.4.

A mensagem era clara: embora reconhecendo que o século XX era o século das mulheres, sendo um dos mais importantes produtos do movimento feminista, a elaboração de um "novo homem", supostamente ciente de suas atribuições de pai e marido, para o articulista de **A Cruz** a "nova mulher", lançada no "vórtice da vida", jamais deveria perder de vista seu papel mais essencial na sociedade, o de mãe e esposa, sob a ameaça de colocar em risco sua graça e a própria feminilidade e, mais que isso, ser identificada, no caso da mulher da elite, à "bonequinha de salão", fútil e vulgar, e, no caso da mulher das camadas subalternas da sociedade, às "decaídas" que vinham sendo perseguidas pela polícia de Campo Grande.

Dois exemplos dão reforço à argumentação acima. No primeiro, uma notícia publicada sob o título "Prá que trabaiá": o **Jornal do Comércio**, de Campo Grande, dava conta de que a polícia estava fazendo "uma limpeza na vadiagem" da cidade, efetuando, além da prisão de indivíduos "sem ocupação honesta", a detenção das "decaídas Valentina de Assunção e Josefa Rosa".¹¹⁴ No segundo, intitulado "Governo de criança", publicado em forma de crônica por **A Cruz**, advertia o articulista, Padre Ascânio Brandão:

"A criança está no cartaz. E nenhuma dessas madamas elegantes quer saber de criança. Prefere criar bul-dog de raça, ou cachorrinho Lulu a criar e educar filhos [...] Ai de vós que abraçais o matrimônio [...] e recusais cumprir a mais bela e um dos fins essenciais: a criação e a educação dos filhos! Ai de vós!"¹¹⁵

Mostra da antítese dessa mulher fútil e egoísta era oferecida, conforme a imprensa campo-grandense, por Dona Maria Muller, esposa do interventor do Estado, Júlio Müller, e presidente da Legião Brasileira de Assistência, que, na sua intensa atividade pública dava às mulheres de seu nível social e às das camadas médias, o exemplo da verdadeira "natureza feminina", cuja principal característica residia no senso de caridade ao próximo. Ao lado de "homens de negócios, funcionários, senhoras e um grupo das melhores damas da sociedade, gente que tem muita coisa que fazer diariamente, preocupações familiares, deveres e

¹¹⁴ **Jornal do Comércio**, Campo Grande, 12/09/1944.

¹¹⁵ **Jornal A Cruz**, Cuiabá, 05/10/1939.

negócios, mas que jamais esquecem do próximo”, ela fazia, segundo o **Jornal do Comércio**, "notável obra de filantropia e de proteção do povo brasileiro"¹¹⁶.

Ao divulgar o trabalho das mulheres da LBA, a imprensa transformou-se, segundo a historiadora Ivana G. Simili, em propagador das “concepções, valores, idéias, atitudes, comportamentos comungados pelo segmento feminino que atuava como voluntária¹¹⁷” (sic), construindo imagens e representações que mostravam e indicavam os modos pelos quais a mulher brasileira podia contribuir e participar do conflito mundial.

Para atingir as mulheres mato-grossenses e convencê-las a aderirem aos propósitos da LBA, eram publicados vários informes e notícias, nos quais identificam-se lemas como “Lute pela Vitória da Nação”, ou a “Oração pronunciada pela brilhante escritora Hecilda Clarck ao microfone da Rádio Sociedade Fluminense de Niterói a 26 de Janeiro P.P.”, transcrita pela revista **A Violeta** em março de 1943:

(...) Os chefes, os filhos adolescentes partiram para o “front” e, a mulher, anjo custódio dos lares, ficou sozinha e com os mais intrincados problemas a resolver. Todavia, não desanimou e, cônica de seus deveres, trocou a doçura e o comodismo do lar pelas mais rudes tarefas, penetrando desassombrada e plena de energia, nas fábricas, enveredando nos campos de lavoura, surgindo nos hospitais (...) Na atualidade, no envolver dos acontecimentos que ameaçam envolver o mundo numa fogueira infernal a mulher, se distingue, ainda uma vez, pela inteligência, pela dignidade, pela abnegação! (...) O Brasil, neste momento, em que uma sombria nuvem de presságios se distende sobre o Universo, - confiante nos seus filhos- se prepara para enfrentar qualquer contingência e a mulher brasileira movimenta-se para encarar as dificuldades que lhe forem impostas pelo inevitável. (...) Para isso foi fundada a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (...) aceitando o concurso de todos.¹¹⁸

A mensagem era clara, a Legião Brasileira de Assistência carecia dos mais diversos tipos de afazeres femininos naquilo e com aquilo que uma mulher sabia

¹¹⁶ **Jornal do Comércio**, Campo Grande, 8/5/1944.

¹¹⁷ SIMILI, Ivana Guilherme. “O que virou moda na Guerra? As voluntárias da Legião Brasileira de Assistência no Jornal Correio da Manhã.” Texto integrante dos **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo**. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

¹¹⁸ Revista **A Violeta**, Cuiabá. Janeiro, fevereiro e Março de 1943.p. 14-15.

fazer e podia ajudar, uma vez que a instituição precisaria delas “para a luta em defesa da pátria estremecida”¹¹⁹.

Para alentar as mulheres, as palavras de ordem disseminadas pelo artigo de Hecilda Clarck foram as de que, naquele momento de “terrível conflagração mundial”, a mulher brasileira teria mais uma vez a missão de lutar, uma vez que “a Pátria em sua soberania reclama o sacrifício de seus filhos” pelo engrandecimento de nossas forças e da nação. Deste modo “as mulheres do Brasil”, as honrosas filhas da pátria, tinham um papel a cumprir na guerra, que era o de fazer sacrifícios em nome da nação, cedendo seus pais, seus filhos, seus maridos, seus noivos e, ainda, estarem disponíveis para trabalhar pela “vitória do país”, na Legião Brasileira de Assistência, sendo esta a mais “explendente demonstração da inteligência feminina posto ao serviço do Bem”¹²⁰

Trabalhar na e para a instituição virou modelo de boa conduta para as mulheres. Muitas passaram a freqüentar cursos promovidos pela instituição que tinham por objetivo prepará-las para a atuação voluntária. Formaram-se mutirões de costureiras que se ocuparam em produzir roupas para as famílias dos convocados, mas que também foram as responsáveis por angariar fundos para doações às mais diversas instituições filantrópicas como o Abrigo Bom Jesus, o Abrigo Julio Müller, a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo Maria Auxiliadora, a Sociedade Cuiabana de Assistência aos Lázaros.¹²¹

A eleição dessas mulheres para o trabalho voluntário na LBA indica parte das normas de comportamento a serem seguidas pelas “boas famílias”, demonstrando assim os valores como obediência, patriotismo e, sobretudo, altruísmo para com os necessitados, deste modo se enquadrando nos almejados parâmetros de civilização.

Nesse sentido, além da divulgação das ações da LBA, os jornais locais, no intuito de propagar e fazer com que as elites campo-grandenses absorvessem os padrões “cavalheirescos” e de modernidade vigentes nos grandes centros

¹¹⁹ Idem

¹²⁰ Idem

¹²¹ As instituições e os valores das doações podem ser encontrados na revista **A Violeta**, Cuiabá. Outubro de 1944.p. 5-7.

urbanos do país, padrões que diferenciavam essas elites dos membros das camadas subalternas e que deveriam ser seguidos sob o risco de deixarem de gozar dos estatutos de ordem e civilidade, a imprensa local não descuidava de transmitir notícias, geralmente transcritas de jornais vindos de São Paulo ou do Rio de Janeiro, abordando questões relativas às normas de comportamento, à saúde e às últimas tendências da moda feminina no Brasil e no mundo. Exemplo disso aparece no "Suplemento Esportivo" da edição de 06 de maio de 1944 do **Jornal do Comércio**, de Campo Grande, que, transcrevendo uma nota da agência internacional Press Praga, aconselhava a prática de esportes como imperativo à boa saúde física e mental das mulheres que estudavam e trabalhavam fora de casa, sugerindo inclusive os mais adequados:

"Toda mulher que trabalha, quer lutando com difíceis temas nas faculdades, nas repartições públicas ou em casa, tem necessidade preeminente de 5 vezes por semana fazer um pouco mais de exercícios. Procurando paz e sossego nesses dias vertiginosos, o ciclismo depois da natação é o exercício mais indicado para as mulheres."¹²²

Ao mesmo tempo, o colunista procurava esclarecer, atendendo a pedidos de leitoras (e possíveis consumidoras) de vários Estados do país, quais eram os trajes mais adequados, em termos de conforto e da lógica da moda, para a prática do ciclismo (sempre lembrando que, como citado acima, em Campo Grande o traje feminino de banho já havia sido anteriormente regulamentado):

"Para o ciclismo já não se usam mais as famosas calças saias, que tantas controvérsias causaram anos atrás. As mais usadas são as graciosas três-quartos, pouco abaixo do joelho. conjunto criado por Agnes Barret, da Califórnia. Formado por blusa de cambraia de xadrez verde claro, com mangas compridas, [...] os sapatos são verdes no mesmo tom que a calça de linho, e possuem as golas juntas cor de palha".¹²³

As transformações tecnológicas e econômicas ocorridas no mundo não são acompanhadas no campo da mentalidade social. As características atribuídas ao sexo feminino na imprensa mato-grossense são um reflexo disso, ao compor um modelo de mulher aparentemente universal, mas, contendo elementos da estereotipia tradicional, {que a circunscreve ao âmbito do lar}. Mesmo com o

¹²² "A mulher e os esportes". **Jornal do Comércio**, Campo Grande, 6/5/1944.

¹²³ Idem, ibidem.

mundo em transformação, o que diferia a "mulher moderna" da "antiga" era basicamente a quantidade e qualidade de produtos que rodeavam a primeira. Sob outros aspectos, os dois estereótipos são semelhantes: a "mulher moderna", tinha à sua volta os resultados do progresso tecnológico, sendo que esta deve ser obrigatoriamente casada, dona de casa, mãe e esposa dedicada, seguindo à risca um modelo burguês, idealizado pelas elites e veiculado pelos jornais.

Como citado, a instituição de uma ordem burguesa comboiada de um processo de urbanização, da inserção de imigrantes europeus e de outras regiões do país, o desenvolvimento dos transportes e das vias de comunicação, o surgimento das primeiras fábricas, a institucionalização de um sistema comercial e de crédito destinado a ampliar o processo de circulação de mercadorias, tudo isto contribuiu decisivamente para alterar a fisionomia das cidades de Mato Grosso, nas primeiras décadas do século XX.¹²⁴

Em integração com esse processo, ocorria no âmbito da instituição família uma significativa reforma, ressaltando-se sobre ela a influência da medicina, do direito e da política. O homem passava a "abrir mão" do seu patriarcalismo, adotando uma "política mais flexível de delegação de poderes e de divisão do comando familiar"¹²⁵, e desse modo, ganhando tempo e alento para atuar mais inteiramente sobre o espaço público; assim, a mulher adquiria um lugar próprio na esfera privada. Nesse particular, Hannah Arendt definiu espaço privado não como o espaço da privacidade e da intimidade, mas como lugar da privação. Em outras palavras, estar restrito ao espaço privado é estar privado da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, à existência política.¹²⁶

Essa redefinição dos espaços segue a perspectiva de higienização da família burguesa que teria como obrigação garantir uma prole saudável e uma

¹²⁴ALVES, Gilberto Luiz. "Mato Grosso e a História: 1870- 1929. Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro." In: **Boletim Paulista de Geografia** n.º 61. São Paulo, AGB, 1984.2.

¹²⁵ SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres pobres e Ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1989, p.113.

¹²⁶ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1981. p. 80.

futura classe dirigente sólida e respeitosa das leis, dos costumes, das regras e convenções.¹²⁷

Dessa perspectiva, podem-se destacar alguns espaços na imprensa destinados às mulheres. Páginas ou secções femininas que buscavam orientar mães, esposas e filhas a se comportarem nos ambientes que lhes eram reservados. Muitas das “dicas” a serem seguidas estavam em consonância com o marketing de produtos destinados ao público feminino, revelando a relação entre indústria, saúde e comportamento. Dois exemplos nesse sentido foram retirados de seções destinadas ao público feminino dos jornais **A Cruz** e o **Mato Grosso** respectivamente:

Calcehina

A saúde das Crianças – específico da dentição

“Mostrae-me os vossos dentes e eu direi o grau de civilização que tendes.

Os dentes hoje, fazem parte da elegância e do êxito da vida, quem aceitaria para um cargo de posição um homem sem dentes? Então como obter bons dentes para nossos filhos? Dando-lhes Calcehina às refeições, desde a idade de 30 dias, até completar a dentição permanente.

Nas Pharmacias¹²⁸.”

Malzebier

Um producto da Antarctica

Malzebier da Antarctica é uma cerveja magnífica.
Nutritiva e própria para as senhoras, para os esportistas,
Para as creanças e para as lactantes.¹²⁹

Apoiados no discurso médico-científico, os anúncios buscavam transmitir alguns dos cuidados que as mães deveriam ter com a saúde de seus filhos, demonstrando uma idealização da maternidade que deveria garantir, desde o período de amamentação, uma geração saudável e civilizada. O discurso da maternidade idealizada também era reforçado, nos jornais, por articulistas, cronistas e poetas, argumentando que esse comportamento envolvia as

¹²⁷ FREIRE COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1979. p. 250.

¹²⁸ Jornal **A Cruz**. Cuiabá. 01 de janeiro de 1939. p.2

¹²⁹ Jornal **O Mato Grosso**. Cuiabá. 09 de novembro de 1936. p. 4

dimensões religiosa, biológica e social. Pode-se notar, nas matérias jornalísticas que as mães eram conclamadas a cuidar diretamente de seus filhos, independentemente de sua condição social, apresentando atributos idealizados à condição materna: a abnegação, o sacrifício e o amor incondicional¹³⁰. Esse comportamento idealizado levaria à sacralização da figura materna, como no poema “A tardinha”, assinado por Almeida Nogueira e extraído do jornal **O Matto Grosso** de 29 de maio de 1938:

“A tardinha
Eu sinto uma saudade a esta hora!
Que me definha o corpo, e o coração devora,
Saudade que tenho e não falo!
Porque sempre ao falar sinto um abalo!
Saudade da minha pobre mãe!
Minha mãe! Quantas vezes vinha ella,
Dizer-me vem filho deita em meu collo
A tua angélica e loira cabecinha,
E antes que adormeças, oh, criancinha,
É bom que ouça tua mãe rezar! (...)
Com beijos cálidos, o rosto me cobrindo
Dos seus lindos olhos o pranteio ia caindo,
E assim meu cabello humedecia !
Oh mãe! Se de vós ver não tenho um dia,
Matae me oh! Christo Redemptor!
Porque mesmo morto saiba ella
Que seu filho morreu se recordando d' ella
E sempre ungia no seu santo amor!!!¹³¹”

Assim vai se construindo, por estes “homens de jornal”, o discurso da família ideal, que se baseava em uma perspectiva tradicional, onde caberia a priori à mulher os cuidados domésticos e a criação e educação dos filhos, ficando delegado ao homem o dever da geração dos meios de sustento e do zelo pela honra do núcleo de pessoas sob sua tutela¹³².

No entanto, correlata a esta configuração, aparece uma nova sociabilidade pública para as famílias burguesas, associativa e urbana, havendo, segundo Rachel Soihet, “uma redefinição na maneira de ser mulher: esta agora aprende a ser sociável, agradável para com os pares de seu marido, a devorar romances e

¹³⁰CARELI, Sandra da Silva. “Abaixo as “mães desnaturadas”: estratégias da imprensa rio-grandense na construção do aborto provocado como uma prática nociva à sociedade”. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História.- História: Guerra e Paz**. Universidade Estadual de Londrina 17 A 22 de Julho de 2005. p. 02.

¹³¹ Jornal **O Matto Grosso**. Cuiabá, 29/05/1938 p.02.

¹³² CARELI, Sandra da Silva. Op.Cit. 2005. p. 03

novelas, a tocar piano, a ser espirituosa com ‘comedimento’, a livremente consumir artigos industrializados”¹³³. Enfim, observa-se a preocupação com o requinte do corpo e do espírito. Passa, dessa forma, a mulher a ter uma função representativa, devendo contribuir para a promoção do marido em sociedade, cabendo-lhe através de suas roupas e jóias ostentar o status familiar.¹³⁴

Pode-se destacar, para o caso específico de Mato Grosso à época, a figura da embaixatriz Arlete Mendes Gonçalves de Moura; sua imagem se torna pública a partir da sua adolescência: filha da família Mendes Gonçalves, que representa a Cia. Matte Laranjeira desde o início de século XX, teve sua vida noticiada em colunas sociais de jornais locais e até de circulação nacional.

Quando jovem, Arlete era representada nos veículos de comunicação como a filha dedicada e culta, praticante de atividades nobres como o hipismo, o que a transformaria num dos símbolos do progresso que a Matte Laranjeira havia trazido para os “bravios sertões” do sul de Mato Grosso.

Grande Concurso hippico Interestadual

(...) “Terminara as provas, á amazona carioca srta. Arlette Mendes Gonçalves, do centro Hippico brasileiro, montando Relâmpago fez alguns saltos de exhibições, conseguindo alcançar a distancia de 6 metros e 80 cmt, sobre duas sebes”¹³⁵.

De senhorita Arlete Mendes Gonçalves para senhora Moura, quando casou com o embaixador do Brasil no Japão, durante a década de 1950, Décio Moura, a sua imagem passou ser associada ao modelo de beleza, elegância e classe, a ser seguido. Como relatou Mauro Braga em sua coluna social na **Revista Semana**:

“Personagens da vida Brasileira
Arlete Moura
Mulher de Sucesso

Elegante, bonita, dominando com simplicidade e dando aos <<dominados>> uma impressão de alheamento e quase displicência, mas é uma mulher atenta, ferozmente preocupada com os detalhes, sabendo (por experiencia e por observação) que muitas vêzes um detalhezinho põe a perder todo um conjunto laborosamente construído. Entre as senhoras habituadas (e versadas) na arte de receber, detém (provavelmente) o recorde de dificuldades: já recebeu para o almoço, um presidente da

¹³³ SOIHET, Rachel. Op. Cit. 1989, p.114.

¹³⁴ PAOLI, Maria Célia. “Mulheres: lugar, imagem, movimento”. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. n° 4. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1985. p.80.

¹³⁵ Jornal **O Globo**. São Paulo maio de 1938. s.p.

república. 9 cardeais, 3 embaixadores e várias outras figuras importantíssimas, e como distribuí-los à mesa sem provocar reclamações? Diga-se de passagem, que nessa oportunidade, o nevorsismo tranqüilo (está certo D. Arlete?) da embaixatriz divertiu enormemente a este repórter.

Participa intensamente da vida do marido, e é mulher de personalidade complexa. Neste 1957 que começa, Arlete Moura vai ser um dos nomes mais citados e uma das presenças mais fascinantes, palavra, que, diga-se, se ajusta maravilhosamente a ela.”¹³⁶

Observa-se, como relatou Rachel Soihet, que a Sra. Arlete Moura cumpre o novo papel feminino, ficando seus domínios restritos à esfera privada, auxiliando o marido em suas relações políticas e sociais.

Tais idealizações de papéis femininos já eram encontradas em obras da literatura brasileira das últimas décadas do século XIX, sobretudo as que elegiam o Rio de Janeiro como palco, momento em que a cidade passava por um processo de remodelação urbana. Exemplos disso podem ser encontrados em personagens femininas como Helena, descrita assim por Machado de Assis:

“Era pianista distinta, sabia desenho, falava corretamente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados, e toda a sorte de trabalhos feminis. Conversava com graça e lia admiravelmente”¹³⁷.

Apesar da ênfase conferida à educação feminina, parece claro, que sua área de consagração e triunfo era o lar. Nesse momento, a imagem construída para a mulher recebeu o reforço do selo do parecer médico, que destacava as suas fragilidades físicas, de onde decorria sua delicadeza e debilidade moral. Por injunções da natureza, a mulher era considerada como inferior ao homem, inferioridade que se manifestava pelo predomínio das “faculdades afetivas”.¹³⁸ Como atesta o artigo “científico” intitulado Como as Mulheres Sofrem, que visava à venda do regulador Gesteira, veiculado no jornal **A Cruz**:

As mulheres sofrem muito mais que os homens e adoecem muito mais facilmente do que elles.

¹³⁶ **Revista Semana**. n° 58, 16/02/1957. s/p.

¹³⁷ ASSIS, Machado de. **Helena**. Coleção Grandes Obras da Língua Portuguesa. ed. Avenida, Jaraguá do Sul, SC. 2004. p.286.

¹³⁸ FREIRE COSTA, Jurandir. Op. Cit. 1979. p. 235-6.

Isto não é nenhum segredo para os bons médicos. O organismo da mulher é muito mais delicado, muito mais vibrátil e mais sensível do que dos homens. A prova é que um susto ou medo repentino tem sempre efeitos mais desastrosos e conseqüências mais graves para as mulheres.

Algumas mulheres são tão sensíveis, os nervos tão delicados, que basta às vezes a leitura de um romance comovente, um aborrecimento ou uma notícia inesperada, para que certos órgãos internos comecem a sofrer.

Mesmo senhoras mais calmas, que se julgam mais fortes e resignadas, contra os desgostos da vida, sofrem as graves conseqüências dos sustos, contrariedades ou comoções violentas. Uma simples raiva, sobressalto qualquer, até nas mulheres de maior resignação, de mais coragem, de animo mais firme e que parecem ter esplendida saúde, causa sempre transtornos e perturbações orgânicas, que podem ser o começo de certas doenças perigosas.

As senhoras que parecem mais tranqüilas e pacientes, contendo e guardando máguas, dissabores e pezares são, no intimo, tão impressionáveis e sensíveis quanto as outras. Conter lágrimas, não se queixar de nada, sofrer tudo calado, como uma santa, dominar-se nos momentos mais dolorosos, exige sempre uma fortíssima tensão nervosa, que equivale a um grande e imenso sofrimento (...) Não convém facilitar (...) Asma nervosas, palpitações do coração, falta de ar, falta de apetite, azia, boca amarga, ventos ardentes na barriga, escurecimento das vistas (...) A prova de que tudo vem do útero doente é que com o uso do Regulador Gesteira todos males desaparecem e a mulher sente-se outra.¹³⁹

Pode-se observar que no artigo são reforçadas as características ditas essenciais ao sexo feminino como a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, o recato e a submissão. Logo, o homem como sendo o oposto da mulher teria como características o vigor físico e intelectual que dominaria o seu perfil emocional. Este devia ser mais seco, duro, racional, autoritário e ativo; dominado por tais qualidades másculas e viris, era menos propenso ao amor que as mulheres; sua verdadeira inclinação era para o desejo puramente sensual; assim, para os homens, o amor era a necessidade “dos sentidos” e nas mulheres a do “coração”. O elemento que possibilitava o acordo entre indivíduos com características tão díspares era o cuidado dos filhos, não mais uma obrigação, mas um ato “espontâneo de amor”.¹⁴⁰

¹³⁹ Jornal **A Cruz**. Cuiabá, 15 de março de 1939, p.3.

¹⁴⁰ FREIRE COSTA, Jurandir. Op. 1979. Cit, p. 237.

Ser pai e ser mãe passou a ser a finalidade última do homem e da mulher, identificando-se paternidade e masculinidade e maternidade e feminilidade como padrão regulador da existência social e emocional de homens e mulheres¹⁴¹.

A maternidade e os cuidados com o bebê eram apresentados como atividades tentadoras, inclusive por razões sexuais – sem que haja evidências de um trabalho empírico anterior às afirmações feitas. Ao contrário, a sexualidade feminina não teria merecido, por parte dos higienistas, maior aprofundamento.

Este procedimento estaria ligado ao fato dos referidos higienistas reservarem à população feminina das classes sociais mais elevadas, a quem eles se dirigiam, relevante papel no tocante à moralidade pública. Divulgando a existência, no homem, do desejo do gozo, paixões violentas e, por outro lado, numa estampa de moralidade para a sociedade, foi-lhes necessário mitificar a mulher nesse sentido. Dela, a sociedade exigia que se abstinésse de comportamentos que pudessem macular a sua honra, dos pais ou a do marido. Nesse sentido, à abstinência sexual antes do casamento e, depois, à sua restrição a este, acrescentavam-se, na construção do mito, a velha idéia de uma sexualidade feminina menos desenvolvida e de uma maior resistência da mulher aos impulsos da natureza e do deslocamento, mesmo que parcial, do prazer sexual para a maternidade e amamentação.¹⁴²

Assim, a mulher burguesa assumia integralmente a maternidade, amamentando os filhos, cuidando da “fraqueza inata de seus órgãos”, disciplinando suas “paixões exalantes na submissão à autoridade, agora tornada razão da figura do pai /marido”.¹⁴³

Explicitamente, a mulher, ligada primordialmente à família e à maternidade, tornava-se a afirmação do feminino modelar. Frente a ela, as “outras” apareciam como a desordem, ou seja, aquelas que não realizavam o ideal sexual do amor matrimonial e da maternidade como as solteiras, as libertinas, as prostitutas e as

¹⁴¹ FREIRE COSTA, Jurandir. Op. Cit. 1979. p. 238.

¹⁴² SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres pobres e Ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1989, p.116.

¹⁴³ PAOLI, Maria Célia. Op. Cit. 1985. p. 80

apaixonadas – todas aquelas cuja sexualidade não é posta para gerar filhos no interior da família institucional.¹⁴⁴

Por fim, as mudanças ocorridas não significavam autonomia e sim redefinição do controle sobre a mulher¹⁴⁵ que, juridicamente, ficou sob a dependência da tutela conjugal, estando impedida de exercer com autonomia os direitos individuais, a liberdade de pensamento, expressão, consciência, religião, a liberdade de circulação, do trabalho e liberdade de contrato e associação. Medicamente vigiada pelas regras emanadas da “ordem médica”, que lhe impôs a obrigatoriedade moral de conservar a sua saúde e de seus filhos, preservando indiretamente a saúde do corpo político, assumiu a identidade da parcela dócil e frágil da sociedade.¹⁴⁶

De fato, as representações femininas veiculadas nos jornais de Campo Grande em particular, e Mato Grosso, em geral, serviam, efetivamente, para estabelecer modelos e normas de conduta tanto para as "classes perigosas" quanto para aquelas desejosas de pertencerem às elites locais, além de vender imagens positivas da cidade, lugar onde a civilidade e a modernidade andavam juntos com a natureza, a moral e tradição. Porém, deva-se questionar: qual foi a verdadeira eficácia de tais representações para as mulheres que vivenciavam as diferentes realidades do campo e da cidade? Ou, ainda, para aquelas dos múltiplos extratos sociais e étnicos, tais como: a mulher indígena, a negra, a operária, a camponesa, a dona-de-casa, a mulher da elite? Essas são algumas questões que ainda estão para serem desenvolvidas em futuras pesquisas.

¹⁴⁴ PAOLI, Maria Célia. Op. Cit. 1985. p. 81

¹⁴⁵ SOIHET, Rachel. Op. Cit. 1989. p.116.

¹⁴⁶ SOIHET, Rachel. Op. Cit. 1989. p.117.

CAPÍTULO III

**“Ser mãe não é fácil, desde que a gente queira ser...”:
Imagens femininas em *Violeta***

“Não sei que haja, para uma mulher de coração, prazer comparável ao de criar seus filhos!” (Júlia Lopes de Almedia. **A Violeta**. Maio de 1941)

Discutir periódicos femininos como **A Violeta** e **Ecoss Juvenis** é pensar sobre as configurações identitárias femininas construídas na imprensa do século XX. Essas podem ser entendidas como produtos de convenções e estruturas de legitimação socialmente construídas e historicamente localizadas, que não apenas refletem as visões de mundo dos agentes envolvidos em sua construção, mas também contribuíram para a construção das identidades e da memória social da época.

No entanto, para que seja possível discutir o papel desses meios de comunicação na normatização de um modelo feminino, é necessário entender o seu uso, não apenas para transmitir informação e conteúdo simbólico, mas principalmente considerar que o uso desses meios implica na transformação das interações sociais e, muitas vezes, no surgimento de novas formas de práticas sociais. Segundo o cientista social John B. Thomson, “de um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum.”¹⁴⁷

Sendo assim, é importante não perder de vista que o processo de formação ou configurações identitárias se tornou mais reflexivo e aberto com o desenvolvimento das sociedades modernas, na medida em que, para construir uma identidade coerente para si mesmos, os indivíduos dependem cada vez mais da alteridade¹⁴⁸. Concomitantemente, estes processos são cada vez mais alimentados por formas simbólicas mediadas, que expandem as opções disponíveis, à medida que enfraquecem a conexão com o local, pois permitem o acesso crescente a um conhecimento não local. Contudo, é preciso considerar que a identidade, ou melhor, as configurações identitárias, não são produtos de sistemas simbólicos externos, nem entidades fixas. Pelo contrário, são projetos que o indivíduo constrói ativamente com os materiais simbólicos a que tem acesso

¹⁴⁷ THOMSON, John. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.14.

¹⁴⁸ GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.p.29.

e com os quais “vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade”,¹⁴⁹ a qual se modifica com o tempo, à medida que novas experiências são vividas, gradualmente redefinindo a identidade.

Para pensar a produção dos periódicos femininos citados, recorreu-se a algumas perspectivas de Theodor Adorno que, ao analisar a cultura popular, assinala o caráter da repetição, da mesmice e da ubiqüidade. Tal fato, ao invés de acelerar o processo de conscientização, transforma-se em meio de controle psicológico, minimizando as forças de resistência individual, tornando o indivíduo automatizado.¹⁵⁰ A fim de corresponder às expectativas de um público supostamente desiludido, atento e calejado, será esse o modelo que as publicações populares, dirigidas principalmente à mulher, irão empregar.¹⁵¹

Nas receitas que prescreve, a imprensa feminina não altera os princípios do conformismo e convencionalismo, dando já prontas ao público soluções para seus conflitos. O cotidiano da mulher é captado por tais publicações e as leitoras, muitas vezes, acabam se identificando naquelas páginas, na conversa mansa, no retrato do seu dia-a-dia.

Muitos dos assuntos tratados pelos periódicos dedicados à mulher são reinterpretados conforme os padrões de comportamento vigentes, falam de trivialidades. São receitas de bolo, cuidados com a beleza, conselhos sentimentais, notas de eventos. Enfim, um universo multifacetado que, apesar do caráter eclético, vive à margem do contexto jornalístico. Geralmente, as publicações dirigidas ao público feminino, acabam se transformando em um reflexo da vida cotidiana, da economia doméstica, das relações sociais, dos sonhos, dos desejos e das frustrações da mulher contemporânea.¹⁵²

Nesse contexto, surgiu **A Violeta**, periódico de variedades que circulou em Cuiabá, nas cidades do interior Estado de Mato Grosso, bem como por algumas

¹⁴⁹ THOMSON, John. B. Op. Cit. 1998. p. 183

¹⁵⁰ ADORNO, Theodor. “A indústria cultural”. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. São Paulo: Nacional, 1975. p. 293.

¹⁵¹ NUNES Aparecida Maria. **Uma História mal contada: A imagem da mulher nas publicações populares**. Publicado em CD-ROM, XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande /MS. setembro 2001.

¹⁵² Idem. p.02.

localidades do Brasil, durante a primeira metade do século XX, mais especificamente entre 1916 a 1950. Criado e mantido por uma associação literária feminina, o Grêmio Júlia Lopes de Almeida¹⁵³, fundado na capital mato-grossense em 27 de abril de 1916, a revista fomentou parte da vida literária e intelectual da capital e do Estado durante o mesmo período.¹⁵⁴

Em seu primeiro número, datado de 16 de dezembro de 1916, **A Violeta**, apresentava-se como: “o escrínio singelo que encerrará em cada uma das suas páginas os nossos primeiros ensaios na vida jornalística (...) a todas que conosco quiserem colaborar para o engrandecimento moral da nossa estremecida terra”¹⁵⁵. Noutros, temos o periódico que pretendia ser um espaço para as novas escritoras iniciarem-se na profissão, na mesma medida que também se liga profundamente ao desígnio de moralizar a “estremecida terra” mato-grossense.

Segundo Yasmim Nadaf, a iniciativa da criação do Grêmio e da Revista, surgiu a partir de um grupo de estudantes normalistas da “Escola Normal de Mato Grosso”, em Cuiabá. Essas estudantes, ligadas a algumas senhoras e senhoritas das elites cuiabanas, desejavam “cultivar as letras femininas e patricias”¹⁵⁶. Portanto, já em sua fundação, **A Violeta** e o Grêmio ligavam a sua existência ao público leitor feminino e escolar, além de uma parcela também feminina da sociedade cuiabana que quisesse (ou tivesse condição) de cultivar as letras.

Inicialmente, a proposta de circulação de **A Violeta** foi bimensal, mas com o decorrer do tempo oscilou para a mensal e, posteriormente, à circulação de um número a cada quinzena, definido-se, a partir de 1920, pela circulação mensal,

¹⁵³ Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora e feminista, nasceu no Rio de Janeiro. Descendente de portugueses que se estabeleceram no Rio de Janeiro, onde Júlia aprendeu a ler com a mãe. Quando a família mudou-se para São Paulo, deu início à carreira literária. Escrevia constantemente matérias para diversos jornais. Partindo de um ponto de vista crítico, condenava, entre outras coisas, a escravidão, a violência sexual contra a mulher, a negação do voto feminino e a supremacia masculina. Foi atuante na defesa de seu ponto de vista, chegando a publicar diversos livros como **O livro das noivas**, 1896; **livro das Donas e Donzelas**, 1906, entre outros.

¹⁵⁴ O Grêmio foi criado em 26 de novembro de 1916 e o primeiro número de **A Violeta** foi publicado em 16 de dezembro do mesmo ano, em Cuiabá. **A Violeta** 31/05/1935. p. 2-5.

¹⁵⁵ NADAF, Yasmim Jamil. **Sob o signo de uma flor. Estudo da Revista A Violeta, publicação do Grêmio “Júlia Lopes” – 1916 a 1950**. RJ: Sette Letras, 1993. p. 23.

¹⁵⁶ NADAF, Yasmim Jamil. Op.cit., 1993. p. 23.

havendo, desde aí, dois números referentes ao mesmo mês somente nos casos de falhas de produção em algum mês anterior.¹⁵⁷

É interessante observar a estrutura física de **A Violeta** que, apresentando pequeno formato de brochura, 15x 23cm, em muito se assemelhava a um caderno escolar, livro de lições ou ainda a um diário íntimo, de uso muito comum das moças da época, em que, não raro, registravam poesias, provérbios e máximas de sua autoria ou de seus autores de preferência, escritos que também podiam ser encontrados nas páginas da revista.

Outro elemento importante a ser observado são as capas que, via de regra, publicava fotos de autoridades e personalidades ilustres estaduais e nacionais por ocasião de suas visitas a Mato Grosso, ou os homenageando em seus aniversários. Também há de se destacar a publicação de fotos registrando os festejos cívicos e militares. Além desta configuração, mas funcionando no mesmo sentido “instrutivo, útil e oficial”, mostrava-se também a ilustração de localidades públicas, como as igrejas, escolas, bibliotecas e praças.

A revista, sem diagramação sofisticada em seu formato e apresentação, é capaz de revelar a significação do novo papel da mulher, não mais restrito à esfera privada do lar, da intimidade familiar e conjugal, mas associado à esfera pública da sociedade. Contudo, é importante observar que nas páginas de **A Violeta** esses novos espaços de atuação feminina não dissociavam as mulheres dos papéis socialmente designados a elas: de obediente filha, dedicada esposa e virtuosa mãe. Como destacou Júlia Lopes de Almeida:

“Não sei que haja, para uma mulher de coração, prazer comparável ao de criar seus filhos! Eu confesso, sinto um grande desvanecimento e um íntimo orgulho quando olho para o meu filho, criança robusta, que espalha por toda a casa o seu riso; e para a minha filhinha, que tem ainda o olhar dos que principiam apenas a viver (...) Não há mais nada encantador do que acompanhar o desenvolvimento de uma criança; e só a mãe pode seguir com atenção desde que crie, o desabrochar da inteligência e dos sentimentos de um filho (...). Ser mãe não é fácil, desde que a gente queira ser – como deve ser.”¹⁵⁸

¹⁵⁷ A periodicidade de publicação da revista variou nas décadas de 1930-1940, havendo números trimestrais e meses em que houve mais de um número. Mais dados sobre a periodicidade das publicações da revista em NADAF, Yasmim Jamil, op.cit.

¹⁵⁸ **A Violeta**. Cuiabá. Maio de 1941.p. 11.

Outro aspecto importante na estrutura das edições da Revista é sua abertura, que começa com uma *Chronica* abordando os mais diversos assuntos, desde comportamento até reivindicações de construção de obras públicas, e o seu fechamento com a seção Noticiário, que cumpre o roteiro fixo de relatar os acontecimentos sociais da capital e do Estado, tais como casamentos, visitas ilustres a Mato Grosso, viagens de personalidades das elites estadual, aniversários, nascimentos e notas de falecimentos.

Essa estrutura é significativa, uma vez que a vida real aparece tematizada na abertura e fechamento de cada número, haja vista que enquanto a *Chronica* tematizava reivindicações de progresso, o Noticiário pretendia descrever o cotidiano civilizado no sertão. No espaço entre essas duas seções, a variedade era grande, não havendo rigor no estabelecimento de seções.

Entretanto, durante o Estado Novo (1937-1945), constata-se a continuidade, o surgimento e o desaparecimento de alguns títulos. Em grande parte, eram artigos de entretenimento, que surgiram em determinado exemplar da revista e permaneceram temporariamente, alguns sucessivamente, outros mais esporadicamente. Dentre as seções editadas nesse período podem ser arroladas a seção "Perfil". Surgida no número 3 da Revista, em janeiro de 1917, perdurando até agosto de 1941, essa seção trazia a descrição do perfil de um cuiabano ou cuiabana anônimos, cujo nome deveria ser desvendado pelo leitor¹⁵⁹. Como exemplo disso temos a descrição de um perfil feito por América Paes de Barros:

Convidada a colaborar n'a **A Violeta** (...) procurarei ser fiel e clara na minha descrição (...) descrevendo o perfil de minha escolhida, a distinta senhorita: C.M.B. É uma creatura adorável, dotada de muitos atrativos e de uma perceptibilidade admirável (...) Tem uns olhos escuros e grandes aos quais superpõem umas sobrancelhas finas e arqueadas, dando uma expressão carinhosa e meiga ao seu olhar (...) Simples nos seus modos, traja sempre com singeleza, dispensando os adornos e enfeites, da moda, por serem desnecessários para completar sua elegância e distinção. Despida de vaidades e preconceitos, tem um espírito elevado, não desfazendo de quem quer que seja (...) É bôa e caritativa, e por isso mesmo muito estimada.(...) Não há quem a conheça que não

¹⁵⁹ NADAF, Yasmim Jamil. op.cit.1993. p. 32

fique sua admiradora. Atenciosa e gentil, recebe sempre as amiguinhas com seu sorriso encantador¹⁶⁰.

A rigor, a seção “Perfil” procurava elaborar modelos de conduta para homens, mulheres, rapazes e, sobretudo, moças, que, assim como a senhorita C.M.B., deveriam ter como qualidades a delicadeza, a bondade e caridade para com o próximo, além de se comportarem com elegância e distinção perante a sociedade.

Outro exemplo significativo é a seção “Correspondência de D. Marta”. Surgida a partir de agosto de 1918, perdurando até 1940, essa seção editou as cartas ficcionais de Dona Marta, personagem que, segundo Yasmim Nadaf, teria sido criada por Maria Dimpina Lobo, uma das colaboradoras da Revista. Dirigindo-se sempre às leitoras como “Minhas Amiguinhas”, em tom professoral, D. Marta dava conselhos às “amáveis leitoras”, ou fazia reivindicações de progresso para Mato Grosso, como exemplificado abaixo:

Caras amiguinhas

Nesta correspondência pretendo referir-me ao assumpto magno que me prende a atenção presentemente; aquelle que se encerra nessa phrase que se tornou vulgar, graças a sua alta significação para os interesses da Pátria – Rumo ao Oeste! (...) É brado, intelligente e enérgico de quem comprehende o que é o Brasil (...) Pois foi comprehendido por S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas, illustre filho do Sul (...) Rumo ao Oeste na representação verdadeira da sã política do Paiz, com a escolha de illustres filhos desta nossa terra – D. Aquino, General Eurico Dutra, Capitão Filinto Müller, General Rondon para nobres e importantes missões; Rumo ao Oeste na defesa da saúde publica, no traçado das estradas, na construção de prédios na incentivação da agricultura e, por ultimo, coroando toda a sua benemerência pelo nosso Estado, a sua visita a esta Capital¹⁶¹.

Em consonância com o discurso do regime estadonovista, essa correspondência de D. Marta, editada em 1938, por ocasião da visita do presidente Vargas a Mato Grosso, também se traduzia no ideário da Marcha para Oeste: a imagem do progresso em marcha, sendo conduzido pelo grande líder da nação e os novos bandeirantes, illustres filhos da terra que, juntos, seriam responsáveis pela pacificação e civilização do bravo sertão mato-grossense.

¹⁶⁰ Revista **A Violeta**, Cuiabá. Agosto de 1941. Seção Perfil. p.13

¹⁶¹ Revista **A Violeta**, Cuiabá. Outubro de 1938. Seção Correspondência de D. Marta p. 08-09.

Também é possível destacar a publicação de alguns textos de renomados escritores da literatura universal e brasileira, tais como o de Rui Barbosa “5 de novembro – Dia da cultura”¹⁶², publicado em novembro de 1943, como parte das homenagens ao dia da Proclamação da República, e sonetos de Olavo Bilac como “Último Carnaval”¹⁶³, publicado em fevereiro de 1940, que retratava a vida e morte de “herói folião”¹⁶⁴. Tais textos compunham uma pequena amostra de seleção e intenção de formação de gosto dos leitores por parte da revista.

Nessa mesma linha, pode-se destacar os escritos de Victor Hugo, cujos recortes em suas obras procuravam ressaltar o exemplar, como no texto “A Mulher”¹⁶⁵, no qual, o autor descreve as qualidades naturais inerentes ao feminino, representando a mulher como um “ser delicado, sublime, sensitivo que, ao chegar a maternidade” é o ser por excelência de amor e de justiça uma vez que, “a mulher se faz benéfica, a mulher se faz digna sendo mãe”. Com isso, **A Violeta** esforçava-se para divulgar as características naturais femininas como a delicadeza e a sensibilidade, valores idealizados para as mulheres, bem como, seu único, benéfico e digno papel: ser mãe.

No entanto, é preciso observar a existência de autoras da Revista que questionavam essas peculiaridades femininas. É o caso da professora Maria Dimpina Lobo, que teve sua vida marcada por realizações consideradas progressistas, à época. Bacharelando-se em Ciências e Letras pelo Liceu Cuiabano, em 1909, exerceu magistério na Escola Modelo “Barão de Melgaço” e no Colégio Particular “São Luiz”, do qual foi fundadora e diretora. Ingressou no funcionalismo federal por meio de concurso público para postalista dos Correios e Telégrafos, tornando-se a primeira mulher a exercer cargo público em Mato Grosso. Além disso, foi uma das fundadoras do Grêmio Literário “Júlia Lopes”, da Escola Doméstica “Dona Júlia Lopes de Almeida” e da Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino.¹⁶⁶

¹⁶² **A Violeta**. Cuiabá. Novembro de 1943.p. 13.

¹⁶³ **A Violeta**. Cuiabá. Fevereiro de 1940.p. 09.

¹⁶⁴ **A Violeta**. Cuiabá. Janeiro de 1941.p. 10.

¹⁶⁵ **A Violeta**. Cuiabá. Agosto de 1941.p. 09.

¹⁶⁶ Dados obtidos em: NADAF, Yasmim Jamil. op.cit. 1993. p. 59-60.

Numa de suas crônicas, intitulada “As meninas”, publicada em **A Violeta**, de agosto de 1941, Maria Dimpina aferia sua opinião a respeito da formação social da mulher.

“As Meninas

Responsáveis pela formação física, moral e espiritual das novas gerações das quais elas serão mães e educadoras, estarão elas, com o curso ginásial apenas, aptas para o desempenho da sua mais nobre missão? (...) Muito digno de louvores é o interesse pelo desenvolvimento intelectual que confere o curso secundário ginásial. Mas nem sempre pode chegar até esse ponto a educação da mulher. Umas, em casa, aprendem o necessário para não serem de todo inexperientes na vida. Outras têm, como pendor natural, o instinto da educação doméstica. **Mas, serão todas assim?** Não serei eu a única a pensar, com interesse, neste problema do qual depende in totum a nossa formação social. Pensar não é bastante; precisamos de agir.”¹⁶⁷

Pode-se observar a reivindicação e conclamação da autora aos leitores a lutarem para a ampliação da educação feminina, destoando de discursos que limitavam a função social da mulher ao papel materno. A indagação da autora, “mas serão todas assim?”, questionava o tradicional lugar da mulher reclusa ao âmbito doméstico. Deste modo, Maria Dimpina reivindicava não apenas a possibilidade de maior acesso feminino à educação, mas a ampliação dos espaços de atuação das mulheres na sociedade.

Na mesma linha de raciocínio, vinha o artigo de três páginas (algo incomum nas edições da Revista) intitulado “A educação antiga e moderna da mulher brasileira”, de Raymunda Socci, publicado na edição de dezembro de 1941 de **A Violeta**:

“A história da mulher no mundo é conhecida e muito se tem escrito sobre ela, desde a escravidão até o grau de aperfeiçoamento a quase soberania social a que chegou nos centros cultos. Na antiguidade era a serva submissa, a mártir a “coisa possuída”, a sua ocupação social restringia-se ao trabalho caseiro e à sua função, aliás divina, à maternidade.(...) A Mulher, segundo a rotina antiga por educação ou por índole, vivia numa apatia cruel, ignorando tudo, restringindo a sua liberdade, desconhecendo os seus direitos, confiando cegamente nos pais, irmãos e maridos(...) Mas hoje elas se emanciparam, educaram o seu espírito e quando tocadas pelas necessidades ocasionais denotam rara energia,

¹⁶⁷ **A Violeta**. Cuiabá. agosto de 1941.p. 01 (grifo nosso)

sabedoria econômica admirável, verdadeiras estadistas de suas famílias. (...)

Brasileiras, a vossa liberdade estará assegurada, quando a vossa ação econômica, educadora, intelectual e moral se tornar energia real no meio pátrio, porque há quem considere o trabalho feminino uma diminuição. É um grande erro, vos afirmo, pois quantas infelicidades a mulher pode evitar quando tem uma profissão! Não espereis mais.”¹⁶⁸

O fato é que esses discursos muitas vezes se chocavam com o de outros autores que escreveram na revista e, sobretudo, com os ideais defendidos por boa parte das elites masculinas mato-grossenses que entendiam o papel feminino como exclusivamente o de filha, esposa e mãe.

Ainda sobre a publicação dos mais diversos tipos de textos destacam-se as produções de autores mato-grossenses, “ilustres filhos da terra”, tais como D. Francisco de Aquino Corrêa (1885-1956). Arcebispo da igreja católica em Cuiabá, presidente do Estado entre 1918 e 1922 e primeiro mato-grossense a se tornar membro da Academia Brasileira de Letras, em 1929, D. Aquino publicou em **A Violeta** quase todos os seus discursos retórico-religiosos e políticos, posteriormente transformados em livro, além de poesias e artigos de orientação para as famílias como:

O PÁTRIO PODER
D. Francisco de Aquino Corrêa

“Ó pais e mãis, afastais para longe de vós, tamanhas desgraças: Compenetrai-vos de que vos casastes para bem criardes os filhos tudo o mais é aí secundário. Se vossos filhos forem maus, o vosso casamento terá sido uma calamidade, não só doméstica, que também social. Mas se derdes filhos dignos à Igreja e à Pátria, tereis feito jus à mais rica das estátuas, ou melhor, os vossos próprios filhos serão outras tantas estátuas, vivas e gloriosas, a proclamarem, diante de Deus e dos homens, as vossas benemerências.

É o caso de repetirmos aqui com o príncipe dos oradores romanos: <<Que maior ou melhor serviço podemos prestar à República do que ensinar e educar a juventude?>>

(...)Os filhos, diz o sumo filósofo S. Tomás de Aquino, << são naturalmente alguma coisa dos pais>>”.¹⁶⁹

Nesse rol, também é possível destacar os escritos de José de Mesquita (1891-1961). Jurista, historiador, poeta, genealogista e cronista, esse autor foi um

¹⁶⁸ **A Violeta**. Cuiabá. Dezembro de 1941.p. 05; 20 - 21

¹⁶⁹ **A Violeta**. Cuiabá. Outubro de 1941.p. 03

dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1919, e da Academia Mato-grossense de Letras, em 1921, da qual foi Presidente, desde a sua fundação até 1961, data de seu falecimento.

Mesquita teve marcante participação nas páginas da **A Violeta**. Publicou inúmeras poesias, várias de cunho regionalista e outras em que também emitiu representações sobre o feminino, a exemplo de “Folhas de Álbum”, coletânea na qual eram sempre dedicadas poesias a uma senhora da sociedade mato-grossense:

Folhas de **Álbum**
José de Mesquita
(No **Álbum** de D. Maria Fischer Leite)

“A alma da Mulher tem duas asas
Que elevam alto, junto à Divindade.
É com elas que, em surto, aos céus se ergue
Num revoar de espiritualidade.
Uma é o Afeto que vota ao Esposo, aos filhos.
Outra a dedicação à Humanidade
Só as almas eleitas as possuem:
Chama-se aquela, - Amor; esta, - Bondade”¹⁷⁰

Assim como nos exemplos acima, as poesias, poemas, crônicas e artigos, publicados por outros autores, tiveram as mais diversas inspirações, como o regionalismo, o amor à pátria e, sobretudo, a idealização da mulher e seu efetivo papel na família. Talvez a edição dessa produção literária pela revista tivesse relação não apenas com os temas, mas com os autores, revelando assim uma possível estratégia conciliadora entre as mais diversas opiniões sobre o papel da mulher na sociedade.

O fato é que a influência do Grêmio Júlia Lopes e de **A Violeta** na sociedade letrada (ou letranda) de Cuiabá e de Mato Grosso espalhou em muitos sentidos os objetivos a que se dispuseram seus colaboradores e associadas. O Grêmio não só registrou, como fomentou muito da vida cultural cuiabana e do Estado, promovendo ações e eventos culturais.

Dado importante a ser apontado é a distribuição gratuita dos exemplares de **A Violeta** a partir junho de 1935, momento em que a revista passou a ser

¹⁷⁰ Revista **A Violeta**. Cuiabá. Dezembro de 1944. “Folhas de Álbum”. p. 11

financiada por colaboradores e colaboradoras pertencentes às camadas sociais mais abastados de Cuiabá, os quais, não raro tinham suas fotos ou caricaturas publicadas nas páginas e capas da Revista, gesto que pode ser interpretado como uma forma de agradecimento, por parte das redatoras, pela colaboração recebida.¹⁷¹

Outras formas de obtenção de recursos eram, de um lado, os anúncios, quase sempre junto ao “Noticiário”, os quais variavam de remédios, como o Regulador Gesteira, até a divulgação de empresas comerciais e a oferta de serviços autônomos de médicos e advogados, de outro lado, a execução de festas e eventos beneficentes realizados em prol do Grêmio Literário, a exemplo da “**A Violeta** falada”, ocorrida em fevereiro de 1939, que contou com “números extraordinários de cantos, declamações e anúncios”¹⁷².

Além desses, a Revista divulgava eventos que faziam parte de festejos da comunidade em geral, sempre úteis e instrutivos à sociedade mato-grossense, como se observa na crônica “Salve 21 de abril! Data memorável e brilhante,¹⁷³” assinada por Isabel de Campos, que descrevia a importância das comemorações cívicas e do festejo da data 21 de abril, observando-se, também, uma quantidade significativa de notícias sobre eventos realizados em benefício de entidades filantrópicas que, em geral, contavam com o envolvimento do Grêmio. Exemplo disso foi a campanha do Grêmio Júlia Lopes para a arrecadação de brinquedos e roupas em prol das crianças pobres cuiabanas, noticiada em **A Violeta**, de dezembro de 1938, e o apoio à campanha de D. Eunice Weaver a favor de melhorias aos leprosários.

Dado importante que podemos obter, através da observação da participação dessas elites mato-grossense nas campanhas filantrópicas, nos eventos culturais e cívicos, é alguma informação sobre o gosto ou o que se considerava como um divertimento saudável, civilizado e familiar.

¹⁷¹ PAROLIN, Maria Inês. **A Nação em A Violeta: um roteiro de leitura**. Campinas, Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP. Campinas: 2003.p. 47-48.

¹⁷² **A Violeta**. Cuiabá. Fevereiro de 1939.p. 11.

¹⁷³ **A Violeta**. Cuiabá. Abril de 1939. p. 05-06.

Nesse sentido, há que se destacar que, entre 1918 a 1945, Cuiabá passou por importantes reformas culturais e de infra-estrutura, como a instalação de iluminação elétrica, o alargamento, em 1919, das ruas para o trânsito dos primeiros automóveis¹⁷⁴, a Reforma Sanitária Júlio Muller¹⁷⁵, cujo Regulamento Sanitário, de 1938, criou o Departamento de Saúde do Estado de Mato Grosso; a inauguração da Colônia de Leprosos de São Julião, em 1941, a fundação do Abrigo dos Velhos e do Abrigo Bom Jesus, para crianças carentes, a construção da ponte sobre o rio Cuiabá, da estação de tratamento de água e do Colégio Estadual de Mato Grosso.

Nesse período, definido por Lenine Póvoas como de consolidação dos ideais republicanos, em Mato Grosso¹⁷⁶, ao que tudo indica **A Violeta** firmaria um pacto com o Estado Novo de Getúlio Vargas, transformado, nas páginas do periódico, em símbolo de uma nova República, responsável pela culminância de um projeto progressista e civilizador para o Brasil e, sobretudo, para Mato Grosso¹⁷⁷. Conforme o poema “Brasil Novo”, de Clefier de La Croix:

“Brasil, cabloco rijo, leal e forte
Sob este céu tão lindo e tão azul,
Teus filhos caldeados pelo Sol, do Norte
Apertam as mãos dos filhos teus, do Sul

Num amplexo de amor, de luz e de grandeza
bem cedo crearás por entre sóis
a tua raça própria cheia de firmeza
e em todos os filhos teus enxergarão heróis,

Já são outros os tempos, os tempos estão mudados,
Os teus inimigos cruéis, falsos e malvados
temem aproximar-se já de tuas plagas.

É que para honra e glória do teu povo,
Brasil, tu marchas num Estado Novo
Sob o pulso viril de um GETULIO VARGAS”¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Essas obras fizeram parte das comemorações do bicentenário de Cuiabá e do descobrimento de Mato Grosso.

¹⁷⁵ A Reforma sanitária Júlio Müller- que deveria representar um avanço nas questões de Saúde Pública em Mato Grosso, no sentido de favorecer uma maior e melhor interferência e atuação do poder instituído nos problemas enfrentados pelas camadas menos favorecidas da sociedade não saiu do papel. NASCIMENTO, Heleno Braz do. **A lepra em Mato Grosso: caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)**. Dissertação (Mestrado em História) UFMT. Cuiabá: 2001.p.152.

¹⁷⁶ PÓVOAS, Lenine. **Síntese da História de Mato Grosso**. 2ed. SP: Resenha, 1992. p. 41-91.

¹⁷⁷ NADAF, Yasmim Jamil. op.cit.1993. p.198

¹⁷⁸ **A Violeta**. Cuiabá. Dezembro de 1942. p. 20.

Pode-se observar, em **A Violeta**, a adoção um discurso nacionalista que responde ao ideal de pátria proposto pelo regime varguista. Os textos do periódico assumiram, então, uma feição de civismo, delegando diretamente ao papel social idealizado para a mulher a responsabilidade no cuidado de sua pequenina pátria – a família – ou de sua grande pátria, a nação. Com isso, **A Violeta** cumpria o objetivo do “desenvolvimento intelectual da mulher matogrossense”, informando e formando em seus leitores o ideal de nação e o ideal de mulher.

Para tanto, havia todo um investimento na figura da mulher como símbolo do progresso da nação, como se observa no artigo de Yvone de Barros Machado, “A hora é da maior união nacional”¹⁷⁹, no qual a autora argumentava sobre o papel feminino no estabelecimento de uma “fraterna união nacional” para o avanço do país.

Em meio a essa discussão, a instituição família era apresentada como baluarte da preservação dos “bons costumes” - expressão amplamente utilizada nos artigos do arcebispo D. Aquino, a exemplo do citado O Pátrio Poder, em que a educação exemplar dos filhos os tornariam dignos da Igreja e da Pátria. Deste modo, a Igreja, nas páginas da revista, determinava os papéis sociais que os cônjuges deveriam cumprir na sociedade, bem como a formação moral das novas gerações de servirem a Deus e a Nação.

Esse projeto moralizador, defendido pelo clero cuiabano por meio de seu porta-voz, o arcebispo D. Aquino, alertava aos leitores de **A Violeta** sobre a perigosa transição dos costumes vinda com “modernidade”, terminologia comumente utilizada nas páginas da Revista, podendo a mesma ser compreendida como um choque com o “tradicional” ou com o padrão moral instituído.

Posturas que tivessem a ousadia de contrariar o padrão vigente, concorrendo para a desagregação da “harmonia” familiar, deveriam ser reprovadas, como sugere a crônica de Maria Dimpina, publicada em setembro de 1945, condenando o projeto de lei propondo a criação do divórcio:

“Nesta época em que a tranqüilidade do lar e o respeito à probidade da família estão ameaçados pela propaganda

¹⁷⁹ **A Violeta**. Cuiabá. Abril de 1943.p. 08

ignominiosa do divórcio, dos casamentos provisórios e de outras imoralidades que tais (...) Não pode, digamos com fé e convicção, passar no Brasil, aos aplausos e palmas dos propagandistas dos amores livres, defendida pelo silêncio dos tímidos e comodistas, acobertada pelo apóio de uma duvidosa e falsa moral, uma lei que irá aumentar e incrementar a desunião dos esposos, quebrando essa indissolubilidade conjugal, que é o meio seguro de garantir a paz e a tranqüilidade dos filhos, o sossêgo tão agradável de uma velhice confortada pelo aconchego de um amor sincero e confiante...”¹⁸⁰

Aqui, a condenação ao divórcio estava ligada a uma idéia de casamento como forma de preservar a ordem social através da “boa formação” das famílias. Desse modo, a iniciativa de deixar o lar, partindo tanto dos homens como das mulheres, demonstrava o fracasso do modelo de casamento adotado, nas décadas de 1930-40, pela Igreja e pelo Estado, reforçado pelas autoridades médicas:

“O Estado não só apresentava incentivos materiais para estimular casais a se casarem e a ter filhos, mas também empregava técnicas mais coercitivas para fazer cumprir as normas modernas. Entre estas, a aprovação de leis ‘protetoras’, que limitavam a participação das mulheres na força de trabalho, a utilização de sanções penais antigas e novas para punir infratores graves e o desenvolvimento de um corpo de assistentes sociais encarregados de monitorar o comportamento das famílias pobres. A Igreja, com o apoio do Estado, desenvolvia ampla rede de organizações leigas que penetravam todos os aspectos e classes da sociedade urbana, com o propósito de difundir sua doutrina social conservadora. Os psiquiatras definiam os limites da ‘normalidade’ e contribuía para que esses limites fossem observados mediante a instalação de asilos em que os dissidentes eram segregados da sociedade (...). Em suma, as relações íntimas entre homens e mulheres tornaram-se objeto de vigilância e controle público cada vez maiores, tendência que acompanhava e complementava as tentativas crescentes do Estado de passar a se envolver em todos os aspectos da vida social. (...) Justificando o papel que assumiam, sustentavam eles que ‘o casamento é uma instituição eminentemente social. Interessa mais à coletividade do que ao próprio indivíduo’”¹⁸¹.

Assim, mesmo diante das transformações inerentes aos projetos de modernização e urbanização que ocorriam no período, bem como a inserção da nova mulher na sociedade, possivelmente para Maria Dimpina a concepção de lar doméstico, segundo o padrão moral instituído e construído a partir do casamento,

¹⁸⁰ Revista **A Violeta**. Cuiabá. Setembro de 1945. p. 01-04.

¹⁸¹ BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil: 1914-1940**. São Paulo: EDUSP, 1999.p.64

tinha na mulher o sustentáculo básico. A mulher cumpria o papel social de esposa e mãe, reinava no lar com o objetivo de divulgar os ensinamentos cristãos, oriundos de uma educação severa e modelar, em que imperavam a obediência (tanto da mulher quanto dos filhos) e o temor a Deus, sendo então o divórcio uma transgressão das leis da Igreja, instituição para a qual o matrimônio duraria “até que a morte vos separe”.

Na família idealizada nas páginas de **A Violeta**, muitas vezes, de cunho conservador, a mulher estava incumbida de ser a “rainha do lar”, aquela que governava a família no espaço do privado, e, sobretudo, no divino cuidado com a prole. A maternidade, segundo a opinião das pessoas que escreviam na revista, era de renúncia aos prazeres do mundo e de total dedicação aos filhos, como na crônica de maio de 1942, em que a articulista Maria Dimpina descreveu a importância da maternidade:

“Saúdo-te, mulher incomparável, pelo, muito que fizeste para granjear o nome glorioso e santo de mãe!
Os sofrimentos físicos, os desvelos, as vigílias, os temores, os cuidados, tudo foi para ti como espinhos dolorosos espalhados na longa trajetória de tua vida, picando-te.... ferindo-te ...
Não fugiste... não abandonaste a rota...
Um dia atingirás o apogeu da glória na felicidade e na glória de teus filhos, que soubeste preparar com a tua lúcida inteligência, qual outra Nancy Flyot, de quem o filho Tomás Edison disse: “Minha mãe fez, o sou!”
Mas, serás talvez, Rosa Fonseca dando, já sexagenária e viúva, seus filhos à Pátria, com estas palavras que merecem ser gravadas nos corações maternos, em todos os tempos; “ Ide meus filhos, a Pátria precisa de vós mais que eu!” ...”¹⁸²

No lar idealizado, a mãe, em um gesto de altruísmo e abnegação, tem a sagrada e patriótica função de formar as novas gerações dentro dos bons costumes, ensinando, sobretudo, em um período beligerante, o sublime amor à pátria. Deste modo, as mães deveriam encarar com orgulho a ida dos seus filhos à guerra, uma vez que esta atitude incondicional de bravura à nação demonstraria a prodigiosa educação dada por elas.

Assim, a Revista ia instruindo o papel pedagógico a ser cumprido pelos pais, sobretudo as mães, na manutenção e sucesso de um modelo moralizador,

¹⁸² Revista **A Violeta**. Cuiabá. Maio de 1942. p. 01-03.

civilizador e higiênico para a sociedade mato-grossense. De geração em geração, deveria ser ensinada aos filhos a melhor maneira de se comportarem nos espaços público e no privado. Neste sentido, as bases que sustentavam essa sociedade eram as instituições família e casamento que se apoiavam em uma idealização da mulher.

Sendo assim, a sociedade tinha na família o baluarte de sua existência, e esta, por sua vez, identificava no casamento, monogâmico e indissolúvel, uma base teoricamente firme. Já o casamento estava atrelado à figura feminina ideal como eixo principal da vida conjugal; essa idealização esposa-mãe-dona-de-casa provinha, segundo Margareth Rago, de um discurso burguês que buscava ordenar a sociedade.¹⁸³

Por fim, o processo de modernização dos espaços e costumes em desenvolvimento em Mato Grosso, durante o Estado Novo, tornou-se, ao mesmo tempo, objeto de crítica e aspiração por parte dos mais diferentes setores da sociedade. Em meio a essas transformações, **A Violeta** serviu de “caixa de ressonância” para vozes dos mais distintos grupos políticos expressarem suas opiniões, fossem progressistas, conservadoras ou moderadas, sobre a mulher mato-grossense.

No interior dessa diversidade de opiniões, há elementos que permitem vislumbrar um “pensar” sobre a construção de uma nova mulher, fundamentado essencialmente no perfil de uma nova mãe, virtuosa, dedicada e amorosa. As mulheres, respaldadas e autorizadas pelo enaltecimento do papel de mãe como regeneradora do homem e da sociedade, buscavam também ampliar seu espaço, promovendo a sua inserção em espaços públicos, através do trabalho fora do lar, da participação na imprensa e na política, setores até então monopolizados pelos homens.

Concomitante a essa nova postura feminina, **A Violeta** trazia opiniões como as da escritora Maria Dimpina Lobo, que buscava ampliar o universo feminino apresentando uma nova mulher, não apenas limitada como mãe e dona-de-casa.

¹⁸³ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil: 1890-1930. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 82.

Através de seus discursos, Maria Dimpina propunha essa identidade negociando habilmente com setores mais conservadores da sociedade. Deste modo, a escritora reivindicava avanços como a ampliação da educação feminina e uma maior inserção e liberdade da mulher no espaço público, mantendo, no entanto, os papéis que lhe foram conferidos pela Igreja, pela ciência e pela imprensa.

Em contrapartida, essa nova mulher encontrava maior resistência entre grupos sociais conservadores, que tiveram nas páginas da **A Violeta**, o arcebispo cuiabano D. Francisco de Aquino Corrêa como seu maior porta-voz. Através de seus escritos, D. Aquino procurava indicar o caminho “certo” a ser seguido por homens e mulheres, produzindo uma modelagem direcionada ao comportamento feminino, devido a sua vocação natural, na qual circunscrevia a mulher à esfera doméstica e às funções de esposa e mãe.

Deste modo, pensamos que o projeto da revista não seja uniforme, à medida que ele vai apresentando aos seus leitores diferentes orientações e opiniões sobre o papel da nova mulher.

No entanto, o discurso advogado pelo arcebispo D. Aquino Corrêa, que refletiu o projeto moralizador e normatizador adotado pelo clero mato-grossense para as mulheres, teve, ao que tudo indica, maior veiculação nos mais diversos meios de comunicação em Mato Grosso, como no caso da revista feminina do sul de Mato Grosso, **Ecos Juvenis**, assunto do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

“A alma da Mulher tem duas asas: chama-se aquela Amor; esta Bondade”: Imagens femininas em *Ecos Juvenis*

“Minha mãe não é nem muito alta nem muito baixa. Ela tem olhos pretos, sobrancelhas pretas, cabelos pretos e compridos. Mamãe é uma senhora que não é vaidosa; ela não gosta de pinturas, apenas passa pó de arroz. Mamãe não gosta nem de sair de casa. – Ela tem a sorte de ser católica.[...] Mamãe não vai ao baile e nem ao cinema, e nem tão pouco as filhas irão.” (Alda Spindola de Freitas aluna do curso de admissão do colégio Nossa Senhora Auxiliadora. **Ecos Juvenis**: Campo Grande, Dezembro de 1941)

Em junho de 1894, chegou a Cuiabá a primeira expedição de missionários salesianos, acompanhados pelo Bispo Dom Luiz Lasagna, com o objetivo de evangelizar as populações indígenas. Mas, efetivamente, isso só veio a acontecer por volta do ano de 1900, com a chegada do Pe. Bálzola a Mato Grosso. Em 1901, os salesianos conseguiram, finalmente, fundar a primeira colônia em “Tachos”, mas a falta de água potável provocou sua transferência para a região de “Meruri”, em Mato Grosso. Em 1902, iniciaram o trabalho de catequização dos índios Bororo – “o terror dos civilizados”¹⁸⁴.

Nos primeiros anos do século XX, os salesianos iniciaram suas atividades educacionais, com a fundação do Liceu de Artes e Ofício de São Gonçalo, em Cuiabá. Em 1919 chegaram ao sul de Mato Grosso, fundando, em Campo Grande, a Escolinha de São José. Em 1929, adquiriram, da Associação Pestalozzi, o Ginásio Municipal, transformado em Colégio Dom Bosco, constituindo-se, desde então, “numa das maiores experiências educativas dos salesianos”¹⁸⁵

Mas um dos principais marcos das atividades salesianas no então sul de Mato Grosso foi a fundação, em 1926, do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que se propunha a educar as “filhas do sertão”, oferecendo, num primeiro momento, o curso primário e, posteriormente, os cursos normal, em 1931, comercial, em 1934 e ginásial, em 1938. As alunas poderiam ser matriculadas em regime de internato, semi-internato ou externato.

Atribui-se a fundação do colégio à soma dos esforços conjuntos dos salesianos e das esposas de proeminentes personalidades das elites campo-grandenses, as quais estavam representadas numa comissão formada por D. Dorinha de Figueiredo, esposa do prefeito, dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, que veio a se tornar presidente da comissão; D. Beatriz Chaves, esposa do juiz de direito, dr. Laurentino Chaves; D. Antonia Corrêa da Costa (D. Neta), que havia

¹⁸⁴ BITTAR, Mariluce. **Política de educação na região sul de Mato Grosso e a influência da congregação salesiana.** Comunicação apresentada ao VI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA, Atlanta, Geórgia/USA, 4 a 6 de abril de 2002.

¹⁸⁵ Idem.

cedido a casa para o funcionamento do Colégio; D. Blanche dos Santos Pereira e D. Thomazia Rondon.¹⁸⁶

Assim, em 25 de fevereiro de 1926, foi fundado o colégio Nossa Senhora Auxiliadora, cujo objetivo contribuiu para sanar a carência de estabelecimentos de ensino em Campo Grande que, à época, contava apenas com o Instituto Pestalozzi (fundado em 1915) e o Grupo Escolar Joaquim Murtinho (1921), ambos oferecendo somente o antigo ensino primário.

Após terminar o curso primário, os filhos das famílias de posses sul-matogrossenses iam estudar nos grandes centros da época ou, geralmente, em Cuiabá onde existia a única escola 'ginasial' do estado - o Liceu Cuiabano. Já as moças não tinham como prosseguir seus estudos, pois naquele tempo era quase impossível imaginar uma garota morando longe de sua família, mesmo que fosse para estudar¹⁸⁷.

Logo, a função do colégio caracterizou-se por oferecer às educandas instrução voltada para o refinamento cultural e social, afim de preocupar-se em torná-las aptas ao convívio social como mulheres virtuosas, polidas e religiosas convictas, atendendo assim às expectativas das famílias que desejavam ver suas filhas como futuras "damas da sociedade". Exatamente por isso, na grade curricular do Colégio Auxiliadora constavam cursos de "costura, piano e de pintura; preparação para a primeira comunhão e crisma".¹⁸⁸

Segundo consta dos livros de registros do colégio, em 1926 havia 143 alunas matriculadas. No ano seguinte, observou-se o aumento das matrículas, registrando-se a presença de 277 alunas, das quais 27 em regime de internato e 250 no de externato.

Durante a década de 1930, o colégio estendeu sua fama de boa escola através da região e de vários estados brasileiros, sendo que em seus documentos constata-se matrículas de meninas oriundas de outros municípios como

¹⁸⁶ PENTEADO, Yara. **Auxiliadora - setenta anos**. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa. 1996.p. 29.

¹⁸⁷ BITTAR, Marisa e FERREIRA Jr., Amarílio. "De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande". In: **Campo Grande - 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 169 – 194.

¹⁸⁸ PENTEADO, Yara. Op. Cit.1996. p. 35.

Aquidauana, Três Lagoas, Dourados e Rio Brillhante, entre outros, e dos estados de Goiás, São Paulo e até do Ceará, caso da interna Maria da Glória Sá Rosa¹⁸⁹, que ingressou em 1934.

Concomitante à expansão do colégio, durante as décadas de 1930 e 1940, ocorreram significativas mudanças nos rumos da educação no país. A criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e a promulgação da Constituição de 1934 vinham ao encontro das questões propostas pelos reformadores representados por, entre outros, Francisco Campos, quanto daquelas requeridas pelos católicos, como a implantação, nas escolas, do ensino religioso facultativo.¹⁹⁰

Com a implantação do Estado Novo e a outorga da nova Constituição, em 1937, a educação no Brasil passou a enfatizar a ideologia do trabalho e do nacionalismo, sendo instituído, nas grades curriculares em todas as escolas primárias, normais e secundárias do país, o ensino de trabalhos manuais e educação cívica.

“As diretrizes ideológicas que nortearam a política educacional do Estado Novo consubstanciavam-se na exaltação da nacionalidade, nas críticas ao liberalismo, no anti-comunismo, na valorização do ensino profissional”¹⁹¹.

Sob as diretrizes do governo, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora criou o curso Ginásial, em 1938, procurando dar continuidade ao seu intuito de educar as moças de toda região dentro dos preceitos da religião e, agora, da Nação. Havia ainda a possibilidade, para aquelas que quisessem ter alguma pretensão profissional, da carreira no magistério, através da formação no curso “Normal”.

Vale informar, que as primeiras escolas normais para a formação de professores no Brasil foram criadas entre 1835 e 1880, oferecidas, a principio,

¹⁸⁹Como educadora, teve significativa participação nos cursos de Educação e Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instituição da qual recebeu, em 2007, o título de Doutora *Honoris Causa*. Como escritora, publicou diversos livros entre eles. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande : EdUFMS. 1990.

¹⁹⁰SILVA, M. dos S. **A Educação Brasileira no Estado-Novo: 1937/1945**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. p.20.

¹⁹¹ Idem. p.25

somente aos homens, havendo a inclusão feminina nos primeiros anos da República¹⁹².

A inclusão das normalistas acarretou mudanças curriculares, com a “introdução da disciplina Prendas Domésticas e Trabalhos com Agulha, cursada apenas pelas alunas”¹⁹³. Tais disciplinas possibilitavam às educandas organizar seu enxoval para o futuro lar. Deste modo, a Escola Normal procurava priorizar a educação feminina visando preservar a moral e a instrução da mulher para o espaço doméstico, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo)”¹⁹⁴.

Vale ressaltar que o próprio nome, atribuído ao curso “Normal”, indica que em sua concepção haveria um sentido de naturalidade para a escolha vocacional feminina – professora /mãe. Portanto, o ensino Normal tornava-se uma complementação da educação adquirida na família, contribuindo para que a mulher tivesse uma sólida formação religiosa baseada nos preceitos cristãos, destacasse sua posição social de elite, ou seguisse os caminhos da “natureza” feminina através do “dom” de ser professora e, acima de tudo, mãe.

Portanto, a educação que as filhas das elites do sul de Mato Grosso recebiam no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora pretendia atender às expectativas postas pela sociedade quanto ao modelo ideal de mulher: boa filha, virtuosa esposa e dedicada mãe.

Assim, o Colégio N. S. Auxiliadora se enquadrava no plano das políticas públicas dirigidas às mulheres do final da década de 1930 e início da década de 1940 que, segundo Schwartzman, “objetivavam uma educação voltada para o lar, ressaltando as virtudes próprias das mulheres, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade”, qualidades com as quais cooperariam

¹⁹²RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: A organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2003.p. 65.

¹⁹³ NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.p.29.

¹⁹⁴ MANOEL, Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1910): Uma face do conservadorismo**. São Paulo: EdUNESP, 1996.p.86.

não apenas com o outro sexo, mas, acima de tudo, “com a construção da pátria”.¹⁹⁵

Nesse sentido, pode-se destacar o Estatuto da Família, idealizado pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e apoiado pela Igreja Católica. Tal projeto visava regulamentar a política de previdência social, o papel da mulher na sociedade, a educação e, eventualmente, a política populacional do país.¹⁹⁶

Embora o Estatuto não tenha sido de fato promulgado, cabe aqui considerar que suas idéias e propostas mobilizaram diversos setores da sociedade. Para Schwartzman:

“O Estatuto proposto por Capanema é um documento doutrinário que busca combinar duas idéias para ele indissociáveis: a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional”.¹⁹⁷

O Estatuto previa incentivos ao casamento, oferecendo facilidades, até mesmo de empréstimos, matrimoniais, prêmios de núpcias, de natalidade, bem como estabelecendo impostos aos solteiros ou àqueles que não tivessem filhos. O Estatuto foi um esboço muito significativo do que se pensava, naquele momento histórico, como forma de controle populacional, uma vez que estes incentivos vinculavam-se ao controle da própria sexualidade da população.

Pelo Estatuto, a família era definida como uma "comunidade constituída pelo casamento indissolúvel com o fim essencial de gerar, criar e educar a descendência", e por isto considerada como "o primeiro fundamento da Nação". Exatamente por isso, a família deveria ser colocada sob a tutela e "a proteção especial do Estado, que velará pela sua formação, pelo seu desenvolvimento, pela sua segurança e pela sua honra"¹⁹⁸.

¹⁹⁵ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena & COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.p.109.

¹⁹⁶SCHWARTZMAN, Simon. **A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família**. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, Maio, 1980. s/p.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Decreto-lei nº 2024, fevereiro de 1940. Apud: SCHWARTZMAN, Simon Op. Cit. 1980.s/p.

Ainda segundo Schwartzman, o Estatuto teve como principal inspiração o documento do Padre Leonel Franca, intitulado "O problema da denatalidade", que apontava a diminuição da natalidade como o "maior flagelo que pode ameaçar uma nação". Dentre as medidas a serem adotadas pelo governo para a resolução daquele "flagelo", elencavam-se:

- "redução progressiva do trabalho feminino fora do lar (a mulher que trabalha fora, funcionária ou operária, ou não é mãe, ou não é boa mãe, ou não é boa funcionária). O salário familiar permite a volta da mulher a casa, com mentalidade renovada."

- "luta contra o urbanismo. Os grandes centros são hostis às famílias numerosas. Rumo à terra! Rumo ao campo!"

- "proibição de instrumentos e drogas destinadas a práticas anticoncepcionais".

- "proibição de livros, folhetos, cartazes, filmes, peças de teatro e de qualquer propaganda anticoncepcional."

- "proibição legal eficiente do aborto."

- "conservar o clima espiritual e cristão em que respiram as famílias brasileiras e lutar contra o materialismo que alimenta a concepção egoísta da vida estéril"¹⁹⁹.

Seguindo essa orientação, o Estatuto da Família, em seu 13º artigo, evidenciava uma educação para as mulheres que as tornassem "afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa". Por seu turno, o artigo 14º propunha restringir a admissão de mulheres no serviço público e privado, "as quais só poderiam ser admitidas em empregos próprios da natureza feminina e dentro dos estritos limites da convivência familiar"²⁰⁰.

Isso posto, os limites estabelecidos para a educação dos sexos podem ser ilustrados com uma parte do discurso proferido por Gustavo Capanema, em 1937, por ocasião do centésimo aniversário do Colégio Pedro II:

¹⁹⁹ Pe. Leonel Franca. O problema da denatalidade. Apud: SCHWARTZMAN, Simon Op. Cit. 1980. s/p.

²⁰⁰ SCHWARTZMAN, Simon. Op. Cit. 1984. p.112.

“(…) se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educa o feminina terá outra finalidade que   o preparo para a vida no lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel   a base de nossa organiza o social, e por isso colocada sob a prote o social do Estado. Ora,   a mulher que funda e conserva a família, como   também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educa o que lhes ministra, prepará-las conscientemente para esta grave missão”²⁰¹.

Ainda a respeito do enquadramento do Colégio N.S. Auxiliadora em rela o   política educacional do Estado Novo, p de-se constatar, nas páginas do **Ecos Juvenis**, bem como nos demais veículos da imprensa regional, a marcante presença dessa comunidade colegial em campanhas patrióticas, festejos cívicos e em posse de autoridades locais. Igualmente significativo   o comparecimento de representantes do poder público no interior do colégio.

Essa intera o institucional entre o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e os representantes do Estado Novo tem rela o com o que Norberto Dallabrida descreveu como o processo de nacionaliza o do ensino durante a era Vargas, que teve como meta a homogeneiza o de condutas e a normatiza o de “desvios sociais”, sendo criada uma disciplina vigilante dentro das escolas capaz de consolidar a brasilidade²⁰².

Parte dessa disciplina vigilante se dava por meio de visitas de autoridades ao colégio, como a do interventor Júlio Müller, acompanhado do prefeito campo-grandense Eduardo Olimpio Machado, ocorrida em fevereiro de 1940. A impressão que essas autoridades tiveram foi transcrita, nas páginas de **Ecos Juvenis**, nos seguintes termos:

Valiosas impressões

“Visitando hoje este modelar educandário, pude lembrar, com emo o e saudade os dias que se distanciam da minha meninice e juventude, vivido sob tecto como este, consagrado, pelos salesianos,   educa o da mocidade. A ordem, o asseio, a disciplina reinam neste colégio. A nossa impressão foi optima”

Júlio S. Müller.

²⁰¹ Trecho de discurso proferido por Gustavo Capanema, Ministro da Educa o e Saúde, de 1934 a 1945, por ocasião do aniversário do Colégio Pedro II. In CAPANEMA, Gustavo. Conferência. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1937, GV/CPDOC. Cf. REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos. Mulher e educa o. São Paulo 1910/20/30**. São Paulo: EDUC. 1993, p. 88.

²⁰² DALLABRIDA, Norberto. **A Fabrica o escolar da elites**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

“Como das outras vezes, levo uma magnífica impressão da visita a este modelar estabelecimento de ensino”

Eduardo O. Machado.²⁰³

Ao que tudo indica, essa relação era amistosa e de cooperação, como foi relatado, em tom de saudade, no depoimento da educadora do colégio N. Senhora Auxiliadora, entre 1936-1970, Irmã Bartira Constança Gardès:

“Na minha época, o relacionamento do colégio com a comunidade era intenso. Participávamos da posse dos governadores, dos militares, em solenidades a que eu sempre comparecia com um grupo de alunas. Hoje nosso entrosamento com as autoridades é frio, ou inexistente.

Anualmente fazíamos um desfile geral com as alunas do Dom Bosco e Auxiliadora, visitávamos o prefeito, o general, a comunicação era fraterna.”²⁰⁴

Segundo Maria H. R. Capelato, durante o regime estadonovista uma das poucas formas de manifestações coletivas aprováveis eram as paradas, as marchas e os desfiles, tendo essas cerimônias características de uma teatro público de feição militarizada e altamente formal. Assim, a participação das educandas do Colégio Nossa S. Auxiliadora nesses eventos podem ser entendidas como parte da sua formação moral e intelectual.²⁰⁵

Tais cerimônias exerceram importância crucial no que diz respeito à sedimentação da unidade da nação e do fortalecimento do Estado, uma vez que esses rituais possuem a capacidade de contribuir para a construção de valores sociais e políticos, ao mesmo tempo em que podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos²⁰⁶. Logo, essas festividades podem ser percebidas como sendo a forma ideal de comunicação entre o regime e a sociedade²⁰⁷. Como destacou Alcir Lenharo:

“A chave da organização dos grandes espetáculos era converter a própria multidão em peça essencial dessa mesma organização.

²⁰³ **Ecoss Juvenis**. Campo Grande. Fevereiro e Março de 1940. p. 06

²⁰⁴ Depoimento de Ir. Bartira Constança Gardès. In: ROSA, M. da G. Sá. Op. Cit.1990. p.91.

²⁰⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

²⁰⁶ GOULART, Silvana. **Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo**. RJ: Marco Zero, 1990.

²⁰⁷ GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo: Ideologia e Propaganda: a Legitimação do Estado Perante as Classes Subalternas**. SP: Loyola, 1982.

Nas paradas e desfiles pelas ruas ou nas manifestações de massa, estáticas, em praças públicas, a multidão se emocionava de maneira contagiante, participando ativamente da produção de uma energia que carregava consigo após os espetáculos, redistribuindo-a no dia-a-dia, para escapar à monotonia de sua existência e prolongar a dramatização da vida cotidiana.²⁰⁸

Vale esclarecer que os desfiles, as reuniões, os símbolos e rituais não foram criados pelo regime do Estado Novo, existindo desde há muito tempo. A Igreja Católica, por exemplo, em suas cerimônias e procissões, buscava um forte apelo à participação dos diversos extratos sociais²⁰⁹. No entanto, a marcante participação das educandas nos desfiles cívicos estadonovistas pode ser entendida sob duplo aspecto: de um lado, como parte de um comportamento resultante das diretrizes do regime no tocante à educação. De outro lado, como um momento de descontração que, fugindo do âmbito da sala de aula, criava um ambiente de maior sociabilidade. Em outros termos, da mesma forma que os desfiles cívicos tinham a finalidade de desenvolver o sentimento patriótico e louvar os “grandes feitos” dos “grandes homens”, ele pode ser entendido como um momento de “paquera” para as alunas, de se vestirem como adultas em seus trajes de gala.

Nas páginas dos periódicos de Campo Grande, é possível observar que os pontos altos da participação das educandas eram não só a celebração das datas nacionais como o 1º de maio e o 7 de setembro, mas também a comemoração do aniversário do Presidente Getúlio Vargas, em 19 de abril, e a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro. Tais datas tinham seus festejos organizados por dois órgãos dentro do Colégio: o “Centro Literário Dom Aquino Corrêa”, criado em abril de 1938, e o “Centro Cívico Getúlio Vargas”, fundado em 19 de abril de 1942. Fundadas, portanto, no mês natalício do presidente Vargas, ambas as entidades eram responsáveis por promoverem festas e reuniões em que as alunas declamavam, cantavam e encenavam peças teatrais, por elas criadas. Conforme o

²⁰⁸ LENHARO, Alcir. **Nazismo: O Triunfo da Vontade**. SP: Ática, 1986. p. 39-40

²⁰⁹ CHAUI, Marilena. **Ideologia e Mobilização Popular**. RJ: Paz e Terra, 1978.

depoimento da Ir. Bartira Constança Guedes, nessas ocasiões, “o salão era pequeno para conter o público”²¹⁰.

Se era da competência do Centro Literário D. Aquino Corrêa e do Centro Cívico Getúlio Vargas a organização das comemorações cívicas, ao periódico **Ecos Juvenis** cabia a tarefa de ser elemento de divulgação das mesmas, muitas vezes reproduzindo notícias veiculadas nos jornais diários. É o que se observa, por exemplo, na reprodução da notícia veiculada no jornal **O Progressista**, de 20/04/1943, intitulada “O Aniversário do Presidente Getúlio Vargas e o Colégio N. S. Auxiliadora”:

“Foi comemorado ontem, com extraordinário brilho, no colégio N.S. Auxiliadora, o dia gentílico do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, muito digno e querido presidente da República”.
Com a presença de todo o corpo docente interno e externo, das 700 e tantas alunas e exmas famílias, deu-se início, às 8 horas, ao programa das comemorações, constando de números de música, de recitativos, discursos, representações teatrais e diálogos interessantes, tudo referente à inconfundível personalidade e aos atos públicos do festejado aniversariante. Todos os cursos, por suas classes, tomaram parte no desenvolvimento do programa, e todas as alunas se saíram admiravelmente bem no desempenho de seus papéis (...) Houve a renovação da Diretoria do CENTRO <<CÍVICO GETÚLIO VARGAS>> E DO GRÊMIO LITERÁRIO <<D.AQUINO CORRÊA>>”²¹¹.

É possível apontar, como reflexão sobre o significado da transformação do aniversário do Presidente Getúlio Vargas em uma data festiva dentro do calendário oficial, como, suposto, sinônimo de agradecimento da população ao líder da nação pelos benefícios e mudanças implantados no país durante seu governo.

A Semana da Pátria era outra festividade amplamente noticiada por **Ecos Juvenis**, que trazia, além das notícias dos eventos comemorativos em Campo Grande, textos carregados de sentimento patriótico como o artigo “Data Luminosa: 7 de setembro”²¹², contendo uma profusão de fotos dos desfiles das educandas. Tal festividade, analisada sob o prisma da política estadonovista, pode ser entendida como uma oportunidade para essas meninas, bem como para a

²¹⁰ Depoimento de Ir. Bartira Constança Gardês. In: ROSA, M. da G. Sá.(1990) op. Cit. p.91.

²¹¹ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Março, Abril e Maio de 1943. p. 10

²¹² **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Julho, Agosto e Setembro de 1944. p. 19

população demonstrar todo o seu amor ao país, à nação e, conseqüentemente, ao Estado. Conforme Maria Helena Capelato, “a festa instala a alegria: a alegria espalha-se em profusão; a festa legitima o regime.”²¹³

Um dos pontos mais marcantes da relação entre o Colégio N. S. Auxiliadora e o Estado Novo ocorreu entre os dias 04, 05 e 06 de julho de 1941, por ocasião da visita do Presidente Getúlio Vargas a Campo Grande. Durante sua estada na cidade ocorreu uma rápida visita “de improviso” ao colégio, onde foi recebido pelo corpo docente e alunas, acontecimento minuciosamente noticiado pelo **Ecos Juvenis** em seu exemplar de Julho e Agosto:

“A Manifestação do Colégio N.S. Auxiliadora ao Presidente Vargas.

Campo-Grande ainda está sob a suave impressão da mais gloriosa visita – a do Chefe da Nação, que, no dizer do Sr. Interventor Julio Muller “deixa seus afazeres no Rio para vir ao encontro do sertão, auscultar-lhe os sentimentos observar suas necessidades, sentir suas aspirações”. (...)

Não podemos, entretanto, deixar de aludir nesta página sobre a visita, diríamos, de improviso, que o Sr. Presidente nos fez. Sim, ele recebeu uma demonstração de apreço e de carinho, das alunas do Colégio N.S.Auxiliadora, quando voltava do Leprosário São Julião. Recebeu-a em plena rua, em frente ao Colégio, tendo, num gesto de mínima gentileza, descido do carro aos primeiros e entusiásticos “Vivas” das manifestantes. Um ramallete, uma alocação e mais que tudo uma aclamação vivíssima, deixou no coração das Superiores e das alunas o prazer intenso pelo cumprimento de um tão grato dever e agradou ao ilustre visitante.

Agradecendo, o Sr. Presidente dirigiu-se à Sra. Irmã Diretora:

- Gostei muito do seu Colégio ontem. (referia-se à parada).

- Quantas alunas matriculadas?

- Seiscentas, Excia.

- Ainda estão construindo?

- E seu olhar perscrutador estendia-se pela fachada semi-construída.

- Excia., entre!

- Não há tempo. Sou grato pelo bem que estão fazendo à sociedade.”²¹⁴

Também foi noticiada a experiência vivida pela aluna Blanche dos Santos Pereira, incumbida de entregar o ramallete de flores a Getúlio Vargas, e a transcrição do discurso pronunciado pela aluna Zilá dos Santos Pereira na chegada do Presidente.

²¹³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op. Cit.1998.p.59

²¹⁴ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Julho e Agosto de 1941. p. 04

Essa visita presidencial, bem como as viagens de Getúlio Vargas às demais regiões do país, pode ser interpretada como uma contribuição para a pretensa idéia de integração do território nacional, sendo suas passagens marcadas por

“(...) uma padronização de rituais: inaugurações de obras que atestavam o progresso da administração, homenagens ao ilustre visitante e a averiguação pessoal deste acerca das necessidades, o que aparentava a falsa proximidade das autoridades com a população.”²¹⁵

Assim, o que se visava era a aproximação dos diferentes núcleos humanos, eliminando a virtual barreira entre ricos e pobres, litorâneos e sertanejos, homens e mulheres, transformando a nação brasileira em uma República unida e forte. Para tanto, “a propaganda estadonovista orientava uma campanha de valorização nacional, procurando instilar um espírito de patriotismo e de confiança em relação ao país e seu futuro”²¹⁶.

Seguindo essa orientação, as educandas do Colégio Nossa S. Auxiliadora tiveram participação ativa em campanhas patrióticas como, por exemplo, no esforço de guerra da “Campanha da Borracha”, em 1943, sendo todas as alunas conclamadas por **Ecos Juvenis** a participarem dessa “patriótica missão”.

“A Campanha da Borracha

No Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, também êste movimento foi incentivado pelas superiores com entusiásticas preleções tanto que nos sentíamos quase pequenos soldados... de borracha. Eu, por minha vez, depois de ter ouvido falar dêste novo gênero de trabalho, voltando das aulas, saí a correr por todos os cantos da casa, do quintal, da rua, desejando encontrar o precioso produto. Todas as alunas ainda estão trabalhando e tudo para a Vitória, para a grandeza do Brasil estremecido!

Beatriz do Nascimento
Curso de Admissão ²¹⁷

Vale destacar que a referida campanha contou com a mobilização das instituições de ensino público e privado de todo o país, como informa Laerthe de

²¹⁵SANTOS, Ana Carolina Nery dos. **A estética estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP. Campinas: 2004. p.52.

²¹⁶ GARCIA, Nelson Jahr Op. Cit. 1982. p.80

²¹⁷ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Junho, Julho e Agosto de 1943. p.25

Moraes Abreu Junior que, ao analisar o Diário Oficial do Estado de São Paulo entre 1930-1947, oferece a seguinte transcrição de documento:

“Campanha da Borracha:

O Departamento de Educação, confiando no patriotismo do professorado paulista recomenda que, em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal do Estado seja promovido, de 1º a 15 de julho próximo, a CAMPANHA DA BORRACHA, como parte de nossa cooperação ao esforço de guerra do Brasil.

(...) O que se fizer nesse sentido, será levado à conta de contribuição valiosa ao aparelhamento das forças armadas brasileiras.”²¹⁸

Do mesmo modo que as alunas do N. S. Auxiliadora, segundo Consuelo Novais Sampaio, os estudantes baianos também se integraram à campanha da borracha “indo, de casa em casa, em busca de qualquer objeto de borracha — o pneumático estragado ou a chapa de borracha de um salto de sapato servia”. Com isso, segundo a autora, “acreditavam trabalhar para acelerar a vitória dos Aliados”²¹⁹.

Portanto, campanhas como a de arrecadação de borracha fizeram parte da política educacional do Estado Novo buscando não apenas angariar fundos, mas também fazer com que a presença do Estado fosse algo visível no cotidiano dos cidadãos através da atuação dos jovens escolares, seja ela de porta em porta pedindo um pedaço de borracha ou nos desfiles e paradas patrióticas.

No contexto da era Vargas surgiu a Revista **Ecoss Juvenis**, periódico de variedades e de assuntos educacionais produzido pelas alunas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que circulou em Campo Grande e demais cidades do Estado de Mato Grosso de 1934 até meados da década 1950. Como vinha enunciado em seu primeiro número, datado de agosto de 1934, o objetivo da Revista era fomentar e divulgar a produção literária e intelectual de toda comunidade colegial. Explicitamente:

²¹⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo 01/07/1943. Apud: JUNIOR, Laerthe de Moraes Abreu. **O caderno de recortes sobre educação do "Diário Oficial do Estado de São Paulo": indícios de cultura material na escola primária "Dr. Jorge Tibiriçá" (1930-1947)**. Rev. Bras. Hist. vol.24, n.48 São Paulo 2004. p.57

²¹⁹SAMPAIO, Consuelo Novais. “A Bahia na II Guerra Mundial”. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, v. 40, 1996.p.145

“como diz seu nome, << Ecos Juvenis>> há de ser o porta-voz das alunas do colégio: nele se vão reproduzir <<luminosas idéias >> e << grandes pensamentos²²⁰ >> que á sua falta, estariam eternamente supultados...”

Com tiragem bimestral limitada, distribuição gratuita e pequenos volumes contendo, em média, 12 páginas, inicialmente **Ecos Juvenis** pretendia atingir apenas a comunidade interna do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ou seja, educandas, educadores, funcionários e colaboradores do colégio. A partir de 1937, a Revista sofreu um processo de expansão, tendo aumentado o número de anúncios de patrocinadores, em geral profissionais liberais e casas comerciais de Campo Grande e região, e de páginas, publicando exemplares com até 40 páginas. Com esses dados, aliados ao surgimento da possibilidade de assinatura anual da revista a 5\$000 em 1937, 7\$000 em 1938 e 10\$000 em 1940, podemos inferir que houve crescimento do público leitor e da circulação desse periódico.

Assim como **A Violeta**, **Ecos Juvenis** tinha, em seu pequeno formato de brochura, 16 x 20cm, a aparência física de um caderno escolar ou de um diário íntimo, lugar que serviria como depositário dos pensamentos, poesias e lembranças das moças a época. A Revista se apresentava como um guia de informação e de orientação para suas leitoras e leitores, trazendo notícias das atividades do colégio e dos salesianos em Mato Grosso, seções educativas como as “Lições de Português”, discursos, peças de teatro, poemas, poesias e anedotas escritas pelas educandas. Em geral, essa produção literária visava levar as leitoras a uma reflexão moral, como na anedota “A menina curiosa”, escrita pela aluna Maria Luzia Bais, do segundo ano primário:

“Era uma vez uma menina curiosa. Tudo o que se passava na rua ela ia ver.
Um dia, ela ouviu um homem falando alto pela rua. Pegou a cadeira e olhou.
Mas esqueceu que estava na janela – caiu e quebrou o braço.
A mãe correu e levou a filha ao hospital. O médico disse que não endireitava mais o braço da menina.
Que lição para os curiosos!”²²¹

Implícita está a curiosidade sobre tudo, inclusive sobre o corpo, o sexo/sexualidade, o mundo dos adultos. Neste caso, há uma referência à rua, espaço

²²⁰ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Agosto de 1934. p. 01.

²²¹ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Março e Abril de 1942. p. 12.

público e lugar de todos os perigos. A curiosidade em relação a esse espaço, aliás, lugar do masculino por excelência (é um homem falando alto que desperta a curiosidade da menina e a leva à janela) e a inserção de meninas nele, de forma atabalhoada, simbolicamente uma queda, pode trazer danos irreparáveis. Assim, a curiosidade, vista como um erro, era advertida através dessa lição pela jovem Maria. Além deste, outros pecados foram abordados, a exemplo da vaidade, destacada em crônicas como “A pequena vaidosa”, assinada por Lourdes Müller educanda do curso de admissão, e “Uma menina vaidosa”, de Iêde Spinelli, do segundo ano primário.

A pequena vaidosa.

Lúcia tinha um péssimo defeito: era muito vaidosa. (...) Lúcia passava o dia inteiro a mirar-se no espelho.

- Como sou linda mesmo! Pareço uma boneca de bazar ! Se eu fosse mocinha poderia usar “baton”, rouge e pó de arroz.(...) Um belo dia sua mãe foi à cidade fazer compras. Lúcia muito esperava por essa ocasião. Entrou no quarto e aí encontrou tudo o que queria: pó de arroz, baton e rouge.

Encheu a pluma de pó de arroz e passou-a na ponta do nariz, e nas bochechas gorduchas. Pegou o rouge passando-o nas faces até ficarem vermelhas como cerejas. Pegou o baton e passou-o nos lábios tornando-os cor de rubis (...) Depois correu e foi sentar no jardim. Tudo aconteceu ao contrário. Todos falavam: “Que pequena pretensiosa! ... bem merecia umas palmadas”.

Lúcia envergonhada foi para dentro lavar o rosto e deixar as vaidades. Aquilo serviu de lição.²²²

“Uma Menina Vaidosa.

Maria é uma menina vaidosa.

Quando sua mãe lhe fazia as tranças ela pensava: - Por que não posso fazer penteados iguais aos das minhas irmãs?

Eu também sou mocinha: tenho já 10 anos de idade!

Um dia sua mãe saíra e Maria aproveitou o tempo e desmanchou suas lindas tranças douradas enquanto os ferros esquentavam.

Depois de muito tempo tirou os ferros da cabeça e pôs nos cabelos queimados 2 fitas espantosas.

E foi olhar no espelho para ver como estava.

Maria teve uma grande surpresa, quando olhou no espelho: parecia um fantasma! Nunca mais inventou penteados²²³

Lourdes e Iêde exemplificam o “péssimo defeito” da vaidade, na figura das meninas Lúcia e Maria que, provavelmente, teriam a mesma faixa etária das autoras, orientando os leitores através do julgamento das “pequena(s)

²²² **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Março e Abril de 1941. p. 22.

²²³ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Março, Abril e Maio de 1943. p. 22

pretensiosa(s)”, que aproveitaram o momento de ausência de suas mães para cometerem a travessura de se embelezarem, obtendo, como castigo, aparências horrorosas comparadas a um “fantasma”, despertando a dor moral manifestada no sentimento de vergonha e arrependimento, que teria bastado para que as suas personagens deixassem “as vaidades”.

É também possível refletir sobre os espaços que as autoras colocam suas personagens: Lourdes, em a sua “A pequena Vaidosa”, reflete o julgamento que a sociedade faz às mulheres/ meninas que se maquam, sendo este ato um signo da mulher “depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher – também se diz a “rapariga” – pública”²²⁴. Em outros termos, isso era coisa de “prostituta”. Já Ieda Spinelli relega a sua personagem à auto-critica conseqüente do desenvolvimento de uma complexa rede de regulação social que condenava a vaidade feminina²²⁵.

Tão grave quanto ao defeito da vaidade seria a inveja, descrita da seguinte maneira nas páginas do **Ecos Juvenis**:

“A inveja é uma horrenda creatura, velha como o mundo, que colocou sua morada entre os homens para martirizar os bons e semear dores e guerras. É feia como a mesma feiura; olhar baço, rosto pálido, dentes deteriorados, língua empregnada de veneno; não ri, não dorme, vê com desprezo o sucessos dos homens e se roe: este é seu tormento(...) A inveja sempre fez e sempre fará vítimas entre os fracos; de balde porém ela experimenta os fortes”²²⁶

Assim, a inveja ganha formas físicas de uma “horrenda creatura”, provocando todo tipo de sofrimento. Essa descrição, que mostra como um invejoso se metamorfoseia, servia de alerta aos leitores.

Não só os pecados eram enfatizados e condenados nas páginas de **Ecos Juvenis**. Virtudes como a gratidão, probidade, humildade, a dedicação ao trabalho e a caridade foram louvados e abordados como temas de crônicas, anedotas, poemas e poesias.

²²⁴ PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: EdUNESP, 1998.p.7.

²²⁵ WEEKS, Jeffrey. “O corpo e a sexualidade”. In: Louro, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

²²⁶ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Junho, Julho e Agosto de 1943. p. 11

Para ilustrar essa orientação, foram extraídos da revista seis exemplos. O primeiro é a crônica “Gratidão”, destinada a agradecer a “boa e generosa” Irmã Madalena Sanlorenzo pelos serviços prestados ao Nossa Senhora Auxiliadora, como coordenadora da campanha para a construção de um altar de mármore na capela do colégio, legando “às novas gerações a audácia de seu amor, a magnanimidade de sua mente, a coragem de seu zêlo.”²²⁷

O segundo exemplo refere-se à anedota intitulada “A Probidade”, escrita pela educanda Lucila Vargas Batista. Nela, a autora relata a estória do desempregado Pedro, pai de uma família que estava à míngua, e que vê sua “sorte” mudar ao encontrar “uma bolsinha com uma soma de dinheiro”. Na hora de decidir o que fazer com o achado, seu caráter pesou mais que sua necessidade, fazendo com que o personagem procurasse e devolvesse o dinheiro ao dono que, em contra partida, ofereceu-lhe um emprego. Desde então, “sua família não passara mais miséria”.²²⁸

No terceiro, o exemplo de humildade pode ser encontrado na reflexão “Se eu fosse Rica...”, assinada por Elizena Muzzi, do 5º ano primário. Em seu discurso, a autora alerta aos leitores que “ser rica não quer dizer ser feliz, ou ter do mundo a reverência”, precavendo aqueles que cometem o pecado da vaidade e da luxúria, em tom profético, de que: “Hoje quem é enaltecido e coberto de honras vãs pelo dinheiro pode ser amanhã, humilhado e ridicularizado quase sempre pelos que antes o cobriam de lisonjas”.²²⁹

Na mesma página que foi publicado o escrito de Elizena Muzzi, encontra-se outro texto exemplar a respeito da virtude da humildade. Trata-se da crônica “O traje humano exterioriza os sentimentos ocultos”, de Marília dos Santos Ayres, educanda do 3º ano colegial. Marília em tom de censura lamenta:

“Infelizmente, a maior parte das moças vive sob o domínio das futilidades da moda, e pouco a pouco, dia a dia, torna-se escrava do luxo, da vaidade, ludibriada por uma felicidade exterior, que em nosso coração implanta maldade, perversidade, egoísmo e leviandade”²³⁰.

²²⁷ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Primeiro semestre de 1944. p. 3.

²²⁸ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Abril e Maio de 1940. p. 21

²²⁹ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Julho, Agosto e Setembro de 1944. p. 29

²³⁰ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Julho, Agosto e Setembro de 1944. p. 29

Em detrimento da vaidade está implícita a exaltação à humildade, tão rara e cara aos jovens uma vez que, para a jovem autora, o “que nos adianta ser apontadas como luxuriosas (...) quando o julgamentos, humanos, nada valem diante de Deus, nosso juiz?”²³¹ Ao lançar essa questão, Marília dos Santos eleva ao transcendental a virtude da humildade, reforçando, assim, o combate travado pelas alunas contra a soberba, a luxúria e a vaidade.

O quarto exemplo é a crônica de Vera Alves Corrêa, do 2º Ano Técnico de Contador, intitulada “O Trabalho”²³². Nela, o trabalho é definido como “a fonte de todas as riquezas e por êle o homem se eleva e se engrandece, viver é lutar e trabalhar é viver”. Sendo o labor compreendido como uma vocação natural do homem: “A ave nasceu para voar, como o homem para trabalhar”, e um dever cívico do cidadão: “o progresso de um povo mede-se pelo valor de suas obras”. Assim, a jovem educanda refletia o discurso adotado pelo Estado Nacional do pós-1937, em relação ao trabalho, definido pela pesquisadora Ângela de Castro como um “ideal de justiça social, voltado para a realização de uma política de amparo ao homem brasileiro, o que significava basicamente o reconhecimento de que a civilização e o progresso eram um produto do trabalho”²³³.

O quinto exemplo refere-se à composição de Zaira Castelo Branco, da 5ª série ginásial, intitulada “A Caridade”, definida pela autora como uma “das virtudes que se referem diretamente a Deus”. Em sua elocução, a caridade é descrita de duas maneiras: a primeira através de sentimentos como a sensibilidade, sendo capaz de sofrer “mas não reclamar, não dizer basta, não repelir” a modéstia, “porque não gosta que os outros descubram as suas santas realizações” e a sinceridade “porque atende a todos que lhe batem a porta”; a segunda ganhando formas humanas “Vestida de branco, ela penetra na casa do sofrimento, num hospital; vestida de preto ela vai consolar os desesperados”. Assim, a caridade

²³¹ Idem.

²³² **Ecoss Juvenis**. Campo Grande. Junho, Julho, Agosto de 1943. p. 17.

²³³ GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.p.58.

pode ser vista como uma mulher cujo comportamento deve ser pautado pela sensibilidade, modéstia e sinceridade e, porque não, pela sujeição.

O sexto exemplo também faz referência à virtude da caridade; trata-se da anedota “O coelhinho de chocolate”²³⁴, escrita por Olinda Barros, do 2º Ano Primário. Nela a autora relata a opção que a pequena Fifi fez ao doar o dinheiro que havia economizado, com muito esforço, para as Missões salesianas, ao invés de comprar um coelhinho de chocolate. Nesse caso, o que chama a atenção, além da lição dada, é o destino que a personagem deu ao seu dinheiro – doar às missões.

Sabe-se que as primeiras missões católicas teriam chegado ao Brasil em 1549, coordenadas pelos jesuítas que tinham, como objetivo, cumprir uma das diretrizes básicas estabelecidas pela política de D. João III: a conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e instrução.²³⁵

Deste modo, ao realizarmos a leitura das páginas do **Ecos Juvenis**, percebe-se, claramente, não apenas a orientação moral aos leitores, mas também as articulações e campanhas que as irmãs faziam para arrecadar fundos e conquistar apoio em prol das missões. A esse respeito, vale ressaltar que, a partir de março de 1936, foi criada a seção Página Missionária Uké – Waguú, narrando a incursão civilizatória do padre Antônio Colbacchini pelo sertão mato-grossense:

“Página Missionária

Ao iniciar a sua publicação, neste novo ano escolar, sente-se satisfeita, porque levará ao conhecimento de seus leitores, uma edificante e verídica narração relativa aos primórdios da missão entre os – Boróros – Tribu selvagem que vae sendo aos poucos civilizada pela missão salesiana...”²³⁶

Como parte das missões civilizatórias, conduzidas pelos salesianos em Mato Grosso, está a edificação do Centro Maria Auxiliadora, anexo à Paróquia de Nossa Senhora da Guia em Coxipó, onde irmãs salesianas, como a Ir. Angelina

²³⁴ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Março, Abril, Maio de 1943. p. 19.

²³⁵ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: A organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2003.p. 45.

²³⁶ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Fevereiro e Março de 1936. p. 04

Pagani e Ir. Romana Ogeida, dedicavam-se a ensinar às “alunas bororas casadas (...) instruções sobre deveres da mãe e da família”²³⁷.

Assim, buscava-se sanar o que, entendia-se, seria o desconhecimento e o despreparo dos Bororo sobre as normas de conduta do que seria uma família monogâmica, católica e civilizada. Ao buscar reforçar o papel que deveriam exercer as mulheres dentro dessa instituição, como mães e dona de casa, tal discurso apontava para a idéia de que a família, como lembra Foucault, “tornou-se o lugar obrigatório dos afetos, dos sentimentos, do amor”²³⁸. Ainda, segundo Foucault, essa estrutura matrimonial assume um papel regulador das relações, tornando-se, ao mesmo tempo, o mais forte dos vínculos individuais e o único lugar dos prazeres legítimos. A primeira finalidade do casamento seria a procriação e a segunda, a ordenação de uma vida comum e inteiramente compartilhada²³⁹. Desta forma, a sexualidade se desenvolveu como parte de uma intrincada rede de regulação social, “policiando” os corpos e produzindo identidades.

Para tanto, a educação se torna uma das mais importantes estratégias de governo sobre as mulheres (e também sobre as crianças) no controle de seus corpos e sexualidades,²⁴⁰ como reforça a historiadora Luzia Margareth Rago: “a concepção originária de educar – do latim educare, que significa endireitar o que está torto, concepção que justifica a adoção de métodos autoritários de enquadramento da infância e da adolescência”²⁴¹, à escola então é atribuído o papel de “formadora” do caráter de suas educandas.

Vale ainda ressaltar que, durante o período varguista, a escola era pensada como solução dos problemas nacionais, uma vez que a ela era designada a tarefa de educar corpos e mentes saudáveis e úteis à pátria. Sendo assim, todos os esforços convergiam para a “fabricação escolar” de trabalhadores disciplinados,

²³⁷ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Novembro e Dezembro de 1941. p. 17

²³⁸ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal. 1980.p.103.

²³⁹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 3: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal. 1985.p. 179.

²⁴⁰ WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.p. 65

²⁴¹ RAGO, L.M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890/1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. p. 150.

honestos e mulheres aptas a desempenhar os papéis de esposa, mãe e professora, que serviriam como suporte nessa construção²⁴².

Assim tanto em relação às índias bororos como as mulheres do sertão, é importante ressaltar que essas instituições de ensino cumpriam papel fundamental no sentido de serem co-responsáveis pela “boa formação” das moças, sendo elas as futuras mães das gerações vindouras da nação.

Logo, em instituições como Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande, ou o Centro Maria Auxiliadora, em Coxipó, reservadas as diferenças, primava-se por oferecer uma educação permeada de valores religiosos que traçavam os contornos da “moça de família” bem preparada para assumir sua função social de esposa e mãe.

Frente a essa responsabilidade, a escola enfrentava o desafio de fazer desabrochar nas educandas qualidades essenciais à mulher, oferecendo às alunas um aparato de conhecimentos que a sociedade patriarcal considerava pertinente e apropriado para as moças, basicamente emoldurado pela idéia de formar “jovens cultas, polidas, sociáveis, mas, acima de tudo, cristãs, católicas convictas, que difundissem na família e na sociedade os valores do catolicismo”.²⁴³

Assim, as crônicas, poemas e anedotas, que foram veiculados através do **Ecos Juvenis**, reforçavam o sagrado dever feminino da maternidade. Exemplo disso pode ser encontrado na crônica “Ser Mãe”, escrita por Maria Aparecida Uchôa, do 2º ano clássico:

“ Ser mãe é a missão mais sublime que Deus conferiu à Mulher (...) O coração de mãe é um santuário de amor, de bondade, de ternura; seu olhar é a luz que orienta o filho no caminho do bem. No berço onde repousa uma criança há sempre, vigilante, o carinho daquela que lhe deu o ser. (...) A mãe é mestra, é protetora, a única e fiel amiga do ser que lhe pertence de corpo e alma.
Ser mãe é consolar, é compreender, acariciar, amparar; ser mãe é sofrer. <<Ser mãe é padecer num paraíso>>”²⁴⁴

²⁴²REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos: Mulher e Educação**. São Paulo: EDUC, 1993. p. 91

²⁴³MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1996, p. 76.

²⁴⁴ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Junho, Julho e Agosto de 1943. p. 04

De certa forma, esta crônica retrata a aplicação do discurso oficial incorporado nas instituições de ensino feminino, que visavam oferecer às moças uma educação que tivesse uma conduta religiosa e de formação para o lar, que salientasse as virtudes da função natural da mulher: ser mãe.

Vale ainda informar, que tal missão feminina, segundo Fabíola Rohden, já figurava no discurso médico do século XIX e início do XX, momento marcado por um conjunto de mudanças socioeconômicas, políticas e culturais, além de um intenso desenvolvimento tecnológico no Ocidente, despertando o questionamento a respeito do lugar a ser ocupado pelas mulheres na sociedade, do papel dos gêneros, das diferenças entre os sexos, além do estabelecimento de regras morais para o controle do comportamento social.²⁴⁵

Algo curioso a ser observado é que, mesmo com uma proposta de educação feminina que valorizava o casamento e a maternidade, ao que tudo indica, pouco ou nada era informado às educandas sobre sexualidade, reproduzindo-se, no Colégio N.S. Auxiliadora, o que informa a pesquisa de Jane Almeida:

“Apesar de alguns estudos afirmarem que a Escola Normal, freqüentada pelas jovens (...) era uma espécie de curso preparatório para o casamento e para a maternidade, isso me parece uma redundância. Para ser mãe, necessariamente, a jovem normalista teria de passar pela experiência sexual e, nesse campo, tanto a escola de qualquer nível como a família, eram deliberadamente omissas. As jovens poderiam até receber os ensinamentos necessários de como cuidar da casa, bordar, cozinhar, alimentar os bebês, mas sobre sexo eram mantidas na mais extrema ignorância, aliás, não só sobre sexo em si, mas como em tudo que se referia à sexualidade, como menstruação, concepção e gestação”.²⁴⁶

Deste modo, as instituições educacionais, bem como as omissões das famílias, contribuíam para manter as moças desinformadas e ausentes de qualquer conhecimento acerca de seu corpo e da sua sexualidade. Levando, ao que tudo indica, a maioria das jovens a se encaminharem ao matrimônio na mais

²⁴⁵ROHDEN, Fabíola. **A construção da 'natureza feminina' no discurso médico: Uma ciência da diferença. Sexo e gênero na medicina da mulher.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. p.31

²⁴⁶ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: EdUNESP, 1998.p.181.

completa ausência de conhecimento sobre o assunto. Tal orientação pode ser constatada no depoimento da Irmã Bartira:

“Não se falava em sexo, porque era assunto fora dos padrões da época, mas orientavam-se a as meninas para o casamento. Eu mesmo orientei o casamento da Hilda com o Antônio Paniago e o casamento de Alda com o Leôncio Brito”²⁴⁷.

É necessário considerar que toda essa organização curricular e de orientação reflete relações de poder, transmitindo visões de mundo, valores e interesses. Esse complexo de precauções, em relação ao que era válido ensinar e o seu cumprimento pelo corpo docente, fez com que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora se tornasse uma referência no ensino feminino em Mato Grosso. Assim, ao matricularem suas filhas no Colégio, as famílias tinham ciência da formação educacional à qual as alunas estariam submetidas. Como afirma a Ir. Bartira, se aproximando da orientação do Pe. Leonel Franca, citado anteriormente, “Aconselhávamos nossas alunas a ler apenas livros religiosos ou históricos. Romances que pudessem prejudicar a formação do caráter eram proibidos.”²⁴⁸

Ao lermos o artigo “As pequenas após o tríduo escolar”, supostamente escrito por uma educanda, no qual a mesma em nome das outras se compromete em cumprir “todas as práticas de piedade, assistindo à Santa Missa, todos os domingos; estudaremos o nosso catequismo bem como todas as nossas lições; seremos obedientes em casa e aqui neste caro colégio,”²⁴⁹ podemos ter uma mostra do comportamento idealizado para as educandas do Nossa S. Auxiliadora.

Diante dessa responsabilidade, o Colégio contava com um internato enquanto recurso pedagógico, o qual era o grande aliado das práticas educacionais, pois as moças, principalmente durante os primeiros anos da juventude, ficavam isoladas, mantendo-se seguras do mundo externo, muitas vezes visto como mau e corruptor. Assim, as alunas seriam resguardadas das más influências e livres dos pensamentos negativos presentes nesse mundo externo. De acordo com Ivan A. Manoel:

²⁴⁷ Depoimento de Ir. Bartira Constança Gadés. In: ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: EdUFMS. 1990.p.90.

²⁴⁸ Depoimento de Ir. Bartira Constança Gardês. In: ROSA, M. da G. Sá.(1990) op. Cit. p.90.

²⁴⁹ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Março e Abril de 1942. p. 27

“Ao término do ciclo de estudos, as alunas teriam sido fortalecidas, de tal modo que ao voltarem para o “mundo exterior” não seriam corrompidas por ele, mas, ao contrário, deveriam ser fortes o bastante para atuarem como focos de recristianização da sociedade²⁵⁰.”

Através das páginas do **Ecos Juvenis** pode-se ter uma idéia do cotidiano dessas internas, que narravam suas experiências, desabafavam seus sentimentos e aludiam suas expectativas na seção Ressonâncias: Página do Curso Primário do Colégio N.S. Auxiliadora. Muitas vezes, esses relatos eram em forma de cartas, na sua maioria destinadas às mães. A título de exemplo, vale destacar o relato intitulado “Minha Mãe”, escrito pela educanda, do 3º ano primário, Evangelina Maria Rondon Guasque:

“Minha Mãe é alta e morena, seus cabelos são pretos crespos, seus olhos escuros e brilhantes.
Eu gosto muito da mamãe; para mim, ela é a mais linda, a melhor, a pessoa mais bondosa do mundo.
Para mim, ela é tudo. Qualquer coisa que eu desejo, que eu preciso, ela logo faz, ela adivinha os meus desejos; eu penso que ela é capaz até de fazer milagres para me contentar.
Eu estou com muitas saudades dela. Vou estudar bastante para ela ficar contente. Assim eu também passarei as férias mais contente e feliz.
No primeiro dia em que vim para o internato achei muita falta dela e fiquei muito triste.
Passei o dia todo só a pensar nela.
Eu vim para o internato num domingo, às cinco horas da tarde.
Antes de vir fui passear no jardim com meus irmãozinhos e minha mãezinha. Mas eu não estava contente.
E comecei a pensar como ia ficar estando minha mãezinha tão longe de mim. E disse: Será que o Colégio é bom ou ruim? Quando cheguei aqui, logo notei que era muito bom e também vi que todas as irmãs eram dedicadas, meigas e boas.
Mamãe foi visitar o colégio achou muito bom e asseado.
Eu também achei que era uma honra entrar num colégio de D. Bosco e tão lindo assim.”²⁵¹

A partir desse relato, é notório o sentimento de saudade materna e de solidão da jovem Evangelina, sendo os mesmos amenizados pelas “dedicadas, meigas e boas” irmãs que não apenas assumiam o papel de educadoras, mas também o da figura materna, responsável por dar afeto e orientação nas mais diversas situações.

²⁵⁰ MANOEL, Ivan Aparecido. Op. Cit. 1996. p. 77.

²⁵¹ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Setembro e Outubro de 1941. p. 31

O segundo exemplo desse cotidiano pode ser lido no relato “Mamãe”, da aluna Alda Spindola de Freitas, do curso de Admissão:

“Mamãe

Minha mãe não é nem muito alta nem muito baixa. Ela tem olhos pretos, sobancelhas pretas, cabelos pretos e compridos. Mamãe é uma senhora que não é vaidosa; ela não gosta de pinturas, apenas passa pó de arroz.

Mamãe não gosta nem de sair de casa. – Ela tem a sorte de ser católica. Nós moramos numa vila onde não há nem padre nem igreja, mas quando mamãe vem á cidade procura sempre de assistir à Santa Missa. Mamãe não vai ao baile e nem ao cinema, e nem tão pouco as filhas irão. O que eu quero fazer para tornar a minha mãe feliz é o seguinte: rezo e rezarei muito para ela pedindo a Deus que na hora da morte lhe dê um bom lugar no Paraíso.”²⁵²

Note-se que nos dois relatos há uma descrição física das mães, talvez para ambientar o leitor ou para reforçar a lembrança daquela que, por natureza, possuía virtudes como a modéstia, a domesticidade e a inabalável crença no catolicismo, sendo, portanto um exemplo a seguir.

Outro fato que chama atenção no escrito de Alda é o receio e fervor a Deus e à Igreja Católica. Tal prática era reforçada nas aulas de Ensino Religioso, matéria de importância destacada, sendo publicado nas páginas do **Ecos Juvenis** o programa de seus exames:

“Exames de Religião

Tomou um caráter solene o exame de Religião das alunas dos Cursos: Colegial, de Contador, Secretariado, Conforme se vê pelo seguinte programa:

- 1 – Bensão litúrgica da Bandeira do Papa
- 2 Hino do Papa
- 3 – CRISTO – Mário de Lima – Poesia por Umbelina Câmara
- 4 – Hino da Santa Igreja.
- 5 – Alocução – por Adméia Barone
- 6 – Hino a Jesús Redentor.
- 7 – Exames Oraís.”²⁵³

Assim, se observarmos o currículo escolar adotado no Colégio N. Senhora Auxiliadora, constata-se de que a religião é mais central do que a formação profissional das educandas.

²⁵² **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Dezembro de 1941. p. 27

²⁵³ **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Outubro, Novembro e Dezembro de 1944. p. 17

Interessante destacar que algumas alunas construía uma representação de Deus a partir do sentimento de medo e do temor ao castigo; possivelmente, isso se dava porque as próprias professoras, em sua maioria religiosas, incutiam nas alunas esse receio. Adotavam falas, como por exemplo, “que Deus irá castigá-las”, caso desobedecessem alguma regra ou cometessem deslizes. Partindo-se da perspectiva de Foucault, esse discurso assustador é apregoado nas sociedades cristãs a fim de ter um controle maior sobre os corpos, a sexualidade, bem como, as mentalidades das pessoas²⁵⁴, nesse caso, das jovens estudantes.

Por fim, é possível afirmar que a intencionalidade dos processos educacionais da mulher, no contexto do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, era condizente com as políticas educacionais do Estado Novo, bem como, com os anseios da sociedade (patriarcal) da época – majoritariamente católica. A preocupação com a formação das educandas era a de prepará-las para ser “uma prodigiosa dona de casa, virtuosa esposa e dedicada mãe de família”.

Diante deste contexto, é possível perceber, nas páginas do **Ecos Juvenis**, os discursos afinados entre o Estado e a Igreja no que diz respeito à pedagogia moral atribuída à sexualidade feminina (virgindade, maternidade sadia, obediência ao marido, boa esposa, boa mãe e professora), objetivando seu preparo para as funções domésticas e maternas, acionando o que Erica Burman chamou de “glorificação da maternidade”²⁵⁵.

²⁵⁴ FOUCAULT, M. Op. Cit. 1980. p.85.

²⁵⁵ BURMAN, Erica. **La desconstrucción de la Psicología Evolutiva**. Díaz. Madrid: Visor. 1998. Trad. José Luis González.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após longa jornada de trinta meses, é chegada a hora do ponto final. Por ter sido escolhida uma temática ampla, o estudo das representações femininas nos periódicos mato-grossenses, durante o Estado Novo, deparou-se com uma infinidade de possibilidades e um conjunto de obras e fontes riquíssimas, quer seja do ponto de vista literário, jornalístico, historiográfico, jurídico ou memorialista.

Assim, encontrou-se uma profusão de discursos sobre o papel feminino em um “sertão” em transformação, marcado pelo choque entre a civilização e a barbárie, o rural e o urbano, o moderno e tradicional. Nesse contexto, surge a figura da “mulher moderna”, que tem ao seu dispor novas profissões, maior acesso à educação pública e privada, apesar dos obstáculos e críticas pautadas na idealização masculina sobre o ‘bello sexo’, considerado frágil como porcelana.

Diante dessa conjuntura, a mulher mato-grossense ainda era enquadrada, nos discursos veiculados na grande imprensa, na condição de ‘rainha do lar’, devendo seguir padrões de comportamento que limitavam os espaços sociais a serem ocupados e as atividades públicas que poderiam ser desempenhadas. Tais discursos buscavam controlar as mudanças na posição social dessa “nova mulher” que, dia-após-dia, ocupava profissões e ambientes de socialização que, até então, eram redutos essencialmente masculinos.

No entanto, foi possível observar, através de discursos femininos, como o da professora Maria Dimpina, a hábil negociação que muitas mulheres tiveram com setores mais conservadores da sociedade. Tal relação era marcada pelo reforço do ideário de mãe exemplar e do casamento modelar, mas ao mesmo tempo é explícita a reivindicação dessas mulheres por uma maior participação feminina na sociedade em mudança.

Tal conflito envolveu valores e comportamentos que, além das relações de gênero, foi permeado por vários acontecimentos nas esferas políticas, econômicas e culturais no período, marcado pelo ideário do Estado Novo e a ação da Marcha para Oeste.

Assim, a documentação analisada permitiu refletir a respeito da forma como tais discursos se articularam como do poder central, tendo como eixo fundamental a construção da Nação, a formação da família saudável e de cidadãos afeitos ao trabalho, bem como as regras da boa conduta social.

Foram esses os elementos que permearam os olhares e os discursos veiculados nos periódicos que circularam em Mato Grosso durante o Estado Novo, cuja função era não somente orientar, mas vigiar os comportamentos de homens e mulheres. Tal estereotipia previa ao homem o papel de provedor da família, ou seja de marido/pai trabalhador, honesto e higiênico. Quanto à mulher, restava a preservação da virgindade antes do casamento, a maternidade sadia e a submissão ao marido, cumprindo o papel de obediente filha, virtuosa esposa e dedicada mãe.

Contudo, é preciso considerar que as mulheres e homens mato-grossenses foram construindo suas condutas, ações e aspirações, ou seja, suas configurações identitárias, não por intercâmbio simbólico intermediado pela mídia, mas sim pelas experiências vividas e pelos materiais simbólicos a que tiveram acesso e com os quais foram “tecendo uma narrativa coerente da própria identidade”²⁵⁶.

Por fim, essa dissertação cumpre o papel de contribuir para a construção da história das mulheres em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além ouvir as vozes de mulheres, homens e meninas dos mais diferentes grupos sociais, religiosos e políticos. Fica, também, aberta a contribuição para futuros trabalhos, a exploração de outros ângulos e de outras temáticas, que contemplem a intrincada trama das relações de gênero em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

²⁵⁶ THOMSON, John. B. Op. Cit, 1998,p.183.

FONTES

1 - JORNAIS

A Cruz, Cuiabá, 1937 a 1945.

Jornal do Comércio, Campo Grande, 1944.

Jornal O Matto Grosso, Cuiabá, 1937 a 1945.

Jornal O Globo. São Paulo, 1938.

Jornal A Folha do Povo, Ponta Porã, 1942.

Jornal O Operário, Cuiabá, 1940.

2 - REVISTAS

Ouro Verde, Campo Grande, 1936.

Folha da Serra, Campo Grande. 1933

Revista de Educação Física, RJ, N° 24, 1938.

Revista de Educação Física RJ, N° 62 E 69, 1942.

Revista de Educação Física. RJ, N° 5, 1943.

Revista da Semana, RJ, 13/3/1934

Revista A Violeta, Cuiabá, 1937 a 1945.

Revista Ecos Juvenis, Campo Grande, 1936 a 1937.

3 - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Conselho Nacional de Estatística - **Anuário Estatístico do Brasil, Ano IX, 1948**. RJ: Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Conselho Nacional de Estatística - **Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul segundo os Censos Demográficos Realizados e a Contagem**. Sem referência de editor, 1996.

4 - OUTRAS PUBLICAÇÕES

Álbum de Campo Grande. Campo Grande: Tipografia O Progressista, 1939.

Campo Grande 100 Anos de Construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

ÁLBUM Graphico do Estado de Matto Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo: Ayala/Simon Editores, 1914.

OBRAS CONSULTADAS

ABREU, Silvana. **Ocupação Racionalização e Consolidação do Centro-Oeste brasileiro: O espaço Mato-grossense e a Integração Nacional.** In: MARIN, Jérri Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves de (orgs). **História, Região e Identidade.** Campo Grande/MS Ed. UFMS. 2003.

ABUD, Katia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o Bandeirante).** Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 1985.

ADORNO, Theodor. "A indústria cultural". In: Gabriel Cohn (org.). **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade.** São Paulo: Nacional, 1975.

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Sobre o Processo de Ocupação e as Relações de Trabalho na Agropecuária: no Extremo Sul de Mato Grosso (1940-1970).** Dissertação (Mestrado em História) UFMS. Dourados: 2003.

ALBERT, P. e TERROU, F. **História da Imprensa.** SP: Martins Fontes, 1990.

ALVES, Gilberto Luiz. "Mato Grosso e a História: 1870- 1929. Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro." In: **Boletim Paulista de Geografia** n.º 61. São Paulo, AGB, 1984.2.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: EdUNESP, 1998.p.181.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1981.

ARIÉS, Philippe. **A história das mentalidades.** In: LE GOFF, J. A história nova. 3ª ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.

_____. **História Social da Criança e da Família.** RJ: Zahar, 1981.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **A casa em Campo Grande: Mato Grosso do Sul, 1950-2000 – parte 1.** Revista Arquitectos n.º 36, maio de 2003. s/p.

ARRUDA, Gilmar. A Ferrovia Noroeste do Brasil: O último trem para o sertão. **Caderno de Estudos Urbanos.** Campo Grande:1995, n.º 03.

_____. **Cidades e Sertões: Entre a História e a Memória.** Tese (Doutorado em História) UNESP. Assis: 1997.

_____. **Frutos da terra. Os trabalhadores da Companhia Matte Larangeira.** Dissertação (Mestrado em História) UNESP. Assis: 1989.

ASSIS, Machado de. **Helena**. Coleção Grandes Obras da Língua Portuguesa. ed. Avenida, Jaraguá do Sul, SC. 2004.

BENEVIDES, Cezar e LEONZO, Nanci. **Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **O Brasil na década de 1940: Autoritarismo e democracia**. São Paulo: Editora Atica, 1999.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **O Belo Sexo: Imprensa e Identidade Feminina no Rio de Janeiro em Fins do Século XIX e Início do XX**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFRJ. Rio de Janeiro: 1988.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: Do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)**. Tese (Doutorado em História social) USP. São Paulo: 1997.

_____ e FERREIRA Jr., Amarílio. **De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande**. In: Campo Grande – 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, pp. 169 – 194.

BITTAR, Mariluce. **Política de educação na região sul de Mato Grosso e a influência da congregação salesiana**. Comunicação apresentada ao VI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA, Atlanta, Geórgia/USA, 4 a 6 de abril de 2002.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Portugal: Publicações Europa – América, 1976.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do Extrativismo à Pecuária: Algumas Observações Sobre a História Econômica de Mato Grosso (1870-1930)**. Cuiabá: Genus, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSENBERG, Fúlvia (orgs). **Vivência. História, Sexualidade e Imagens Femininas**. SP: Brasiliense/ Fundação Carlos Chagas, 1980.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

BURMAN, Erica. **La desconstrucción de la Psicología Evolutiva**. Trad. José Luis González Díaz. Madrid: Visor. 1998.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo. Ed. UNESP, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. "Estado Novo: Novas Histórias". In: FREITAS, Marcos Cesar de (org). **Historiografia Brasileira em Revista**. SP: Contexto/USF, 1998.

_____. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo**. Papirus: Campinas, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5ª edição. RJ: Campus, 1997.

CARELI, Sandra da Silva. **Abaixo as “mães desnaturadas”: estratégias da imprensa rio-grandense na construção do aborto provocado como uma prática nociva à sociedade**. Texto disponível nos Anais do XXIII Simpósio Nacional de História.- História: Guerra e Paz. Universidade Estadual de Londrina. 2005.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. RJ: Difel, 1976.

_____. **A República Velha (Instituições e classes sociais)**. SP. Difel, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) UnB. Brasília: 2002.

CENTA, Maria de Lourdes e ELSÉN Ingrid. **Reflexões Sobre A Evolução Histórica Da Família**. Revista Família, Saúde Desenvolvimento, Curitiba, v.1, n.1/2, p.15-20, jan./dez. 1999.

CORREA, Dom Aquino. **Terra Natal**. RJ, Imprensa Nacional. 3ª ed. 1940.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa. Difel, 1990.

Coleção Nosso Século (1930-1945). SP: Abril Cultural, 1980, vol.3.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e Mobilização Popular**. RJ: Paz e Terra, 1978.

COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de história**. Portugal: Ed. Presença; Brasil: Martins Fontes, 1972.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso-1989-1943**. Campo Grande: Ed UFMS, 1995.

CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. SP: Cortez, 1981.

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação Escolar das Elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DEL PRIORE, Mary. "História das mulheres: as vozes do silêncio." In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4ªed. São Paulo: Contexto, 2001

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "**Mulheres sem História**". Revista de História: nova série. São Paulo: USP, n° 114, pp.31-45, jan./jun., 1983.

DIEHL, Astor Antônio. **Do Método Histórico**. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

ELSEN, I. "Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual." In: ELSEN, I; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. dos (Orgs.). **O viver em família e a sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduem, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, 7 ed. Rio de Janeiro: Ditei, 1981.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano (1930-1964)**. São Paulo: Ditei, 1981, vol. IV.

FIGUEIREDO, Luzia Araújo de. **Uma História de Lutas: As Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul e a Criação de Seu Movimento**. Dissertação (Mestrado em História) UFMS.Dourados: 2001.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. SP: Contexto/ Edusp, 1989.

FREIRE COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **História da sexualidade, 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal. 1980.

_____. **História da sexualidade, 3: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2000.

GARCIA, Nelson Jahar. **Estado Novo. Ideologia e propaganda política**. São Paulo, Loyola, 1982.

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande: entre o Sagrado e o Profano**. Campo Grande: Ed. UFMS. 1999.

GOMES, Ângela de Castro, "Ideologia e trabalho no Estado Novo." In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo, Marco Zero. 1990.

GRESSLER Lori Alice, SWENSSON Lauro Joppert. **Aspectos Históricos do Povoamento e da Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados Editora UFMS. 1988.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O Imaginário do Sertão. Lutas e Resistência ao Domínio da Companhia Mate Laranjeira. (Mato Grosso: 1890-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP. Campinas: 1991.

_____. "Migração, controle político e luta pela terra em Mato Grosso no início do século". **Travessia. Revista do Migrante**, v. 9, n. 25, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. SP: Paz e Terra, 1988.

_____. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Paz e Terra. 8º ed. Rio de Janeiro. 1990.

_____. **Sobre história**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo. Martins Fontes. 1992.

JORGE, Stella Maris Floresani. Filinto Müller: **Memória e Mito (1933-1942)**. Dissertação (Mestrado em História social) USP. São Paulo: 1993.

LAMOUNIER, Bolivar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação**. In: FAUSTO, Boris. (Org.) O Brasil Republicano; sociedade e instituições (1889-1930). Tomo III, V. 2, São Paulo, Difel (1971).

LASMAR, Cristiane. **Dicionário Mulheres no Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: Ed. Unicamp, 1985.

_____. **Sacralização da Política**. Campinas, Papyrus/ Editora da Unicamp, 1986.

_____. **Nazismo: O Triunfo da Vontade**. SP: Ática, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós - estruturalista**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MACHADO, Paulo Coelho. **A Rua Barão**. Série Pelas Ruas de Campo Grande, vol. 111, Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1991.

_____. **Arlindo de Andrade - Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988.

MAGALHÃES, Hilda G. Dutra. **História da Literatura de Mato Grosso. Século XX**. Cuiabá-MT: UNICEN Publicações, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808-1912)**. São Paulo. Ed.UNESP. 1997.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação Feminina (1859-1910): Uma face do conservadorismo**. São Paulo: EdUNESP, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997

MARTINS JÚNIOR, Carlos. **Entre a Paixão e a Civilização. Francisco José Viveiros de Castro e a Nova Escola Penal no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) USP. São Paulo: 1995.

MENDONÇA, Rubens de. **Dicionário Biográfico Mato-grossense**. 2ª edição. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.

MOACIR, Pereira. **Imprensa: um caminho para a liberdade**. Florianópolis: Lunardelli/UFSC, 1980.

MORENO, Gislaene. **Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) USP. São Paulo: 1993.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1978.

NADAF, Yasmim Jamil. **Sob o signo de uma flor. Estudo da Revista A Violeta, publicação do Grêmio “Júlia Lopes” – 1916 a 1950**. RJ: Sette Letras, 1993.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NASCIMENTO, Heleno Braz do. **A lepra em Mato Grosso: caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)**. Dissertação (Mestrado em História) UFMT. Cuiabá: 2001.

NEVES, Maria M. R. De N. **Elites Políticas: competição e dinâmica partidário - eleitoral (Caso de Mato Grosso)**. Vértice/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.

NUNES Aparecida Maria. **Uma História mal contada: A imagem da mulher nas publicações populares**. Publicado em CD-ROM, XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande /MS. setembro 2001.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. “O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: A ocupação estratégica do Sul de Mato Grosso”. **Revista Fronteiras** v.6 n.12 - 2002

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro:Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **Ruas e Calçadas de Campo Grande - MS. Uma Contribuição ao Estudo dos Espaços Públicos Urbanos**. Dissertação (Mestrado em História) USP. São Paulo: 1997.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PAOLI, Maria Célia. “Mulheres: lugar, imagem, movimento”. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. n° 4. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1985.

PAROLIN, Maria Inês. **A Nação em A Violeta: um roteiro de leitura**. Campinas, Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP. Campinas: 2003.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas. Uma Questão de Classe**, Florianópolis, Editora da UFSC. 1994.

_____. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, p. 281-330. 2000.

PENTEADO, Yara. **Auxiliadora - Setenta Anos**. Campo Grande. Gráfica Ruy Barbosa: 1996.

PERROT, Michele. "Em que pé está a história das mulheres na França". In: Revista Brasileira de História. SP: Marco Zero/ ANPUH, v. 15, nº 28, 1995.

_____. **Os Excluídos da História**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Contexto/ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Mulheres, trens e trilhos**. Bauru, SP: Edusc. 2001
_____. Ferrovia: **Fontes de Memória. Arquivos Ferroviários: uma Reflexão Crítica e Ação Preservativa**. VI Seminário Nacional de Preservação e Revitalização Ferroviária. 17 a 20 de julho de 2002. Rio de Janeiro. s/p.

PÓVOAS, Lenine. **Síntese da História de Mato Grosso**. Cuiabá-MT: Resenha Editora, 1992.

_____. **História da Cultura Mato-Grossense**. Cuiabá-MT: IGH-MT, 1994.

PÓVOAS, Nilo. **Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

PRIORI, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. SP: Editora Unesp, 2001.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder: O nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1997

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos: Mulher e Educação**, São Paulo 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993.

REZENDE, Rubim. **Reservas de Brasilidade**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: A organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2003.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil**. 4º ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1970.

RIGOTTI, Paulo Roberto. **A Intertextualidade e o Imaginário Pictórico no Processo Criativo de Lídia Baís**. Dissertação (Mestrado em História) UFMS. Dourados: 2003.

ROCHA, Rosângela Vieira. **Imagem Desfocada (Estudo Sobre Indústria Cultura, Ideologia e Mulher)**. Dissertação (Mestrado em História) USP. São Paulo: 1982.

ROHDEN, Fabíola. **A construção da 'natureza feminina' no discurso médico. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 200.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande : EdUFMS. 1990.

ROSSI, Michelle Pereira da Silva & INÁCIO FILHO, Geraldo. **As congregações católicas e a disseminação de escolas femininas no triângulo mineiro e alto paranaíba**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.24, p.79 –92, dez. 2006.

RUBIM, Albino. **Democracia e Comunicação no Brasil**. Texto 5. Salvador, APUB, 1996.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade de. **Política, História e Memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)**. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo:1999.

SANTOS, Ana Carolina Nery dos. **A estética estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP. Campinas: 2004.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena & COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. SP: Editora Unesp, 1991.

SEREJO, H. **Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul (1883-1947)**. Campo Grande, Instituto Euvaldi Lodi, 1986.

SIMILI, Ivana Guilherme. **O que virou moda na Guerra? As voluntárias da Legião Brasileira de Assistência no Jornal Correio da Manhã**. Texto integrante

dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

SILVA, M. dos S. **A Educação Brasileira no Estado-Novo: 1937/1945**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. p.20.

SILVA, José de Melo e. **Canaã do Oeste: Sul de Mato Grosso**. Campo Grande: Brasiliense, 1948.

_____. **Fronteiras Guaranis**. 2 ed. IHGMS. Campo Grande. 2003.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral e OLIVEIRA, Raquel Gusmão. **Funções e Transformações da Família ao Longo da História**. Anais do I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr – nov./2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1997.

_____. **Do Tenentismo ao Estado Novo: Memórias de um Soldado**. Editora Vozes. Ed. 2º . Petrópoles. 1986.

_____. **Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1941.

_____. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand do Brasil. 2º edição, 1977.

SOHET, Raquel. “**História das Mulheres**”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5ª edição. RJ: Campus, 1997.

_____. **Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1910)**. RJ: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Maria Neuza Gonçalves Gomes - **As Meninas do Estado Novo em Campo Grande-MT. Breve Estudo do Jornal Escolar Ecos Juvenis (1937-1945)**. Aquidauana: CEUA UFMS, Monografia de Especialização em História Regional, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

THOMSON, John. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VAINFAS, Ronaldo - **História e Sexualidade no Brasil**. RJ: Graal, 1986.

VARGAS, Getúlio - **A Nova Política do Brasil**. RJ: Livraria José Olympio Ed , 1938, vol. V.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a diversidade cultural**. In: SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (Orgs). Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro. BNDS, 2004.

WELTMAN, Fernando Lattman. **"Da desilusão ao aprendizado político: como a imprensa participa do processo"**. - Jornal da ABL. Rio de Janeiro, v.3, nº 3, 1997. Edição especial "Um século de histórias de imprensa".

_____ **"Imprensa e política no pós - 'nova república': notas sobre a evolução recente da intervenção política da imprensa e sua investigação"**. Cadernos de Sociologia e Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, n.º1, nov., 1995.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo:1998.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

ARCA - Arquivo histórico de Campo Grande (Campo Grande/ MS).

Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul.

Arquivo Público Estadual do Mato Grosso.

Arquivo Geral do Comando Militar do Oeste

Biblioteca Central da UFMS

Biblioteca Isais Paim

Biblioteca do Campus de Aquidauana - CPAQ - UFMS

Centro de Documentação Histórica da UFGD

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT.

Autorizo a reprodução deste trabalho.
Dourados, de Novembro de 2007

Carlos Alexandre Barros Trubiliano